

ANDRÉA FORGIARINI CECHIN

**VIVÊNCIAS EM ESPAÇOS EDUCATIVOS: CONSTITUIÇÃO
DE IDENTIDADES HOMOSSEXUAIS EM HOMENS
ADULTOS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Educação da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dr. Nara Maria Guazzelli Bernardes

Porto Alegre

2006

ANDRÉA FORGIARINI CECHIN

**VIVÊNCIAS EM ESPAÇOS EDUCATIVOS: CONSTITUIÇÃO
DE IDENTIDADES HOMOSSEXUAIS EM HOMENS
ADULTOS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Educação da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado pela banca examinadora:.....de.....de 2007.

Orientadora: Prof. Dr. Nara Maria Guazzelli Bernardes

Co-orientadora: Prof. Dr. Bettina Steren dos Santos

Prof. Dr. Juan José Mouriño Mosquera

Prof. Dr. Marlene Neves Strey

Prof. Dr. Anna Hecker Luz

C387v Cechin, Andréa Forgiarini
Vivências em espaços educativos : constituição de
identidades homossexuais em homens adultos / Andréa
Forgiarini Cechin. – 2006.
154, [1] f. ; 30 cm.

Orientador: Nara Maria Guazzelli Bernardes
Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa
de Pós-Graduação em Educação, 2006
1. Educação 2. Ensino 3. Espaços educativos
4. Homossexualidade 5. Identidade 6. Preconceito
I. Bernardes, Nara Maria Guazzelli, orientador II. Título.
CDU 37:613.885
37:316.6

Ficha catalográfica elaborada por
Maristela Eckhardt - CRB-10/737

A todos os homens homossexuais que vivenciam o desafio de superar dia-a-dia o preconceito e a discriminação por sua maneira singular de ser, viver e sentir.

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar este trabalho, lembro-me com carinho daqueles que sempre acreditaram em mim, que, nos momentos de alegria, compartilharam meu sorriso e, nos momentos de desânimo, me ajudaram a continuar. Toda minha gratidão:

Ao Deus da vida, presença incontestável, por ter me dado forças para concluir o trabalho.

À minha avó Honorina (*in memoriam*), pelo sorriso acolhedor e as orações constantes.

Aos meus pais, por suas orações e por todo apoio, principalmente nos últimos meses, como “vovô” e “vovó” incansáveis.

Ao Flavio, pelo amor incondicional, por sua fé em mim, pela paciência e presença constante em todos os momentos.

Ao Miguel, pela forma surpreendente com que adentrou minha vida, me desafiando a ser mãe e fazendo com que eu queira ser uma pessoa melhor.

Ao Giovanni, irmão querido, que mesmo longe sempre se fez presente.

A todos os familiares que torceram para esse momento finalmente chegasse.

À Nara, pela orientação competente, pela amizade, pela compreensão e, principalmente, pela calma e serenidade que me mantiveram “no eixo” durante esses quatro anos.

À Vera, pela presença carinhosa, pelo incentivo e por todos os momentos aprendizagem.

Às professoras Marlene e Anna, pelas análises e contribuições na proposta de qualificação. Por terem disponibilizado tempo e conhecimento, participando da banca de avaliação da proposta e contribuído para a adequação do trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação, em especial Prof. Pergentino Pivato e Prof. Juan Mosquera, pelos ensinamentos compartilhados e pelos desafios propostos.

À Anahí, Patrícia e Andréa pela solicitude com que sempre me atenderam, mesmo à distância.

À Vanise e Patrícia, amigas queridas conquistadas neste período.

A Roberta e Geca, amigas de sempre, que conviveram comigo e com meus dilemas a todo o momento.

À Cenira, pelo incentivo e pelo auxílio na revisão das normas técnicas.

À Glacir, madrinha querida, pela cuidadosa revisão e correção dos originais.

Ao Alex, pelo empenho de última hora na elaboração do *abstract*.

À CAPES pelo subsídio para realização do Doutorado.

E, sobretudo, aos oito homens que comigo dividiram seus sofrimentos, suas vivências, suas esperanças.

RESUMO

Esta pesquisa problematiza a relação entre a constituição das identidades homossexuais de homens adultos e suas vivências em espaços educativos formais, não formais e informais. Como ponto de partida para desenvolver o estudo, foram formuladas questões que focalizam percepções e sentimentos desses homens adultos em relação a si próprios e aos outros, tendo em vista suas vivências nesses espaços educativos e, especialmente, suas experiências de discriminação e resistência. Apóia-se teoricamente nas contribuições da Psicologia Social Crítica (Ciampa, 2001; Jacques, 1998) e nos estudos de Trevisan (2000), Green (2000), Mott (2003), Nunan (2003) e Santos (1997). O método utilizado é uma análise compreensiva de base fenomenológica (Giorgi, 1978; Bernardes, 1989) e os sujeitos são oito homens adultos que se identificam como homossexuais. A compreensão do processo de constituição das identidades homossexuais emerge na trama dos temas que pretendem penetrar as essências do fenômeno, assim organizados: vivências em espaços educativos formais e não formais; vivências em espaços educativos informais; percepções sobre homossexualidade; experiências de discriminação e resistência. As reflexões elaboradas sustentam a tese deste trabalho: as vivências em espaços educativos formais, não formais e informais, de homens adultos que se consideram homossexuais, especialmente as que envolvem preconceito e discriminação, marcam a constituição das identidades desses sujeitos à medida que produzem maneiras singulares deles relacionarem-se consigo mesmo e com o mundo. O esforço de superação da condição de discriminação e preconceito, o qual pode configurar movimentos de resistência nos planos individual e social, imprime significados distintos na constituição das identidades homossexuais desses sujeitos.

Palavras-chave: Identidade homossexual. Espaços educativos formais e informais. Preconceito. Discriminação.

ABSTRACT

This research puts in doubt the relation between homosexual identity constitution of adult men and their experience in formal, non formal and informal educative spaces and, as a starting point to develop the study, questions have been formulated which focalize perceptions and feelings from these adult men in relation to themselves and the others, having in view their ways of living in those educative spaces and, especially their discrimination experiences and resistance. It is theoretically based in Critic Social Psychology contributions (Ciampa, 2001; Jacques, 1998) and in the studies of Trevisan (2000), Green (2000), Mott (2003), Nunan (2003) and Santos (1997). The method which is used is a perception analysis of phenomenologic basis (Giorgi, 1978; Bernardes, 1989) and the subjects are eight adult men who identify themselves as homosexuals. The understanding of the homosexual identity constitution process arises in the convergency of arguments which intend to penetrate the essences of the phenomenon, organized as follows: experience in formal and non formal educative spaces, experience in informal educative spaces, perceptions about homosexuality, discrimination experiences and resistance. The elaborated thoughts give support to the proposition of this work: the experiences in formal, non formal and informal educative spaces, from adult men who considerate themselves homosexuals, especially the ones which comprehend prejudice and discrimination, determine the identity constitution from these subjects as they produce singular ways for these men to become related with themselves and the world. The effort of overcoming of the discrimination condition and prejudice, which can configure movements of resistance in the individual and social plans, produce distinct meanings in the constitution of the homosexual identities of these subjects.

Key words: homosexual identity. Formal and non formal educative spaces. Prejudice. Discrimination.

Esse amor é mal entendido nesse século, tão mal entendido que pode ser descrito como o 'Amor que não ousa dizer o nome' e, por causa disso, estou onde estou agora. Ele é bonito, é bom, é a mais nobre forma de afeição. Não há nada que não seja natural nele. (...) Que as coisas deveriam ser assim o mundo não entende. O mundo zomba desse amor e, às vezes, expõe alguém ao ridículo por causa dele.

Oscar Wilde

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| 1 CONSTRUÇÃO DO OBJETO..... | 20 |
| 1.1 Identidade sexual..... | 31 |
| 1.2 Preconceito contra homossexuais no Brasil e resistência da comunidade gay..... | 35 |
| 1.3 As políticas públicas e o preconceito sexual na educação brasileira..... | 47 |
| 1.4 Problema de pesquisa e objetivos..... | 57 |
| 2 PRESSUPOSTOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... | 61 |
| 2.1 Opção metodológica..... | 61 |
| 2.2 Procedimentos para coleta de dados..... | 68 |
| 2.3 Procedimentos para análise dos dados..... | 70 |
| 3 DESVELAMENTO DA CONSTITUIÇÃO DAS IDENTIDADES HOMOSSEXUAIS..... | 73 |
| 3.1 Vivências em espaços educativos formais e não formais..... | 73 |
| 3.2 Vivências em espaços educativos informais..... | 86 |
| 3.2.1 A família..... | 87 |
| 3.2.2 As igrejas e os cultos religiosos..... | 96 |
| 3.2.3 O trabalho..... | 101 |
| 3.2.4 O <i>mundo gay</i> | 106 |
| 3.3 Percepções sobre homossexualidade..... | 110 |
| 3.4 Experiências de discriminação e resistência..... | 124 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 138 |
| REFERÊNCIAS | 145 |
| APÊNDICE A..... | 157 |

INTRODUÇÃO

Atualmente, a luta contra as desigualdades e pela afirmação de um convívio pacífico entre as culturas e os grupos humanos tem se tornado um tema cada vez mais emergente em todo o mundo. No Brasil, tanto o poder público quanto a sociedade civil, têm empenhado esforços para combater o preconceito e a discriminação, respeitando a diversidade que caracteriza nossa população. As pessoas se organizam em função de sua raça, sua etnia, sua religião, sua situação sócio-econômica, seu gênero e também de sua orientação afetivo-sexual.

Estudos como os de Silva (1993), Oliveira (1999) e Anjos (1999) analisam como os homossexuais se organizam para lutar contra as pressões sociais sofridas em função do preconceito e da discriminação. Na atualidade, há aproximadamente 140 associações e grupos ativistas espalhados por todo o país, de acordo com dados do “Brasil sem Homofobia”: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual, proposto pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação (2004).

No Brasil, de acordo com Mott (1997), aproximadamente 10% da população tem uma orientação afetivo-sexual diferente da heterossexual: são gays, lésbicas, travestis, transgêneros ou bissexuais (GLTB). Diariamente, essas pessoas são expostas a todo tipo de violência, simbólica ou física. Sofrem as conseqüências do preconceito e da discriminação em relação à sua identidade sexual.

Entendemos por preconceito a atitude hostil ou negativa para com determinado grupo, baseada em generalizações deformadas ou incompletas (ARONSON, 1999). Essas generalizações (representações mentais), denominadas de estereótipos, são a atribuição de características pessoais ou motivos idênticos a qualquer pessoa de um grupo, independente das variações individuais (NUNAN, 2003). Os estereótipos e os preconceitos geram discriminação. No que diz respeito à discriminação, esta “pode ir desde um tratamento diferenciado, passando por expressões verbais hostis e de desprezo, chegando ou não a atos manifestos de agressividade” (NUNAN, 2003, p. 59).

A posição preconceituosa da população brasileira em relação à homossexualidade foi constatada pelo Instituto Datafolha, em 1997, ao realizar uma pesquisa sobre o comportamento sexual do brasileiro. Segundo essa pesquisa de opinião, para 33% da população, a homossexualidade é uma característica psicológica adquirida na infância ou adolescência. Outros 25% acham que a condição tem origem genética, acompanhando o indivíduo desde seu nascimento. Para 19%, trata-se de uma opção sexual feita pela pessoa e, segundo 10%, a homossexualidade é uma doença (INSTITUTO DE PESQUISAS DATAFOLHA, 2005). Essas respostas corroboram o desconhecimento que a população tem sobre a questão, baseando-as em idéias preconcebidas, em hipóteses que já foram abandonadas pela ciência há anos. Basta considerar que, há pelo menos vinte anos, o Conselho Federal de Medicina não considera homossexualidade como doença e, aproximadamente, há quinze anos a Organização Mundial da Saúde fez o mesmo.

Ao analisar as experiências afetivo-sexuais de homens e mulheres que se identificam como homossexuais, Santos (1997) concluiu que, em nossa cultura, afirmar-se como gay representa um desacato ao mundo social discriminativo e segregacionista. Esses indivíduos são analisados pela sociedade com base em inverdades, em crendices e, em função desse desconhecimento e pelo receio do diferente, são segregados, são apartados do convívio social, relegados aos guetos.

A relação entre a condição homossexual e a emergência de territorializações foi estudada por Costa (2002). Segundo o autor, como esses indivíduos, na maioria das vezes, não podem expressar livremente sua identidade, tampouco seus afetos, acabam se refugiando em espaços segregados na cidade. Constroem-se, assim, guetos de agregados sociais homoeróticos que se identificam pelo próprio desejo e pela diferença relacional. No Brasil, podemos observar esse fenômeno em bares, boates, saunas, cinemas, livrarias. Em outros países, como por exemplo, nos Estados Unidos, em cidades como Los Angeles e São Francisco, já existem bairros onde a maioria dos habitantes é homossexual.

Enfocando a questão da segregação sob o aspecto de sua positividade, Teixeira (2003) investigou as interações sociais que ocorrem em determinados espaços de Belo Horizonte, conhecidos como locais de “pegação” (saunas, cinemas pornô, algumas praças). Concluiu, a partir do relato de dez ex-freqüentadores, que as interações que ali ocorreram foram importantes para o processo de construção das identidades homoeróticas dos entrevistados. O fato de serem ambientes que

possibilitavam encontros sexuais mais ou menos anônimos, além de não possuírem uma imagem exclusivamente homossexual, tornou-os apropriados para sua iniciação homoerótica.

Em nossa sociedade, a identidade considerada normal é a heterossexual e não são poupados esforços para garantir que os indivíduos se tornem cidadãos heterossexuais. Tornar-se cidadão heterossexual resulta de um processo histórico e social que envolve não só a identidade sexual, mas também a identidade de gênero. Segundo Bleichmar (1988), a identidade de gênero manifesta-se na crença “sou feminina”/“sou masculino” e se mostra de forma mais consistente a partir do momento em que a criança compreende a expectativa dos outros em relação à sua expressão de feminilidade/masculinidade. Tais expectativas são produzidas socioculturalmente e definem os comportamentos apropriados às pessoas de cada sexo, determinados em função da assimetria de poder existente entre homens e mulheres. Instituições como a família, a igreja e a escola realizam uma verdadeira doutrinação heterossexista, apresentando a relação homem/mulher como a única orientação afetivo-sexual possível, considerando todas outras práticas como desviantes, anormais. Concordo com Silva (2000a), quando explica:

Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é “natural”, desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como *uma* identidade, mas simplesmente como a identidade (p. 83).

Ao realizar um estudo sobre papéis masculinos com um grupo de adolescentes em treinamento em times de futebol amador da cidade de Campinas, Elmôr (2002) constatou a permanência da visão cristalizada de masculinidade como hegemônica nessa cultura juvenil. As percepções desses jovens sobre o que significa ser homem, ser macho e ser homossexual são significativas. Quando questionados sobre o que significava “ser homem”, a maioria dos adolescentes o definia como “fundamental ter responsabilidade, ser responsável pelos seus atos, ser honesto, ter caráter” (p. 58). Já “ser macho” para os jovens entrevistados está ligado à agressividade, é o homem agressivo. Quanto ao “ser homossexual”, apareceram diferenças nas falas dos garotos: enquanto uns se mostraram

indiferentes às perguntas da pesquisadora, tratando o assunto com um certo deboche, outros foram imperativos afirmando que homossexual não é homem. Seguindo a lógica e a própria definição de masculinidade explicitada pelos adolescentes, posso supor, então, que também considerem os homossexuais irresponsáveis, desonestos e sem caráter.

Esses jovens, certamente, não construíram essas definições por conta própria. Há aí influência cultural que precisa ser considerada. Nolasco (1997) aponta que existe a tendência, em nossa sociedade, de adotar como parâmetro de socialização o modelo de “homem de verdade”. Todos os cuidados devem ser tomados para que os meninos se transformem, no futuro, nesses tais homens:

Assim, para todo *homem de verdade* existem muitos outros que não o são. O macho e a bicha, o bem-sucedido e o fracassado, o forte e o fraco, o público e o doméstico são polaridades que servem para demarcar uma noção de masculinidade problemática (NOLASCO, 1997, p. 24).

Em minha experiência como educadora, também percebi esse processo. Em se tratando da orientação afetivo-sexual, há um interesse muito grande por parte das famílias de que os meninos confirmem logo sua preferência heterossexual, garantindo o que consideram uma “masculinidade saudável”.

Essa preocupação começa muito cedo e o preconceito em relação àqueles que amam e/ou desejam sexualmente pessoas do mesmo sexo parece perseguir especialmente familiares de meninos. Pude observar isto de perto em meu trabalho em escolas infantis. Havia muita ansiedade nos pais e mães dos meninos para que eles desenvolvessem atividades que, no ponto de vista daquelas pessoas, estivessem de acordo com seu gênero. Alguns se queixavam que os filhos não eram suficientemente agressivos, que eram um pouco “delicados” demais. Preocupavam-se com o fato de as crianças não brigarem na escola, de preferirem brincar mais com meninas, de optarem mais por jogos de mesa, ou pela expressão dramática do que por brincadeiras no pátio com bola. Ora, ao invés desses familiares pensarem que os meninos tinham outras habilidades a serem exploradas, logo imaginavam que tais características eram indícios de homossexualidade.

Evidentemente, essa suspeita nunca era verbalizada, mas, pela forma de agir desses pais com seus filhos, era possível concluir que o receio estava ali. Certa vez, no Dia da Criança, um menino ganhou de presente um uniforme completo do time de

futebol de seu pai, quando o que realmente queria era uma fantasia do batman. A frustração da criança era evidente. O pai contornou a situação, dizendo que iam jogar juntos, que ele ia ser um craque, um jogador tão bom quanto o pai, quando crescesse. O menino conformou-se, diante do entusiasmo dos coleguinhas com o uniforme. Esse menino adorava fantasiar-se. O canto da fantasia era seu espaço preferido na sala no momento das atividades livres. Ali ele exercitava diversos papéis, deixava fluir sua fantasia de um garoto de quatro anos de idade: era super-herói, médico, pai, mendigo, monstro. Experimentava todas as roupas, inclusive as femininas, usava a maquiagem disponível, num exercício de experimentar papéis. A turma toda o fazia e divertia-se muito. Para o pai desse menino, entretanto, a idéia de ver o filho usando maquiagem, experimentando roupas femininas, mesmo que fossem fantasias, aterrorizaram-no. Não houve argumento: carnaval, homens se vestindo de mulher por farra, atores se maquam... “Não. Tudo que é ator, é viado!” Na concepção daquele pai, aquela atividade estava “pervertendo” seu filho.

Era possível notar, também, a preocupação de alguns familiares com a participação dos meninos em atividades como dança, culinária e brincadeiras de casinha (porque envolviam bonecas e panelas), que culturalmente foram associadas como sendo tipicamente do gênero feminino. Como se em nossa sociedade o homem heterossexual não dançasse, não cozinhasse e não assumisse o papel de pai ou os afazeres domésticos sem se aproximar da tão temida homossexualidade. Mais uma vez o preconceito estava aí estabelecido.

Contudo, condutas preconceituosas também são manifestadas por professoras na escola. Felipe e Guizzo (2004), em uma pesquisa, realizada em 2001, em instituições de educação infantil do município de Porto Alegre, a qual procurou problematizar o gênero e a sexualidade, observaram que as educadoras, mesmo que de forma não intencional, também reproduzem os preconceitos existentes em nossa sociedade:

O simples fato de um garoto querer experimentar um batom ou esmalte, ou mesmo utilizar roupas do canto da fantasia que sejam próprias de menina, por exemplo, já seria motivo suficiente para causar grande inquietação no grupo de educadoras. As professoras, freqüentemente, acabam se tornando “vigilantes” da possível orientação sexual das crianças. A preocupação com os meninos parece ser ainda maior quando eles brincam de bonecas ou mesmo quando brincam em demasia com as meninas. Estar com o sexo feminino parece denegrir a imagem masculina hegemônica (p. 33).

De modo semelhante, no estudo que realizei sobre o cotidiano de uma escola infantil e a construção da identidade de gênero, constatei que, na turma observada, o comportamento da educadora também revelava atitudes preconceituosas. Essa educadora procurava manter meninos e meninas sempre em grupos separados, mesmo no momento das atividades livres, chamando a atenção sempre que havia alguma tentativa de integração. Ao analisar a expressão dos sentimentos de adultos e crianças, percebi condutas diferenciadas conforme o gênero: enquanto às meninas eram dispensados afetos mais explícitos, tais como beijos, abraços, pegar no colo, as demonstrações afetuosas dirigidas aos meninos geralmente se restringiam a elogios. Assim, enquanto elas são educadas a serem afetuosas, característica que, em nossa sociedade, está associada, em certa medida, à fragilidade, a eles é ensinado que a emotividade é sinônimo de feminilidade. Ou seja, para o homem, qualquer demonstração de afeto que transcenda o socialmente aceito é motivo de desconfiança, colocará em dúvida sua orientação afetivo-sexual (CECHIN, 1997).

Nolasco (1995) corrobora essa idéia, afirmando: “Para um homem, ter os afetos fora das trilhas definidas socialmente para eles é sinal de que a heterossexualidade não vingou” (p. 18).

O seguinte diálogo entre a professora e dois alunos ilustra bem como a afetividade masculina era tratada na escola:

Álvaro reclamou para a professora, dizendo que o Raul havia derrubado seus caracóis. A professora pergunta ao menino: *Você é homem, ou é marmelada? Não dá para chorar por qualquer coisa.* Raul aproveita para complementar: *ou é mariquinha...* A professora então retrucou, dizendo: *Homem chora também, mas não por qualquer coisa. Só quando dói muito mesmo* (CECHIN, 1997, p. 75).

Em primeiro lugar, a professora não considerou os sentimentos do menino. Se fosse uma menina chorando, a situação possivelmente seria diferente. Em segundo lugar, ao perceber que deu margem para que o coleguinha manifestasse seu preconceito, ao invés de combatê-lo severamente, só remendou o que havia falado, de maneira sexista.

É assustador como palavras ofensivas como “bicha”, “boiola”, “puto”, “viado” saem da boca de nossas crianças já na educação infantil. Muito antes de saber o que estão falando, elas já usam essas expressões quando querem ofender umas às outras. No Ensino Fundamental e Médio, essa violência toma outras proporções,

como indica o estudo de Castro, Abramovay e Silva (2004) sobre as relações existentes entre sexualidade e juventudes na escola.

Apresentando as percepções de pais, professores e alunos, ao focar principalmente a visão desses últimos em relação a uma série de temas, entre eles a homofobia, essas autoras realizaram uma investigação bastante abrangente, que envolveu escolas de treze capitais e do Distrito Federal, financiada pela UNESCO. Através dessa pesquisa, pode-se ter uma idéia do que pensam os alunos do Ensino Fundamental e Médio a respeito da homossexualidade:

- quando solicitados a indicar, numa relação proposta, as cinco formas mais graves de violência, “bater em homossexuais” foi considerada em terceiro lugar pelas jovens (47,8%) e em último lugar (36,1%) pelos rapazes questionados, ficando depois de “roubar” e de “andar armado”;
- ao serem questionados sobre que pessoas ele não gostaria de ter como colega, aproximadamente um quarto dos alunos indicaram que não gostariam de ter um colega homossexual. Esse preconceito é maior por parte dos jovens do sexo masculino. Em Porto Alegre, por exemplo, 42% dos rapazes indicaram tal preconceito, no caso das moças, o índice baixa para 15%;
- as proporções de pais que mencionam que não gostariam que seus filhos/as fossem colegas de homossexuais variam de 22,2% em Porto Alegre a 47,5% em Fortaleza;
- os índices de docentes que declaram não desejar ter alunos homossexuais variam de 1,9% em Porto Alegre (o menor do Brasil) a 5,9% no Distrito Federal.

Na análise feita por essas autoras, a questão da discriminação não é discutida institucionalmente, ficando à mercê de diferentes tendências, que seguem orientações, formas de ser individuais, dependendo de quem é o educador ou educadora, a equipe diretiva, se estão ou não dispostos a abordar essa temática (CASTRO; ABRAMOVAY; SILVA, 2004).

Em minha vivência como educadora, tenho tido a chance de discutir sexualidade em diversos espaços: em sala de aula, nos cursos de formação de professores, em palestras e em cursos de pós-graduação. Numa dessas oportunidades, em uma oficina sobre Educação Sexual, ao me identificar falei sobre o objeto da minha tese o que causou uma agitação geral nos participantes, a grande

maioria educadores da educação básica. A ansiedade foi tanta que, por três horas, não se falou em outro assunto que não fosse homossexualidade.

Esse grupo, pelos questionamentos propostos, demonstrou saber muito pouco sobre homossexualidade, além de reforçar minhas concepções de que os educadores que pretendem trabalhar com sexualidade na escola ainda não venceram seus próprios preconceitos. A maioria dos que ali estavam frustraram-se ao saber que eu não investigava as causas da homossexualidade e a modificação dessa condição. E as conversas transversais giravam em torno disto: se a culpa era do pai ou da mãe, se era uma questão biológica ou social, se seria só uma fase, uma questão de auto-afirmação, uma transição para a heterossexualidade.

Por mais que eu argumentasse que não importava buscar explicações para o comportamento homossexual em si, mas o nosso engajamento enquanto educadores para que esses indivíduos tivessem uma vida mais digna e livre do preconceito, minha voz encontrava eco em pouquíssimas pessoas. Noventa e nove por cento insistia em entender a dinâmica homossexual. Criatura curiosa o ser humano! Tudo que é diferente chama nossa atenção, choca-nos, incomoda-nos, tira-nos do eixo, atrapalhando nossa estabilidade.

Uma orientadora educacional testemunhou que ajudou um menino a superar sua homossexualidade, através de muitas conversas com ele e com sua mãe. Na visão dessa professora, o menino só estava mal orientado. Não lhe ocorreu a possibilidade de que poderia ter ajudado o jovem a reprimir sua sexualidade. Ela acreditava ter lhe prestado um grande benefício, por tê-lo encaminhado para a “norma”: uma vida heterossexual.

Alguns educadores presentes reagiram contra a postura dessa professora. Parece que há pessoas que aceitam os homossexuais como eles são, sem buscar explicações científicas, sociológicas ou antropológicas. Elas desejam que sejam aceitos e respeitados por suas diferentes identidades, por seu modo particular de amar e serem amados. No entanto, é possível notar que esses educadores também são discriminados, são vistos por seus pares com estranheza. Era perceptível nas expressões de alguns a interrogação “será que ele/a também é?” Ou seja, a sua orientação afetivo-sexual, muitas vezes, é colocada em dúvida, por lutar contra o preconceito homossexual.

Essas percepções reforçam o constatado por Silva (2004), ao investigar como se desenvolve o trabalho com as sexualidades no Ensino Fundamental, a partir da análise de um projeto implementado em uma escola da rede municipal de Belo Horizonte. Essa autora demonstrou que a sexualidade na escola permanece refém das dicotomias e maniqueísmos sob os quais se consolidaram os valores de nossa sociedade. No seu ponto de vista, as ações, comportamentos, falas, atitudes e silêncios dos quais se faz o cotidiano escolar demonstram que a educação sexual tem servido muito mais para dissimular preconceitos do que para superá-los.

Apesar de Baratto (2001) preocupar-se em investigar como homens homoeróticos interiorizam nas suas identidades os preconceitos sociais, em sua análise, essa autora não se preocupou especificamente com a questão educacional.

Face ao exposto, defini como tema desta tese, a constituição das identidades afetivo sexuais de homens homossexuais em espaços educativos.

A tese está estruturada em quatro capítulos: no primeiro, apresento a articulação teórica que fundamentou a construção do objeto e a formulação das questões norteadoras desta pesquisa. O segundo capítulo trata da metodologia utilizada no estudo, especificando seus fundamentos epistemológicos. No terceiro capítulo, apresento o desvelamento da constituição das identidades dos sujeitos entrevistados. No último capítulo, sem perder de vista a provisoriade presente na compreensão do fenômeno, apresento algumas considerações possíveis para o fim desse trabalho.

1 CONSTRUÇÃO DO OBJETO

Ao escrever uma tese, comprometemo-nos com a busca da verdade. No entanto, sabemos que, por maiores que sejam nossos esforços, o máximo que conseguiremos é encontrar argumentos que nos aproximem da verdade. Isso ocorre porque, embora a verdade seja absoluta, nossa relação com ela é relativa, pois depende do nosso mundo, das nossas experiências e do nosso conhecimento. Ao nos debruçarmos sobre um fenômeno para conhecê-lo, compreendê-lo e interpretá-lo, fazemo-lo procurando defender e questionar posições, sempre buscando o uso da linguagem mais objetiva possível. Essa objetividade é proporcional ao número de pessoas que compreenderam o que foi dito: quanto maior melhor (PIVATTO, 2003).

Neste capítulo, analiso contribuições teóricas de pesquisa, bem como documentos oficiais que julgo relevantes sobre as temáticas da identidade sexual, do preconceito contra homossexuais no Brasil e das políticas públicas relacionadas ao preconceito sexual na Educação Brasileira com a finalidade de explicitar a construção do objeto de estudo. Pretendo expor a compreensão do que vem sendo produzido em vários campos do conhecimento e das políticas públicas de forma mais ou menos direta em relação ao fenômeno que elegi para estudos.

Como pano de fundo deste estudo, está a sexualidade humana, definida por Bernardes (1989) como uma “dimensão constitutiva do ser-no-mundo de homens e mulheres, complexa e múltipla, que tem suas raízes na natureza e na cultura” (p. 227). Segundo essa autora, a sexualidade abrange as características anátomo-fisiológicas do indivíduo, assim como o prazer, o desejo, a escolha de um parceiro ou parceira, as práticas sexuais, as emoções, os sentimentos, o corpo vivido e significado. Além disso, sexualidade se articula ao gênero, à família, às relações de poder e autoridade, às relações de amor. “Traduz relações sociais de dominação, de exploração, de subordinação” (BERNARDES, 1989, p. 227).

Gênero e sexo não são conceitos antagônicos, mas são distintos. Numa perspectiva psicossocial, Bleichmar (1988) explica que o conceito de gênero engloba os aspectos psicológicos, sociais e culturais da feminilidade/masculinidade, enquanto sexo refere-se aos componentes biológicos e anatômicos do ser macho/ser fêmea e, também, designa a própria relação sexual.

De modo semelhante, Bernardes (1993) faz referência aos aspectos psicológicos e sócio culturais do ser homem e do ser mulher. Assim, os atributos que qualificam o indivíduo como fêmea/macho, mulher/homem, feminino/masculino, “não são apenas da ordem da natureza nem são independentes entre si; são produzidos por relações socialmente construídas, ou seja, são de ordem cultural” (p. 52). O gênero não pode ser estudado senão articulado a outras subordinações sociais, tais como raça e classe social, abrindo-se, assim, novas possibilidades de compreender a subjetividade masculina ou feminina, no contexto social e cultural a que pertence o sujeito.

O caráter social do gênero, numa perspectiva histórica, é acentuado por Louro (1995) ao explicitar que este “é um conceito que visa – sem descartar as bases biológicas das diferenças entre os sexos – chamar atenção para a construção social que se dá articulada a essas bases biológicas” (p. 6). Essa autora reforça, portanto, a idéia de que o sexo determina as diferenças biológicas entre homens e mulheres e o gênero implica, além do biológico, uma construção sócio cultural. Dessa forma, nascemos machos ou fêmeas, mas a sociedade e a cultura em que estamos inseridos nos transformam em homens e mulheres.

De acordo com Mott (1999), um dos ensinamentos básicos da Antropologia e da Sexologia é que a sexualidade humana não é instintiva; ela é culturalmente construída, além de variar de povo para povo e se modificar ao longo do tempo dentro de uma mesma sociedade. Este autor ressalta que “não existe uma moral sexual natural e universal, portanto a sexualidade humana é amoral no sentido de que cada cultura determina, por razões subjetivas e nem sempre salutares, que comportamentos sexuais serão aceitos ou condenados” (MOTT, 1999, p. 237).

No campo da Filosofia, Foucault problematizou as relações de poder e a sexualidade. De acordo com Foucault (1994), já antes deste século, o poder disciplinar atinge o indivíduo no que tem de mais íntimo e pessoal: a sexualidade. Este autor questiona o que denominou de “hipótese repressiva”: somos obrigados a pagar um preço – a repressão crescente – pelos benefícios oferecidos pelas instituições modernas. Esse poder disciplinar supostamente produziria corpos dóceis, facilmente controlados e regulados em suas atividades, em vez de espontaneamente capazes de atuar sobre os impulsos do desejo (GIDDENS, 1993).

Embora o poder apareça como forma de repressão, Foucault passou a avaliá-lo como um fenômeno mobilizador e aqueles que estão sujeitos ao poder disciplinar não são necessariamente indivíduos dóceis e passivos (GIDDENS, 1993). Foucault (1994) não se preocupa em mostrar que a hipótese repressiva é falsa, mas em mostrar o regime de poder-saber-prazer que sustenta o discurso sobre a sexualidade humana. Para ele, o ponto essencial não é tanto o fato de saber se ao sexo se formulam interdições ou permissões, mas considerar o fato de se falar dele, aqueles que dele falam, os lugares e pontos de vista de que se fala dele, as instituições que incitam a falar dele, que armazenam e difundem o que dele se diz, em suma, o ‘fato discursivo’ global, a ‘discursificação’ do sexo (FOUCAULT, 1994, p. 17).

Esse autor afirma que, desde o fim do século XIV, essa “discursificação do sexo” ao invés de sofrer um processo de restrição foi submetida a um mecanismo de incitamento crescente. As técnicas de poder exercidas sobre a sexualidade não obedeceram a um princípio de seleção rigorosa mas, ao contrário, de disseminação e de implantação de sexualidades polimorfos. Ressalta, ainda, que “a vontade de saber não se deteve perante um tabu que não se devia destruir, mas se obstinou – através de muitos erros, sem dúvida – em constituir uma ciência da sexualidade” (FOUCAULT, 1994, p. 18).

Na perspectiva foucaultiana, criou-se um aparelho que, ao multiplicar os discursos sobre o sexo, objetivou produzir verdades sobre ele. No século XIX, momento crítico da história da humanidade, esse projeto aliou-se a um projeto científico, fatalmente comprometido com o evolucionismo e com os racismos oficiais. O discurso médico, sob uma aura de neutralidade científica, produziu crescentemente verdades sobre o sexo, mas que estava ligado a uma moral da assepsia e da conexão entre o patológico e o pecaminoso. A medicina do sexo se associou fortemente à biologia (evolucionista) da reprodução. Essa associação do discurso sobre o sexo com o discurso científico deu a ele maior legitimidade.

Foucault (1994) apresenta quatro grandes estratégias que desenvolveram a propósito do sexo dispositivos específicos de saber e de poder: a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do corpo da criança, a socialização das condutas de procriação e a psiquiatrização do prazer "perverso". De acordo com o autor, na preocupação com o sexo, “quatro figuras se desenham, alvos e pontos de fixação para as diligências do saber: a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal

malthusiano e o adulto perverso” (p.108). Para Foucault, essas estratégias trataram da própria produção da sexualidade que, segundo ele

não deve ser concebida como uma espécie determinada de natureza que o poder tentaria abater ou como um domínio obscuro que o saber tentaria a pouco revelar. É o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não realidade vinda de baixo, sobre a qual se exerceriam atuações difíceis, mas grande rede de superfície, em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, o incitamento ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço das fiscalizações e das resistências, se encadeiam uns com os outros, segundo algumas estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 1994, 108).

Giddens (1993) também argumenta que a sexualidade é uma “elaboração social que opera dentro dos campos do poder, e não simplesmente um conjunto de estímulos biológicos que encontram ou não uma liberação direta” (p. 33).

As análises de Foucault sobre a história da sexualidade deixam bem claro que, desde o final do século XVIII, a busca pelo prazer sexual passa para segundo plano e o interesse pelo entendimento científico da “sexualidade humana” toma forma. Giddens (1993) ilustra muito bem este contexto, afirmando que “o prazer erótico se transforma em ‘sexualidade’ à medida que a sua investigação produz textos, manuais e estudos que distinguem a ‘sexualidade normal’ de seus domínios patológicos” (p. 30).

Para Foucault (1994), o instinto sexual foi analisado, atribuíram-lhe um papel de normalização e de patologização sobre todo o comportamento e, por fim, tentaram aplicar a essas “anomalias” uma tecnologia corretiva. Foucault (1994) denomina este processo de psiquiatrização do prazer perverso. Salienta que “a medicina das perversões e os programas do eugenismo foram, na tecnologia do sexo, as duas grandes inovações da segunda metade do século XIX” (FOUCAULT, 1994, p. 121).

Coincide com esta época o surgimento do homossexual como categoria identitária, pois a homossexualidade como prática sexual já existia nas sociedades humanas. Moriconi (2002), retoma Foucault afirmando que o termo “homossexual” é uma invenção do século XIX. Ele teria surgido - como categoria definidora da essência de uma pessoa - a partir de um processo histórico de classificação das pessoas em função de uma “normalidade” heterossexual que congregava os interesses judaico-cristãos aos interesses do “mundo melhor” prometido pelo

capitalismo europeu. Para esse autor, a lição mais importante deixada por Foucault é que “a partir do século XIX a individualidade humana passa a ser conceituada e moralmente julgada pela sexualidade, enquanto questão médica e biológica. Você é o que a sua sexualidade é” (MORICONI, 2002, p. 101).

Costa (1992) em seu estudo sobre homoerotismo também argumenta que, antes do século XIX e das primeiras décadas do século XX, não existia “uma personalidade” ou “um perfil psicológico” comum a todos homossexuais, como se pretende nos dias de hoje. Sustenta que

nossas idéias aparentemente espontâneas e intuitivas sobre o que “é um homossexual” nada mais são do que decantações imaginárias de um estereótipo humano, inventado para funcionar como antinorma do ideal de conduta sexual masculina adequado à formação da família burguesa” (COSTA, 1992, p. 12).

Muitas das nossas crenças atuais sobre a realidade das diferenças entre os sexos foram construídas nos séculos XVIII e XIX. Assim, “homossexualidade e heterossexualidade seriam meras identidades socioculturais que condicionam nossas maneiras de viver, sentir, pensar, amar, sofrer etc., e não uma lei universal da diferença de sexos” (NUNAN, 2003, p. 25). Como consequência, o homossexual não é alguém que existe independente do ambiente cultural que o criou.

Até o século XVIII, os homossexuais eram tratados pela Igreja como sodomitas, uma categoria bastante ampla, pois incluía contatos sexuais (não necessariamente anais) entre homens, homens e animais, ou homens e mulheres, desafiando a reprodução (BADINTER, 1993). Por motivos religiosos, a sodomia era proibida, considerada um pecado muito grave. Nos séculos anteriores, a Inquisição punira severamente os sodomitas. Os castigos variavam desde trabalhos forçados, degredo para países distantes, confisco de bens, multas em dinheiro, açoites até a famosa fogueira (TREVISAN, 2002). Entretanto, convém ressaltar que o que definia os sodomitas eram os seus comportamentos, não suas inclinações (heterossexuais ou homossexuais) (NUNAN, 2003). Essa autora, esclarece:

O indivíduo que tinha o desejo de praticar sodomia, mas não o fazia, não era considerado um sodomita. Da mesma forma, aquele que abandonasse o *vício* abominável deixava, igualmente, de ser taxado (sic) de *sodomita*. Em outras palavras, a categoria era definida pelo ato, não pelo indivíduo que o praticasse. O *sodomita* não tinha, tal

como aconteceria mais tarde com o *homossexual*, uma fisiologia ou psicologia particular (p. 33).

De pecado, a sodomia evolui para crime contra o Estado. Segundo Trevisan (2002), nas Ordenações Filipinas (1603/1867) - uma das compilações jurídicas portuguesas que vigorou no Brasil por mais de dois séculos, determinava-se que o sodomita fosse queimado e seus bens confiscados pela Coroa, independente dessa pessoa ter descendentes ou não, pois essa era uma forma de difamar também a descendência daqueles que praticavam a sodomia. Em 1830, foi sancionado o Código Criminal Brasileiro. Nesse documento, de inspiração napoleônica, a figura jurídica da sodomia é eliminada. No entanto, surgem os crimes “por ofensa à moral e aos bons costumes” quando praticados em público. Nos Códigos Penais que se seguiram (1890 e 1940) a figura jurídica permanece a mesma, agora sob o nome de “crime contra a segurança da honra e honestidade das famílias”, ou “ultraje público ao pudor”, ou “atentado violento ao pudor”. Sem qualquer menção explícita, foi sob tais infrações que a homossexualidade foi enquadrada (TREVISAN, 2002).

Até meados do século XIX, um dos termos utilizados para designar sujeitos homossexuais era *invertido*, sugerindo que todo homossexual era “feminino”, portador de uma inversão sexual. Em 1862, o jurista alemão Karl Heinrich Ulrichs através do termo *uranismo* introduziu a noção de um terceiro sexo – uma “mente de mulher num corpo masculino” e vice-versa, com a intenção de provar que a homossexualidade era uma inclinação natural e, portanto, legítima (TREVISAN, 1997). A palavra *uranismo* deriva de Afrodite Urânia, a musa que, no discurso de Pausânias, no *Banquete* de Platão, representava o amor entre homens (NUNAN, 2003).

De acordo com Trevisan (2002), o termo “homossexual” foi utilizado pela primeira vez em 1869 pelo médico húngaro Karl Maria Kertbeny (pseudônimo de Benkert) e amplamente difundido em toda comunidade científica desde então. A definição desse termo, na visão deste autor, marca os esforços dos estudiosos da época em definir com rigor científico as características da sexualidade vista como desviante. Mott (2000), por sua vez, apresenta uma outra versão para tal fato. Segundo esse autor, Kerbeny era jornalista e advogado e só usou o pseudônimo Dr. Benkert para proteger sua pessoa e conferir maior respeitabilidade à defesa dos homossexuais, mas nunca foi médico.

A introdução do conceito de “homossexual” marca uma divisão histórica na maneira como as práticas homossexuais passaram a ser encaradas ao longo do tempo nas sociedades ocidentais. O pensamento de Badinter (1993) ilustra bem essa situação

O sodomita, que era apenas uma aberração temporária, dá lugar ao “homossexual”, que caracteriza uma espécie particular. Com a invenção de novas palavras – “homossexual” e “invertido” – para designar aqueles que se interessam pelo mesmo sexo, altera-se a idéia que se faz deles. A criação de uma palavra corresponde, neste caso, à criação de uma essência, de uma doença psíquica e de um mal social. O nascimento do “homossexual” é o nascimento de uma problemática e de uma intolerância que sobreviveram até os nossos dias (p.102).

Na época em que eram considerados sodomitas, esses sujeitos eram vistos como pecadores, em seguida foram considerados criminosos, passando a ser encarados como inimigos do Estado. À medida que passaram a ser definidos como homossexuais, no final do século XIX, sua condição muda, e eles passam a ser vistos como anormais.

A partir do momento em que a homossexualidade passa a ser vista como um desvio de comportamento, como uma patologia, surgem inúmeras tentativas de “cura” do sujeito homossexual. Propõe-se a abstinência forçada e a hipnose na expectativa de convencer esses indivíduos a desejarem sexualmente uma mulher (NUNAN, 2003). Paralelo a isto, estabelecesse a normalidade heterossexual: a sexualidade masculina “normal” estaria vinculada a um “instinto” cujo objeto natural seria o sexo oposto. O conceito de heterossexualidade é criado para descrever essa normalidade, postulando uma diferença radical entre os sexos e ligando de modo indissolúvel a identidade de gênero (ser um homem ou uma mulher) e a identidade sexual (BADINTER, 1993).

Na perspectiva de Badinter (1993), um dos motivos da estigmatização dos homossexuais é o processo de classificação das sexualidades pelos sexólogos. Ao classificar as práticas sexuais em hetero e homossexuais, esses últimos foram considerados desviantes e colocados no terreno da anormalidade. Essa autora cita como exemplo a iniciativa de Haverlock Ellis: na tentativa de reforçar a tolerância da sociedade burguesa aos homossexuais, ele desenvolveu o argumento do caráter inato como origem da homossexualidade. Como resultado, a hipótese da

homossexualidade determinada biologicamente prevaleceu na literatura médica do século XX, acarretando todo tipo de experiências hormonais e cirúrgicas para transformar homossexuais em heterossexuais. Paralelo a isso, o conceito de homossexualidade, surgido na medicina oitocentista, foi sendo incorporado à psicologia e à psiquiatria e “o homossexual passou a ser explicado como um produto das histórias individuais” (NUNAN, 2003, p. 35).

Concordo com Nunan (2003) quando ela afirma que, ao falarmos de homossexualidade,

devemos estar atentos para o fato de que este termo não designa uma realidade em si, mas uma coisa que é produto do vocabulário moral da modernidade: o conceito de *homossexual* é tão histórica e socialmente construído como qualquer outro termo (p. 24).

Argumentando que palavras como homossexualidade, homossexualismo, e homossexual estariam carregadas de preconceito, pois remetem ao vocabulário científico-moral dos séculos XVIII e XIX, Costa (1992) propõe o uso do termo **homoerotismo**. Define-o como a possibilidade que certos indivíduos têm de “sentir diversos tipos de atração erótica ou de se relacionar fisicamente de diversas maneiras com outros do mesmo sexo biológico” (p. 22). Esse conceito seria mais flexível e descreveria melhor a pluralidade das práticas ou desejos de determinados sujeitos, excluindo a alusão a desvio, anormalidade ou perversão associada ao substantivo **homossexual**.

Apesar dessa crítica, neste trabalho utilizarei os termos **homossexualidade**, **homossexual** e **gay**, sendo que os dois últimos são tratados como sinônimos. Não usarei o conceito homossexualismo, pois, como Nunan (2003) e Santos (1997), acredito que o sufixo “ismo” está impregnado da visão psicopatológica da afiliação amorosa entre pessoas do mesmo sexo, que insiste em situá-la no campo dos desvios, distúrbios e disfunções sexuais.

Homossexualidade e **heterossexualidade** são orientações afetivo-sexuais. Costa (1994) define **orientação afetivo-sexual** como a capacidade para nos relacionarmos amorosa ou sexualmente com alguém. Geralmente utiliza-se apenas o termo “orientação sexual”; esse autor, entretanto, optou por acrescentar a palavra “afetivo” para deixar claro que esse relacionamento não é só da ordem sexual, mas pode envolver o amor e o afeto. Para ele, a orientação afetivo-sexual está

relacionada com os sentimentos existentes em nós em relação a outra pessoa: o desejo e o prazer sexual, as sensações do orgasmo, as fantasias sexuais, os sonhos eróticos o amor e a paixão. Aqui, também utilizarei como sinônimo de orientação afetivo-sexual o termo identidade sexual (NUNAN, 2003).

Neste estudo, adotarei os termos **homossexual** e **gay** para designar homens que têm por objeto de amor ou desejo outros homens, ou seja, cuja orientação afetivo-sexual é para com pessoas do mesmo sexo biológico. É preciso que fique claro que esta investigação não tem a preocupação de discutir as causas da homossexualidade. Neste trabalho, parto de um pressuposto semelhante ao de estudiosos como Trevisan (2002) e Nunan (2003): esta orientação será tratada como fato consumado, que não necessita de justificção biológica, psicológica ou social. Entendendo que homossexualidade não é doença, não é desvio, não é anormalidade. Questionar a origem de algo diferente seria sugerir a idéia do desvio da normalidade, como também a necessidade de normalizar uma identidade como sendo a ideal.

De acordo com Nunan (2003), foi justamente por acreditarmos que a origem da homossexualidade era algo importante que esses sujeitos acabaram sendo estigmatizados socialmente. Na concepção dessa autora, “o único critério para definir o ato homossexual como patológico é o fato de ele ser socialmente minoritário” (p. 77). Como já foi dito, a estigmatização dos homossexuais seria resultado do processo de classificação das sexualidades, que transformou o sexo numa forma de categorizar as pessoas (BADINTER, 1993).

O termo **estigma** foi criado pelos gregos para se referirem a sinais corporais, geralmente marcados com cortes ou fogo, para evidenciar algo de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os exibia. Assim, o **estigma** pode ser entendido como uma marca pública de vergonha ou desonra, que dá ao indivíduo um status social inferior. Na perspectiva de Goffman (1988), um sujeito estigmatizado é

um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma característica diferente da que havíamos previsto (p. 14).

Uma pessoa estigmatizada tem atributos e características que manifestam uma identidade social que é menosprezada em contextos particulares. É um

indivíduo defeituoso aos olhos dos outros e inapto para a aceitação social integral (CROKER et. al. 1998). Para esses autores, o estigma é uma ameaça situacional, ou seja, em determinadas situações o sujeito estigmatizado pode ser tratado ou julgado de maneira diferente em função de seu estigma. A possibilidade de ser vítima de preconceito e discriminação existe, independente do status pessoal alcançado pelo estigmatizado.

Autores como Allport (1962), Duckitt (1992) e Aronson (1999) concordam que o **preconceito** é uma opinião ou sentimento desfavorável formado antes de se ter os conhecimentos necessários; é uma atitude emocionalmente condicionada, baseada em crenças, opiniões ou generalizações sobre indivíduos ou grupos. Essas generalizações são chamadas de **estereótipos**. Etimologicamente, o termo estereótipo vem do grego: *stereos* (que quer dizer sólido, firme) e *typus* (que significa traço). Uma das primeiras conceituações do termo se deve, sobretudo, aos trabalhos do jornalista Walter Lippman, em 1922 que considerava o estereótipo como uma imagem simplificada do mundo, formada a partir de generalizações, nem sempre corretas, sobre grupos ou categorias de pessoas, com o objetivo de satisfazer a necessidade de ver o mundo de modo mais compreensível do que ele realmente é (FIALHO, 2003). Nunan (2003) explica que

Utilizamos o estereótipo como um atalho para entender o complexo mundo que nos rodeia, particularmente quando estamos em situações ambíguas, apressados, distraídos, preocupados, inseguros, cansados, emocionalmente excitados, quando somos jovens demais para absorver a diversidade ou se estamos julgando indivíduos desconhecidos (p. 61).

Os estereótipos são, ao mesmo tempo, a causa e a consequência do preconceito, e ambos geram discriminação contra um determinado grupo ou indivíduo, apesar desta poder existir independente desses dois fatores (AUGOUSTINOS; WALKER, 1995). A **discriminação** é a manifestação do preconceito no mundo fático, provocando a tomada de atitudes que tenham por objetivo o preterimento em função de características do discriminado, consideradas pelo discriminador como inferiores, nocivas ou inadequadas para o seu padrão de comportamento. Fiske (1998) identificou dois tipos de discriminação: **quente** e **fria**. Para esse autor, a **discriminação quente** seria aquela baseada em desprezo, ressentimento, hostilidade e raiva, muito comum, por exemplo, em religiosos

fundamentalistas e em pessoas com traços autoritários. Já a **discriminação fria** é fundamentada em estereótipos relacionados aos interesses, conhecimentos e motivações do membro pertencente ao grupo minoritário. Um exemplo desse fenômeno seria a discriminação sofrida por algumas pessoas no mercado de trabalho, que não são contratadas devido a estereótipos cristalizados em seu meio social: muitas mulheres ainda não conseguiram seu espaço como treinadoras ou locutoras de futebol, em função do estereótipo de que isto é trabalho para homens.

Em resumo, Nunan (2003) nos lembra que o preconceito é uma atitude que engloba três elementos: o afeto (sentimentos ou emoções em relação a um indivíduo ou a um grupo), a cognição (os estereótipos) e o comportamento (a discriminação).

O preconceito contra homossexuais é freqüentemente chamado de **homofobia**. Esse termo surgiu inicialmente nos estudos de George Weinberg (1972) que o definia como medo da homossexualidade. Blumenfeld (1992) a define como o medo ou ódio daqueles que amam e desejam sexualmente sujeitos do mesmo sexo. Na concepção desse autor, homofobia inclui preconceito, discriminação, abuso verbal e atos de violência originados por esses sentimentos.

Junto com homofobia, aparece o conceito de **heterossexismo**. Blumenfeld (1992), denomina heterossexismo todo um sistema de vantagens atribuído aos heterossexuais. Para esse autor, heterossexismo, que tem sua raiz no sexismo, é a institucionalização da norma ou padrão heterossexual, que estabelece ou perpetua a noção de que todas as pessoas são ou devem ser heterossexuais. Em função disso, a sociedade irá privilegiar os heterossexuais e a heterossexualidade, excluindo as necessidades, as preocupações, as culturas e as experiências de vida das lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. Heterossexismo é a opressão realizada, sutil ou explicitamente, através da negligência, omissão, supressão e distorção.

Entretanto Nunan (2003) afirma que os conceitos homofobia e heterossexismo têm sido duramente criticados. O argumento da autora baseia-se no fato de que, no caso de homofobia, o termo sugere que o preconceito contra homossexuais pode ser compreendido como uma forma de psicopatologia (fobia) individual, desconhecendo os aspectos sociais do fenômeno. O heterossexismo, por sua vez, teria seu foco em um nível histórico e cultural, ignorando iniciativas individuais. Essa autora propõe o termo **preconceito sexual** em substituição a homofobia, pelas seguintes razões:

Em primeiro lugar, é um termo descritivo, que não assume motivações, dinâmicas ou origens inconscientes para as atitudes negativas, além de evitar julgamentos morais sobre estas atitudes. Em segundo lugar, coloca o estudo das atitudes relacionadas à orientação sexual dentro do contexto mais amplo das pesquisas da psicologia social sobre preconceito (NUNAN, 2003, p. 78).

Como muitos autores que trabalham com esta temática, tais como Costa (1992), Louro (1999), Trevisan (2002), Mott (2003), tratam homofobia e preconceito sexual como sinônimos, neste trabalho farei o mesmo. No que tange à questão da palavra heterossexismo, adotá-la-ei na perspectiva proposta por Blumenfeld (1992), acreditando ser este um sistema ideológico, social e institucional, que coloca a heterossexualidade como superior à homossexualidade (e outras formas de expressão da sexualidade).

1.1 Identidade sexual

O tema da identidade e, mais especificamente da identidade sexual, tem sido explorado em diversos campos do conhecimento. No entanto, assumo neste trabalho concepções produzidas no campo da psicologia social crítica.

Neste campo da Psicologia Social, a temática da identidade vem sendo focalizada desde o início do século passado. Após um período de poucos avanços, o tema voltou a receber atenção em trabalhos que tratam sobre relações entre grupos, sobre diferenciação social e sobre identidade marginal (JACQUES, 1998).

De acordo com Jacques (1998), o conceito de identidade tem sido denominado por meio de diferentes expressões tais como imagem, representação e conceito de si: refere-se a conteúdos como conjuntos de traços, de imagens, de sentimentos que o sujeito reconhece como fazendo parte dele próprio. Enquanto na literatura norte-americana o termo consagrado é “self” ou “self-concept”, correspondendo a conceito de si, a tradição europeia privilegia a noção de representação de si. A autora explica:

A identidade pode ser representada pelo nome, pelo pronome eu ou por outras predicções como àquelas referentes ao papel social. No entanto, a representação de si através da qual é possível apreender

a identidade é sempre a representação de um objeto ausente (o si mesmo). Sob este ponto de vista, a identidade se refere a um conjunto de representações que responde a pergunta 'quem és' (JACQUES, 1998, p. 161).

Essas diferentes terminologias refletem não só uma diversidade teórico-metodológica como também a complexidade que este envolve. Um dos reflexos dessa dificuldade conceitual é a subdivisão dos sistemas identificatórios, assim a identidade é qualificada como **identidade pessoal** (atributos específicos do indivíduo) e **identidade social** (atributos que assinalam o pertencimento a grupos ou categorias) (JACQUES, 1998).

A identidade de um indivíduo se constitui a partir do contexto histórico e social em que está inserido. Daí decorrem, como formas histórico-sociais de individualidade, as possibilidades e impossibilidades, os modos e alternativas de sua identidade. Como determinada, a identidade se configura, ao mesmo tempo, como determinante, pois o sujeito tem um papel ativo na construção deste contexto, tanto pela inserção quanto pela apropriação que faz do mesmo (JACQUES, 1998). A partir desta perspectiva

é possível compreender a identidade pessoal como e ao mesmo tempo identidade social, superando a falsa dicotomia entre essas duas instâncias. Dito de outra forma: o indivíduo se configura ao mesmo tempo como personagem e autor – personagem de uma história que ele mesmo constrói e que, por sua vez, o vai construindo como autor (JACQUES, 1998, p. 163).

Ao pensar a identidade, não como algo estático, mas como algo dinâmico, em constante mutação, Ciampa (2001) concebe a identidade como metamorfose. Segundo esse autor, cada indivíduo encarna as relações sociais, configurando uma identidade pessoal, uma história de vida, um projeto de vida que pode ou não se concretizar, no emaranhado das relações sociais. Ao mesmo tempo em que constituem a sociedade, as identidades são por ela constituídas.

Num primeiro momento, a tendência é analisar a identidade como um traço estático na definição do sujeito. O indivíduo aparece isolado, sua identidade surge como algo imediato, imutável. Geralmente, essa representação é feita pelo nome próprio (CIAMPA, 2001). No entanto, embora nos represente, apenas o nome não dá conta de nossa identidade, como elucida Jacques “o nome próprio é uma representação da identidade precocemente adquirida a partir da forma como os

outros nos chamam e, portanto, pelo seu caráter restritivo não dá conta da identidade (1998, p. 165).

O nome nos identifica e passamos a nos identificar com ele. Se, no início, os outros me chamavam por um nome que me foi dado, agora “eu me chamo...”, identifico-me por fulana de tal. De acordo com Ciampa (2001, p. 131), “interiorizamos aquilo que os outros nos atribuem de tal forma que se torna algo nosso. A tendência é nós nos predicarmos coisas que os outros nos atribuem”. Assim, nos tornamos filhos de fulano, netos de sicrano, alunos, sobrinhos... Assumimos papéis que vão constituindo nossa identidade.

Para Ciampa (2001), essa identidade, que inicialmente assume a forma de um nome próprio, vai adotando outras formas de predicções, outros papéis. Ele propõe o termo *personagem* como expressão empírica da identidade. Para ele, um nome designa uma *personagem*, assim como um papel, pelo menos em termos de identidade, designa uma *personagem*. “A identidade então, assume a forma *personagem*, ainda que esta seja chamada pelo nome próprio, por um apelido, por um papel, etc” (CIAMPA, 2001, p.134).

O uso de termos próprios à dramaturgia (tais como personagem, ator, autor, papel) já foi observado na obra de Goffman (1985). Para ele, o personagem também se refere à identidade empírica que é a forma como a identidade é representada no mundo. Envolve sempre a presença de um ator desempenhando um papel social.

Os papéis sociais são abstrações construídas nas relações sociais e que se concretizam em personagens; o personagem implica a existência de um ator que o personifica. Os papéis sociais caracterizam a identidade do outro e o lugar no grupo social; o personagem, enquanto representa um papel social, representa uma identidade coletiva a ele associada, construída e mediada através das relações sociais (JACQUES, 1998, p. 163)

Ciampa (2001) nos chama atenção para o fato de que identidade é diferença e igualdade. Isso pode ser percebido ao analisar-se novamente a questão do nome próprio. O pré-nome é um diferenciador de outros iguais, mas também um nivelador com outros, similarmente nomeados. O sobrenome distingue a individualidade, remetendo a outros iguais do mesmo grupo familiar. “Com isso se revela um dos segredos da identidade: ela é a articulação da diferença e da igualdade” (CIAMPA, 2001, p. 138).

Esse duplo aspecto igualdade/diferença é uma das características da pluralidade humana. Essa pluralidade implica unicidade, pois o indivíduo vai se igualando por totalidades conforme os vários grupos em que vai se inserindo ao longo da vida (gaúchos ou catarinense, homens ou mulheres, etc.) sem pressupor homogeneização. Ao se representar semelhante ao outro a partir do pertencimento a grupos ou categorias, percebe sua unicidade a partir de sua diferença (JACQUES, 1998). Segundo essa autora, “Essa diferença é essencial para a tomada de consciência de si e é inerente à própria vida social, pois a diferença só aparece tomando como referência o outro” (p. 164).

No ponto de vista de Ciampa (2001), uma identidade aparece como a articulação de várias personagens, articulação de igualdades e diferenças, constituindo e constituída por sua história e por seu projeto pessoal.

São múltiplas personagens que ora se conservam, ora se sucedem; ora coexistem, ora se alternam. Estas diferentes maneiras de se estruturar as personagens indicam como que *modos de produção* da identidade. Certamente são maneiras possíveis de uma identidade se estruturar; quando há predominância de uma talvez se pudesse falar num modo dominante de produção (CIAMPA, 2001, p. 156).

Essas personagens são vividas por **atores** que as encarnam e que se transformam à medida que vão vivenciando suas personagens. Como atores, estamos sempre buscando nossas personagens, quando não encontramos novas personagens, repetimos as antigas; quando tanto novas quanto as velhas se tornam impraticáveis, “o ator caminha para a morte, simbólica ou biológica” (CIAMPA, 2001, p. 157).

Embora cada indivíduo seja uma totalidade, em cada momento de sua existência, manifesta-se uma parte de si como desdobramento das múltiplas determinações a que está sujeito em função das personagens que interpreta em sua vida. Diante de seu filho, relaciona-se como pai, diante do seu pai, como filho. No entanto, nem seu filho o vê apenas como pai, nem seu pai o vê apenas como filho. Nunca comparecemos diante dos outros apenas como portadores de um único papel, mas como uma **personagem**, como uma totalidade... parcial. Quando compareço frente a alguém, eu me represento (CIAMPA, 2001). Na realidade

é impossível expressar a totalidade de mim; posso falar por mim, agir por mim, mas estou sendo o representante de mim mesmo. O

mesmo pode ser dito do outro frente ao qual compareço (e que comparece frente a mim).

Com isso, estabelece-se uma intrincada rede de representações que permeia todas as relações, onde cada identidade reflete outra identidade, desaparecendo qualquer possibilidade de se estabelecer um fundamento originário para cada uma delas (CIAMPA, 2001, p. 171).

As identidades dos sujeitos refletem as estruturas sociais, mas, como não são estáticas, reagem sobre elas, algumas vezes conservando-as, outras vezes, transformando-as. De acordo com Ciampa (2001), as atividades dos indivíduos são normatizadas tendo em vista a manutenção da estrutura social, objetivando a conservação das identidades produzidas: “Assim, a identidade que se constitui no produto de um permanente processo de identificação aparece como um dado, e não como um dar-se constante, que expressa o movimento do social” (p. 171).

Em suma, na perspectiva da Psicologia Social Crítica, ao responder a pergunta “quem és?” o indivíduo desenvolve uma representação de si e vai apreendendo sua identidade. Essa representação não resulta de uma simples duplicação simbólica ou mental da identidade, mas de uma articulação entre a identidade pressuposta (derivada, por exemplo, do papel social), da ação do sujeito e das relações em que está envolvido concretamente (JACQUES, 1998).

1.2 Preconceito contra homossexuais no Brasil e resistência da comunidade gay

Na contemporaneidade, em grande parte do mundo ocidental, os homossexuais não são mais considerados pecadores, criminosos ou doentes. Seu estatuto de seres humanos, contudo, não se encontra plenamente assegurado. Isso talvez ocorra porque ainda seja recorrente a idéia de que os homossexuais subvertem as leis de Deus, da natureza e da sociedade, no próprio cerne do que torna humano um ser humano: a capacidade de amar e ser amado (SULLIVAN, 1996).

O desenvolvimento de um discurso científico sobre a sexualidade fez com que as práticas sexuais fossem nomeadas e classificadas e as pessoas rotuladas e conhecidas em virtude do sexo que praticam. Além da transposição do vocabulário médico-científico para a esfera dos comportamentos humanos, essa “discursificação

do sexo” (FOUCAULT, 1994) indica a intenção de ordenar, normalizar, manter sob controle os indivíduos. Essas definições e classificações pressupõem que haja um modelo de normalidade ao qual todos devem ajustar-se. Gonçalves (1999) explica que “por meio de oposições binárias, aprendemos as decifrações dos comportamentos das pessoas e a julgá-las segundo esses padrões” (p. 200).

Ao estudar a história da homossexualidade no Brasil no século XX, tendo como pano de fundo o carnaval, Green (2000) constatou que, apesar desses indivíduos terem alcançado um *status* elevado nos quatro dias do carnaval, no restante do ano a situação mostra-se bem diferente. As pessoas que se identificam como homossexuais precisam lidar com a violência nas ruas, muitas vezes expressa pela própria polícia; negociar com as restrições familiares e desenvolver redes alternativas de apoio.

A imagem internacional transmitida pelo Brasil, principalmente em função do carnaval, dá idéia de que este é um país em que a homossexualidade é aceita naturalmente. Na visão de Green (2000),

a permissividade aberta do carnaval, assim diz o estereótipo, simboliza um regime sexual e social que aceita a ambigüidade sexual sem restrições, incluindo a sexualidade do homem em relação ao homem (p. 23).

Entretanto, esse autor nos lembra que, ao término dos quatro dias de folia, o quadro que se apresenta é bem diferente deste que atrai turistas do mundo inteiro que acreditam que “não existe pecado abaixo do Equador” (PARKER, 2002). Numa pesquisa realizada em 1993, com aproximadamente dois mil homens e mulheres brasileiros, constatou-se um persistente mal estar diante da homossexualidade. Apesar de 50% dos entrevistados e entrevistadas concordarem que convivam diariamente com homossexuais - no trabalho, na vizinhança ou em ambientes sociais que freqüentavam – 56% admitiram que alterariam seu comportamento em relação a um colega se descobrissem que ele fosse homossexual. Um em cada cinco reconheceram que romperiam a relação com essa pessoa. Dos sujeitos inquiridos, 36% afirmaram que não empregariam uma pessoa se soubessem que ela é gay, mesmo que esta fosse a mais qualificada para o cargo; 79% não gostariam que seu filho saísse com um amigo homossexual (GREEN, 2000).

Em nossa cultura, os meios de comunicação, a família, a escola, as religiões apresentam a relação homem/mulher como a única orientação afetivo-sexual

possível, evitando mencionar a existência de outras práticas. Trevisan (1997) exemplifica bem essa situação, ao avaliar os comerciais de televisão nos quais tudo se vende sob a ótica do amor heterossexual como algo natural e incontestável, não deixando espaço para que as outras sexualidades apareçam.

Ao analisar o esporte favorito dos brasileiros, e a necessidade da afirmação da sexualidade “normal” dos jogadores, o autor pondera: “No Brasil há um cuidado quase atávico em resguardar a heterossexualidade dos jogadores de futebol, quer dizer, aquele esporte oficialmente definido como um passatempo de machos (TREVISAN, 1997, p. 58). Para ele, a maioria das pessoas considera impensável que um praticante desse esporte possa ser homossexual, pois a imagem que se tem desse atleta é, via de regra, a imagem de um homem heterossexual. Em contrapartida, um jogador de futebol homossexual geralmente precisa ocultar sua identidade sexual para manter sua profissão.

É possível afirmar que a produção da identidade sexual normativa geralmente vem acompanhada do sentimento de rejeição à homossexualidade e esta se expressa, muitas vezes, por declarado preconceito. Um olhar mais cuidadoso sobre a sociedade brasileira mostra que, apesar da intenção de vender uma imagem de liberalidade sexual (inclusive para fins turísticos), nosso país apresenta índices que o configuram como um país homofóbico. Segundo Mott (1996), 78% da população geral rejeita os homossexuais enquanto esse índice chega a 82% entre os formadores de opinião (incluídos nesta categoria políticos, juristas, executivos, comunicadores e membros da Igreja). Em uma pesquisa encomendada pela Revista Época ao Instituto Mori Brasil em 1998 (VELLOSO, 1999), foram entrevistadas pessoas de ambos os sexos, entre 16 e 70 anos, em cinco capitais brasileiras. Os resultados demonstram o preconceito existente contra homossexuais na população brasileira: 47% dos entrevistados considera a homossexualidade pecado ou um distúrbio psicológico, enquanto 28% acredita ser uma doença física; 56% não apoiariam a opção de um filho que decidisse se unir a outra pessoa do mesmo sexo biológico. O preocupante, segundo Nunan (2003) é que

o preconceito contra homossexuais é admitido abertamente, ao contrário do racismo. Nestes casos, os homossexuais são freqüentemente taxados (sic) de anormais, imorais, pecadores,

marginais, pedófilos, promíscuos, doentes, efeminados, complicados e pouco confiáveis (p. 79).

Tais resultados são consistentes com o fato de o Brasil ser considerado um dos campeões mundiais da violência contra homossexuais. Dados comprovam que, entre 1980 e 2003, mais de 2100 homossexuais foram assassinados no país, perfazendo uma média de um crime a cada três dias (MOTT, 2003). Até o final do século XX, o conhecimento sobre a vitimização dessas pessoas e a caracterização da violência homofóbica no Brasil eram baseados, principalmente, em notícias divulgadas na mídia. No início dos anos 1980, o Grupo Gay da Bahia (GGB) e o antropólogo Luiz Mott foram responsáveis pela coleta, análise e divulgação de arquivos de jornais, publicando dossiês que ajudaram a conhecer e denunciar crimes violentos contra a comunidade homossexual no Brasil (CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA, 2004). Com o tempo, além dos casos divulgados nos meios de comunicação, o GGB começou a divulgar também denúncias diretas feitas por pessoas que sofreram violências físicas ou simbólicas por manifestarem uma identidade sexual distinta da heterossexualidade: sujeitos que foram espancados por seus familiares, que foram impedidos de freqüentar lugares públicos e até os que foram humilhados por colegas e professores na escola em função de sua orientação afetivo-sexual. A colaboração dos demais grupos homossexuais organizados do país foi de suma importância para a acolhida das denúncias e para o registro desses dados (GRUPO GAY DA BAHIA, 2004).

De acordo com os relatórios do Grupo Gay da Bahia, em 1995 foram contabilizadas noventa e nove denúncias de violações dos direitos humanos dos homossexuais e em 1997 foram 130 (TREVISAN, 2002). No ano 2000, duzentos e sessenta e um casos foram relatados e, em 2001, devido a um problema com o arquivamento dos dados (os três primeiros meses se perderam em função de um vírus) foram cento e vinte (GRUPO GAY DA BAHIA, 2004). Em alguns casos relatados, percebe-se claramente o interesse de algumas pessoas em impor seu preconceito às outras, instituindo a heterossexualidade como padrão de normalidade, e, por que não dizer, de moralidade. Por exemplo, o relatório de 2001 denuncia o caso de uma jornalista que publicou um artigo no Jornal de Piracicaba criticando a Parada Gay de São Paulo, referindo-se à homossexualidade como “pecado que se alastra pelo mundo como peste”, comparando os homossexuais à

“animais no cio”. No final do texto, a autora ressalta que a sociedade deve “aceitar as diferenças, mas não se deixar levar pelos efeitos desastrosos de uma aceitação indevida às distorções e aos erros proclamados como naturais”. Ou seja, utilizando-se de um meio de comunicação, essa pessoa está disseminando seu preconceito, argumentando que a livre orientação sexual é algo nocivo, impróprio, imoral. Ao mesmo tempo, nas entrelinhas, fica claro que a única sexualidade possível e correta é a heterossexualidade (GRUPO GAY DA BAHIA, 2004).

Muitas denúncias referem-se a agressões homofóbicas, como o caso de um professor que foi espancado por dois rapazes em frente à sua casa em Salvador e acabou hospitalizado devido às lesões sofridas. “O motivo da agressão foi a raiva que estes dois rapazes manifestavam pelo fato de ser homossexual, insultando-o freqüentemente com expressões chulas” (GRUPO GAY DA BAHIA, 2004). Existem vários outros exemplos semelhantes, como atentados contra sedes de Organizações Não Governamentais (ONGs) que defendem gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais (GLTB), agressões físicas por vizinhos, por seguranças de boates, por taxistas e até mesmo por colegas de escola.

No final de 2001, começou a funcionar, na cidade de São Paulo, a primeira Defensoria Homossexual do Brasil, tendo como objetivo dar assistência jurídica gratuita a homossexuais que sofrem discriminação e preconceito, em duas frentes jurídicas: a criminal, para o combate à violência, e a de interesses coletivos difusos, para atuar em casos de abrangência nacional e que beneficiem a coletividade dos homossexuais. A defensoria atua em parceria com ONGs, universidades e profissionais de psicologia, assistência social e direito (IBAM, 2004).

Em janeiro de 2002, o Ministério da Justiça inaugurou o serviço “Disque Cidadania Homossexual”, contabilizando, nos primeiros nove meses do serviço, cerca de quatro mil telefonemas. Entre as pessoas que ligam pedindo ajuda, a maioria reclama de discriminação na escola, no trabalho e em locais de diversão. No entanto, de acordo com o relato dos atendentes, quase metade dessas ligações eram manifestações de intolerância a gays e lésbicas: eram variações de piadas grosseiras a ameaças de morte. Segundo Caio Varela, diretor do Instituto Atitude – Direito e Cidadania para homossexuais e idealizador do serviço, quase um terço dessas indelicadezas são cometidas por crianças, freqüentemente orientadas por adultos: “Nas ligações é possível ouvir vozes de pessoas ao fundo, dizendo às crianças como xingar os homossexuais” (APRENDIZ, 2004). As conseqüências

sociais destes atos podem ser desastrosas.

A comunidade homossexual organizada procura reagir a essas formas de opressão. Trevisan (1997) afirma que “se os meninos em geral se vêem desde cedo sobrecarregados com a brutal responsabilidade de ‘ser macho’, o ônus maior cai sobre o jovem homossexual, cuja identidade se torna periclitante” (p. 59). Mott (2003), ao abordar o preconceito vivenciado por esses jovens no ambiente familiar, relata que alguns pais preferem ver o filho morto, ou como um bandido ao invés de experienciando a sua orientação afetivo-sexual homossexual.

A baixa auto-estima e a culpabilidade por apresentarem um comportamento considerado “não-normal” podem levar esses indivíduos para a desadaptação social, provocando resultados como alcoolismo, a dependência de drogas, o suicídio e a marginalidade em geral. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Paulista de Adolescência (IPA), nos estados da região sudeste do país, concluiu que 7% dos suicídios cometidos por adolescentes estão relacionados a conflitos com a identidade sexual (ANDI, 2004). Uma pesquisa similar, realizada em 1997, na Universidade de Minesota (Estados Unidos) indicou que, enquanto a taxa de suicídio entre jovens americanos heterossexuais era de 4,2%, ela subia para 28,1% entre jovens homo ou bissexuais (TREVISAN, 1998).

Em estudo sobre a homossexualidade e a discriminação decorrente da orientação afetivo-sexual no direito brasileiro, Rios (2002) interpreta esses dados estatísticos e faz a seguinte análise:

Estes números são uma mostra assustadora do grau de discriminação sofrido por homossexuais nas sociedades contemporâneas, realidade que se dissemina praticamente por todos os setores do cotidiano, tais como mercado de trabalho, acesso ao sistema educacional e ao sistema de saúde, participação nos benefícios da seguridade social, liberdade de expressão e locomoção, acesso aos cargos públicos, civis ou militares, além da oferta pública de bens e serviços (p. 16).

No entanto, tal quadro também apresenta um aspecto positivo. Na segunda metade dos anos 1990, surgiram diversas iniciativas que buscavam alterar a situação essencialmente defensiva e de baixa visibilidade na qual a temática da homossexualidade se manteve nas décadas anteriores. Essas iniciativas diziam respeito a políticas públicas, a propostas de mudanças na legislação, à disseminação da cultura homossexual em suas mais diversas manifestações

(literatura, cinema, moda), à proliferação de *sites* na internet para atender ao chamado público GLS (gays, lésbicas e simpatizantes) e ao surgimento de um novo mercado homossexual ligado a bares, boates, revistas, turismo (CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA, 2004).

Em estudo realizado no início dos anos 1980, Fry e MacRae (1983) já haviam observado esse fenômeno, constatando que a homossexualidade era um negócio lucrativo e que “o capital só avança onde há promessas de lucro” (p. 32). Mencionavam, também, um certo candidato a governador de São Paulo pelo PT, que havia declarado que a homossexualidade não deveria ser tratada nem como crime nem como doença: nosso atual Presidente da República, Sr. Luís Inácio Lula da Silva. Naquela época, em 1982, apenas dois partidos políticos (PT e PMDB) preocupavam-se em incorporar em seus discursos a comunidade homossexual. Hoje a maioria dos partidos o faz.

Uma das formas de militância homossexual de maior destaque na sociedade brasileira são as Paradas do Orgulho GLTB (ou Marchas do Orgulho Gay) que, pouco a pouco, acabaram por constituir-se numa das maiores manifestações urbanas de afirmação da identidade homossexual. Segundo dados da Associação do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros de São Paulo, organizadora da parada naquela cidade, duas mil pessoas participaram do primeiro evento em 1997. Em 2003, na sétima edição da Parada, foram contabilizados um milhão de participantes, em 2004 aproximadamente um milhão e oitocentas pessoas participaram da marcha, configurando-o como o maior evento mundial da comunidade gay (ASSOCIAÇÃO DO ORGULHO GLTB DE SÃO PAULO, 2004). Para Trevisan (2002), o crescimento da Parada não foi um fato isolado, mas o resultado da eclosão de uma geração mais pragmática, inserida no movimento pelos direitos homossexuais.

No final do século XX, multiplicaram-se, em todo país, os grupos em defesa dos direitos dos GLTB, passando a atuar de forma mais direta, respondendo às tendências e necessidades diversificadas dessa comunidade. O preconceito sofrido em função da AIDS foi um dos fatores motivadores para que a comunidade homossexual se mobilizasse:

Aos poucos, dentro de um sistema de saúde pública injusto e crescentemente ineficaz, o Brasil conseguiu montar uma rede de

enfrentamento da AIDS considerada modelar pela Organização Mundial da Saúde. E isso se deveu, bem ou mal, à mobilização de homossexuais isolados ou de grupos de tendência GLS que lutaram, protestaram, ajudaram a organizar e puseram as mãos na massa. É óbvio que, em função desse novo contexto, muitas coisas mudaram no movimento homossexual (TREVISAN, 2002, p.369).

Apesar de dirigir aos homossexuais uma carga muito grande de preconceito, pois, no início da epidemia, trabalhava-se com a categoria de “grupo de risco”, a AIDS também gerou uma visibilidade ímpar: “Nunca se discutiu tanto a homossexualidade como nos tempos da AIDS: aquilo que o movimento homossexual não conseguira em duas décadas, o vírus fez em poucos anos de existência” (NUNAN, 2003, p. 56).

Atualmente a categoria de “grupo de risco” foi substituída por “comportamento de risco” e a AIDS está presente em todos os grupos sociais, mas, no imaginário popular, ainda existem muitas pessoas que relacionam a doença com a homossexualidade. Segundo Nunan (2003), isso ocorre porque, inicialmente, foi entre os homossexuais que a doença ganhou visibilidade. A autora explica essa analogia: “a AIDS é ao mesmo tempo reveladora e estigmatizante. O pânico provocado pela ‘peste gay’ tem a ver com suas possibilidades de revelar quem é homossexual” (p. 55). Apesar das campanhas de prevenção esclarecerem que essa não é uma doença restrita aos homossexuais, elas não eliminaram o estigma da homossexualidade.

A autora considera que o impacto da AIDS entre os homossexuais é um fator determinante para a compreensão da identidade gay. Porque, além da doença tirar-lhes a vida de amigos e companheiros, a maioria precisa conviver com o aumento da violência e do preconceito pós-AIDS (conseqüência, talvez, da maior visibilidade). Muitos adultos jovens que estão começando a se identificar como homossexuais, têm de lidar com temores relacionados à AIDS que atingem profundamente sua identidade:

aceitar a idéia de que terão de se prevenir contra a doença para o resto de suas vidas; medo de se contaminar a cada nova relação; convivência com a ameaça de doença e morte; medo de que a AIDS venha expor sua homossexualidade; além de ter que lidar com a crença, por parte de muitos heterossexuais, de que todo gay é HIV positivo (NUNAN, 2003, p. 57).

Esses temores podem dificultar muito uma atitude positiva em relação à

própria sexualidade. Embora os heterossexuais também convivam com a possibilidade de serem contaminados com o HIV, não são estigmatizados como os homossexuais.

A comunidade homossexual no Brasil também tem procurado reagir ao preconceito veiculado pela mídia. Um exemplo recente de sua atuação foi o movimento iniciado para que o comediante Renato Aragão, o Didi, perdesse o título de Embaixador da UNICEF por conta das freqüentes piadas preconceituosas veiculadas em seu programa de televisão. Em julho de 2004, a ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros) entregou à UNICEF um dossiê com as reivindicações do movimento e compromissos de Renato Aragão de excluir o conteúdo ofensivo dos programas (GLS PLANET, 2004).

Os homossexuais vêm sendo representados na mídia brasileira, especialmente na televisão. Durante os primeiros cinquenta anos de existência da televisão brasileira até os dias atuais, entretanto, predominavam duas formas de representação opostas, mas igualmente preconceituosas - a do **homossexual violento** e a do **homossexual efeminado** - as quais procuravam mostrar a homossexualidade como algo bizarro, anormal, buscando quase sempre alcançar maiores índices de audiência. O **homossexual violento** geralmente aparecia e aparece em reportagens sensacionalistas como autor ou vítima de violência sexual ou como sujeito marginal (quando se mostrava a vida de travestis ou garotos de programa). A representação do **homossexual afeminado** aparecia e aparece mais em programas humorísticos, novelas e seriados. Desde a década de 1980, talvez em função da própria reação dos movimentos homossexuais, esta situação tem se modificado, pois também há a inserção de homossexuais não estereotipados como personagens secundários em novelas (NUNAN, 2003). Quando a novela "Torre de Babel" foi ao ar em 1998, o autor Sílvio de Abreu encomendou uma pesquisa para saber a opinião dos telespectadores sobre o romance entre as personagens Leila (Sílvia Pfeifer) e Rafaela (Cristiane Torloni). As reações foram tão negativas que o autor teve que excluí-las da trama. Sete anos depois, em "Senhora do Destino", de Aguinaldo Silva, a receptividade foi totalmente diferente. As personagens Jenifer (Bárbara Borges) e Eleonora (Mila Chirstie) tiveram um final feliz, inclusive com a adoção de um filho, e a aceitação do público (CÔRTEZ, 2005).

Outro exemplo positivo de como a visibilidade dos homossexuais aumentou

na mídia televisiva derrubando preconceitos foi a vitória do professor baiano Jean Willys no Big Brother Brasil com 22 milhões de votos. Jean assumiu sua homossexualidade logo no início do programa e, ao surgirem manifestações de preconceito de alguns participantes, recebeu o apoio, via e-mail, de mais de 14 mil pessoas em todo país (CÔRTEZ, 2005). Interessante notar que o modo de ser desse rapaz não condiz com as estereotípias normalmente associadas à homossexualidade, ou seja, ele não apresenta o padrão **homossexual afeminado** muitas vezes divulgado pela mídia.

Em se tratando de legislação, nas últimas décadas do século XX, houve um avanço bastante significativo no que diz respeito aos direitos homossexuais. Esses ganhos repercutem inclusive na forma como o Brasil é visto pela comunidade internacional.

Graças a uma campanha nacional, iniciada no início da década de 1980, liderada pelo Grupo Gay da Bahia com o apoio de entidades como a Associação Brasileira de Psiquiatria e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1985 a homossexualidade deixou de ser considerada como “desvio e transtorno sexual” pelo Conselho Federal de Medicina. Em 1993, a Organização Mundial de Saúde retirou a homossexualidade de sua “Classificação internacional de Doenças”. Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia promulgou a Resolução n.º 1, repudiando a discriminação contra homossexuais (TREVISAN, 2002). Esta Resolução estabelece “que a forma como cada um vive sua sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade”, também considera que “a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio, nem perversão”. Determina, ainda, que:

Art 3º - os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

Parágrafo único – Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005).

Em 1995, foi apresentado ao Congresso Nacional o Projeto de Parceria Civil

Registrada, de autoria da então Deputada Marta Suplicy (São Paulo). Logo após sua proposição, o projeto foi amplamente discutido por toda sociedade. Entretanto, uma ala mais conservadora do Congresso promoveu um verdadeiro boicote a este projeto de lei, considerando-o antinatural. Após ter sua votação adiada inúmeras vezes, o projeto acabou sendo engavetado, por dificuldades de negociação (TREVISAN, 2002). Segundo Nunan (2003), na época em que essa discussão foi iniciada no país, falava-se muito em “casamento gay” e começou a circular no imaginário popular a imagem de dois homens (ou duas mulheres) de véu e grinalda casando-se no altar. O projeto, entretanto, não trata de um casamento, nem tampouco legisla sobre a adoção de crianças por casais homossexuais. A autora esclarece:

O Projeto de Parceria Civil Registrada Entre Pessoas do Mesmo Sexo é um contrato que assegura aos casais homossexuais direitos civis semelhantes aos estipulados a heterossexuais: direito à herança, partilha de bens, declaração conjunta de renda, inclusão do parceiro como dependente em planos de saúde e previdência, aquisição de nacionalidade (caso o parceiro seja estrangeiro) entre outros (p. 114).

Atualmente, as discussões sobre o projeto foram retomadas, existindo uma pressão muito grande das organizações homossexuais para sua votação. As Paradas do Orgulho GLTB de 2005 foram dedicadas a esta temática, procurando conscientizar a população da importância desta lei.

Alguns dos direitos estabelecidos pelo Projeto já foram conquistados pelos homossexuais. Em 2000, o Ministério Público do Rio Grande do Sul determinou que o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) pagasse pensão a homossexuais em decorrência do falecimento do companheiro segurado, decisão judicial que acabou se estendendo a todo país (NUNAN, 2003). Em 2004, a 14ª Vara Cível Central de São Paulo determinou que 15 seguradoras aceitassem o ingresso de companheiros de homossexuais como dependentes de seus associados de planos de saúde. O cumprimento dessa determinação abrangeu todo o território nacional (IDEC, 2005). Nesse mesmo ano, um parecer inédito da Corregedoria Geral de Justiça do Rio Grande do Sul autorizou os cartórios dos municípios gaúchos a registrarem documentos que confirmem a união e comunhão afetiva de casais do mesmo sexo (CHAVES, 2005). Analisando uma série de casos e jurisprudências referentes a este assunto, Spengler (2003) conclui:

A união homoafetiva hoje possui caráter de entidade familiar, não obstante a polêmica gerada pelo assunto. A bem da verdade, mesmo que a Constituição Federal brasileira tenha reconhecido e limitado, em seu texto legal, a existência da união estável entre o homem e a mulher, a união entre duas pessoas do mesmo sexo pode ser equiparada àquela devido a suas características que dizem respeito justamente à afetividade, ao companheirismo, ao esforço comum para adquirir bens, e muitas vezes, à criação de filhos de um ou outro companheiro advindos de relacionamentos anteriores, da adoção, ou de inseminação artificial (p. 88).

A autora argumenta que, como os juristas não têm condições de substituir os legisladores no momento da elaboração de leis mais justas, cabe a eles flexibilizá-las, interpretá-las de forma a suprir as lacunas existentes.

Em todo o país, Comissões de Direitos Humanos tem incluído a questão homossexual em suas preocupações. Embora a Constituição de 1988 não tenha incluído o item da não discriminação por orientação sexual, este já foi inserido na Lei Orgânica de uma centena de municípios e nas constituições de vários estados brasileiros (TREVISAN, 2002). Desde 1995, tramita no Congresso a proposta de Emenda nº 139 – PEC 139/95 - de autoria da deputada Marta Suplicy (São Paulo), que propõe a alteração dos artigos 3º e 7º da Constituição Federal, proibindo a discriminação por motivo de orientação sexual (SPENGLER, 2003).

Com a intenção de combater a discriminação e a violência contra a comunidade GLTB, o governo brasileiro lançou, em 2004, o programa “Brasil sem Homofobia”, através de um conjunto de políticas públicas que visam a garantir os direitos básicos dos homossexuais. Esse programa foi elaborado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação em parceria com organizações não governamentais. Entre as ações previstas, estão a capacitação de professores, policiais e profissionais da saúde, para que os homossexuais não sofram discriminação na utilização dos serviços básicos de educação, segurança e saúde (ADITAL, 2005).

No âmbito internacional, o principal avanço foi a “Resolução sobre Direitos Humanos e Orientação Sexual” apresentada pelo Brasil na 59ª sessão da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU). Essa resolução afirma o princípio da inadmissibilidade de discriminação e expressa a preocupação com as violações aos direitos humanos que acontecem com as pessoas devido à sua orientação afetivo-sexual. O texto recomenda ainda a todos os países membros

que promovam e protejam esses direitos (ADITAL, 2005).

1.3 As políticas públicas e o preconceito sexual na educação brasileira

Nos documentos que normatizam a educação no país, a questão do preconceito geralmente é tratada sob o mote da diversidade cultural.

Autores como Nkomo e Cox (1999) apontam a falta de especificidade de um conceito como o principal dilema teórico da diversidade. De acordo com Hanashiro e Carvalho (2005), as definições atuais apresentam propósitos variados:

Os conceitos variam de amplitude: de definições restritas, que enfatizam apenas raça, etnia e gênero, até às extremamente amplas que se referem a todas as diferenças entre as pessoas, isto é, todos são diferentes “(p. 4).

Essas autoras apresentam a discussão de Cox (1993), Thomas Jr (1991), Loden e Rosener (1991). O primeiro aborda a diversidade cultural como uma “representação, em um sistema social, de pessoas com afiliações a grupos claramente diferentes em termos de significado *cultural*” (COX, 1993, p. 5). Na perspectiva de Thomas Jr (1991), esse conceito inclui uma visão mais ampla, englobando idade, história pessoal e corporativa, formação educacional, personalidade, estilo de vida, orientação afetivo-sexual e origem geográfica.

Embora Loden e Rosener (1991) compartilhem de uma visão ampla sobre diversidade, fazem distinção entre dimensões primárias, considerando diferenças humanas imutáveis como idade, etnia, raça, orientação afetivo-sexual e habilidades físicas e dimensões secundárias mutáveis, como formação educacional, localização geográfica e experiência profissional.

Para Nkomo e Cox (1999), apesar de não haver um consenso sobre o conceito de diversidade, parece haver uma compreensão comum no mundo acadêmico de que se está falando de “diversidade de identidade”. Assim, os autores a definem como “um misto de pessoas com identidades grupais diferentes dentro do mesmo sistema social” (p. 334).

Em novembro de 2001, em decorrência dos acontecimentos do “11 de setembro” nos Estados Unidos, na 31ª Conferência Geral da UNESCO, foi aprovada

a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. Seu artigo 1º afirma: “Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade” (UNESCO, 2005). Isto veio reforçar a idéia de que a afirmação da pluralidade cultural é inseparável das lutas pela extensão dos direitos humanos a todos e pela construção de relações cidadãs e democráticas.

No universo educacional brasileiro, a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) e do estabelecimento das diretrizes curriculares nacionais, muito se tem discutido a respeito da diversidade e pluralidade cultural. Por exemplo, na introdução dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) para a educação no Ensino Fundamental são apontados alguns tópicos sobre didática considerados essenciais para o seu desenvolvimento, entre eles, a diversidade. De acordo com o texto:

A escola, ao considerar a diversidade, tem como valor máximo o respeito às diferenças – não o elogio à desigualdade. As diferenças não são obstáculos para o cumprimento da ação educativa; podem e devem, portanto, ser fator de enriquecimento (BRASIL, 2000a, p. 97).

Os PCN's propõem uma educação comprometida com a cidadania e, baseados na constituição, elegeram princípios segundo os quais a educação escolar deve se orientar. Segundo o princípio denominado “dignidade da pessoa humana”, todo cidadão precisa ter seus direitos respeitados e toda discriminação deve ser combatida. Outro princípio, denominado “igualdade de direitos”, postula a necessidade de garantir a todos dignidade e possibilidade de exercício de cidadania. Para isto, é preciso considerar a questão da equidade, ou seja, “existem diferenças (étnicas, culturais, regionais, de gênero, etárias, religiosas, etc.) e desigualdades (socioeconômicas) que necessitam ser levadas em conta para que a igualdade seja efetivamente alcançada” (BRASIL, 2000a, p.22).

Existem temas relacionados com o exercício da cidadania - tais como a violência, a saúde, os preconceitos e o uso dos recursos naturais – que, devido a sua complexidade, não podem ser tratados isoladamente pelas áreas do conhecimento classicamente ministradas na escola. Para isto, são propostos os Temas Transversais: a intenção é integrá-los ao currículo por meio da transversalidade. Dessa forma eles estarão presentes em todas as áreas

convencionais, relacionando-as com as questões da atualidade. Nos PCN's essa perspectiva aponta para uma transformação na prática pedagógica, pois

rompe a limitação da atuação dos professores às atividades formais e amplia a sua responsabilidade com a sua formação dos alunos. Os Temas Transversais permeiam necessariamente toda a prática educativa que abarca relações entre os alunos, entre professores e alunos e entre diferentes membros da comunidade escolar (BRASIL, 2000b, p. 39).

Nos PCN's, a escolha dos Temas Transversais obedeceu aos seguintes critérios: urgência social; abrangência nacional; possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e o favorecimento da compreensão da realidade e da participação social. Dessa forma, foram escolhidos os seguintes temas: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual e Pluralidade Cultural. Para cada um deles existe um documento específico onde são apresentados seus objetivos, conteúdos e orientações didáticas (BRASIL, 2000a).

O documento que apresenta a pluralidade cultural como temática transversal a propõe como “a afirmação da diversidade como traço fundamental na construção de uma identidade nacional que se põe e repõe permanentemente, e o fato de que a humanidade de todos se manifesta em formas concretas e diversas de ser humano” (BRASIL, 2000b, p. 19). O texto considera que a escola é um local privilegiado para trabalhar com as questões que envolvem a diversidade cultural: por ser um dos lugares onde são ensinadas as regras do espaço público para o convívio democrático com as diferenças; por conviverem ali indivíduos provenientes de diferentes culturas, com distintas visões de mundo, nível socioeconômico diferentes; porque é nesse espaço que tais sujeitos recebem conhecimentos sistematizados sobre o País e o mundo, oportunizando discussões em torno de questões sociais.

Na perspectiva dos PCN's, embora a mudança de mentalidades, a luta contra o preconceito e o combate a atitudes discriminatórias sejam tarefa de toda a sociedade, a escola tem um papel crucial a desempenhar nesse processo (BRASIL, 2000b). Ao conviver com a diversidade, na escola, a criança e o adolescente poderão aprender com ela.

Entre os objetivos gerais da pluralidade cultural para o Ensino Fundamental destacam-se o desenvolvimento das seguintes capacidades:

- Desenvolver uma atitude de empatia e solidariedade para com aqueles que sofrem discriminação;
- repudiar toda discriminação baseada em diferenças de raça/etnia, classe social, crença religiosa, sexo e outras características individuais ou sociais;
- exigir respeito para si, denunciando qualquer atitude de discriminação que sofra ou qualquer violação dos direitos de criança e cidadão (BRASIL, 2000b, p. 59).

Se fizermos uma leitura cuidadosa desses objetivos, poderemos perceber que, em todos eles, a questão da orientação afetivo-sexual se enquadra, à medida que as pessoas que apresentam uma identidade sexual diferente da heterossexual geralmente sofrem discriminação em nossa sociedade. No entanto, é possível notar que a atenção dada a esses sujeitos por esse documento deixa muito a desejar. No capítulo que trata sobre as contribuições para o estudo da pluralidade cultural, por exemplo, no qual são apresentados os subsídios para o trabalho dos educadores, são abordadas questões referentes a diferenças étnicas, culturais, religiosas, lingüísticas, econômicas e psicopedagógicas. Em nenhum momento, entretanto, trata explicitamente do preconceito entre os gêneros ou em função da orientação afetivo-sexual.

Um leitor desse documento poderia entender que essa lacuna estaria preenchida à medida que existe a proposição de um tema transversal que trata sobre Orientação Sexual. Examinando este outro texto, porém, percebe-se que, embora as questões de gênero tenham sido contempladas, muito pouco refere-se ao preconceito sexual com aqueles que não são heterossexuais. Em seus objetivos gerais, esse documento propõe que

a Orientação Sexual deve se organizar para que os alunos, ao fim do ensino fundamental sejam capazes de respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos existentes e relativos à sexualidade, desde que seja garantida a dignidade do ser humano (BRASIL, 2000b, p. 133).

Quanto à operacionalização, na listagem de conteúdos sugeridos, no capítulo que trata sobre as relações de gênero, o último item refere-se ao “respeito às muitas e variadas expressões do feminino e do masculino” (BRASIL, 2000b, p. 146). Se considerarmos a complexidade do tema e, especialmente, a aura de preconceito que o envolve, podemos inferir que a menção é muito vaga. Não é possível perceber uma problematização acerca das estereotípias e preconceitos que cercam a

homossexualidade na sociedade, o que dá margem para que essa temática seja deixada de lado ou abordada de forma superficial. Isto não auxilia os educadores que se sentem despreparados para trabalharem com esse assunto ou que precisam encarar o fantasma dos seus próprios preconceitos. Num depoimento para sua pesquisa sobre juventudes e sexualidade, ao tratar sobre discriminação com homossexuais, Castro, Abramovay e Silva (2004), ouviram o seguinte de uma professora de Porto Alegre

Respeitar o negro, respeitar a mulher, respeitar o homossexual, mas tem coisas que eu mesma, eu estava conversando com ela, eu tenho dificuldades de aceitar. Eu respeito, mas eu não aceito ainda. Eu vi dois homossexuais caminhando de mãos dadas, dois homens, aqui na frente passando, e eu fiquei olhando e não acreditava no que estava vendo. Mas eu sempre oriento e nunca falo, tem que respeitar, eles não estão me atingindo, tudo bem, mas eu tenho dificuldade de aceitar isso. Que todos (sic) os valores que eu recebi durante a minha vida, de repente se quebram (p. 331).

É possível perceber interesse, e até uma certa angústia, dos educadores em relação à Orientação Sexual dos seus alunos e alunas, mas, quando a questão passa a ser homossexualidade, tudo muda de figura. Louro (1999) acredita que, como a sociedade, a escola tem a tarefa de incentivar a sexualidade tida como “normal”, ou seja, a heterossexualidade, condenando e considerando como anormal tudo que diferir disto. Ora, se um documento oficial, elaborado para dar embasamento ao trabalho pedagógico, não insistir que é preciso combater essa atitude preconceituosa, fica muito difícil mudá-la.

Dessa forma, quem sofre são aqueles que se expõem, atrevendo-se a expressar sua homossexualidade. Esses, no dizer de Louro (1999) “são alvos imediato de redobrada vigilância, ficam ‘marcados’ como figuras que se desviam do esperado, por adotarem atitudes ou comportamentos que não são condizentes com o espaço escolar” (p. 26). Passam a ser discriminados por seus familiares, seus colegas e, muitas vezes, por seus educadores.

Essa situação parece bastante preocupante, pois, ao ler o PCN que trata da Pluralidade Cultural, a questão do preconceito e da discriminação permeia todo o texto. Ele defende, claramente, que o trabalho “volta-se para a eliminação de causas de sofrimento, de constrangimento e, no limite, de exclusão social da criança e do

adolescente” (BRASIL, 2000b, p. 51). Logo a seguir, falando sobre os benefícios de se tratar dessa temática na escola, o texto afirma:

Por meio do convívio escolar possibilita conhecimentos e vivências que cooperam para que se apure sua percepção de injustiças e manifestações de preconceito e discriminação que recaiam sobre si mesmo, ou que venha a testemunhar – e para que desenvolva atitudes de repúdio a essas práticas (BRASIL, 2000b, p. 51).

Nesse documento, é possível perceber a problematização de estereótipos e preconceitos em relação à diversidade de raça, de etnia, de religiões, mas não explicitamente em relação à orientação afetivo-sexual. Como os parâmetros são uma referência para a estruturação curricular das escolas de todo o país, cabe aos responsáveis por esse processo promover essa reflexão e tratar da inclusão dessa questão em seus currículos.

O PCN que trata a temática da Ética também abre a possibilidade de abordar a questão da homossexualidade à medida que propõe, no seu bloco de conteúdos, a idéia de respeito mútuo. O documento explicita que todo ser humano tem o direito de ser respeitado por seus semelhantes, não importando seu sexo, sua raça, sua cultura, sua religião ou sua classe social. Deixa claro que o preconceito vai contra um valor fundamental, o da dignidade humana, e compromete a escola nesta tarefa:

Sem opção moral, uma sociedade democrática, pluralista por definição, é totalmente impossível de ser construída e o conceito de cidadania perde seu sentido. É, portanto imperativo que a escola contribua para que a dignidade do ser humano seja um valor conhecido e reconhecido pelos seus alunos (BRASIL, 2000b, p. 102).

Segundo o texto, o respeito mútuo deve considerar as diferenças e a exigência de ser respeitado em sua singularidade. Além disso, entre os conteúdos propostos neste bloco, destacam-se:

- as diferenças entre as pessoas, derivadas de sexo, cultura, etnia, valores, opiniões, ou religiões;
- o respeito a todo ser humano independente de sua origem social, etnia, religião, sexo, opinião e cultura;
- a identificação de situações em que é ferida a dignidade do ser humano;
- o repúdio a toda forma de humilhação ou violência na relação com o outro;
- as formas legais de lutar contra o preconceito (BRASIL, 2000b, p. 104)

No que diz respeito às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), embora haja uma proposição do atual governo para revisá-las, estas foram estabelecidas pela Resolução CEB/CNE nº 3/98, em vigor até hoje. O texto da resolução menciona que a organização curricular de cada escola será orientada pelos valores propostos pela LDB e que, para observá-los, toda ação educativa deverá ser coerente com os princípios estéticos, políticos e éticos, abrangendo: a Estética da Sensibilidade; a Política da Igualdade e a Ética da Identidade. Expressões como “acolher e conviver com a diversidade”, “reconhecimento dos direitos humanos”, “combate a todas as formas discriminatórias” surgem diante do leitor desta resolução. Em suma, as orientações dessas diretrizes são consoantes com as propostas pelos parâmetros curriculares do Ensino Fundamental.

Uma Lei que tem influenciado as ações educativas dirigidas às crianças e aos jovens no país desde 1990 é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esse Estatuto instituiu-se como Lei Federal n.º 8.069 (obedecendo ao artigo 227 da Constituição Federal), adotando a chamada “Doutrina da Proteção Integral”, cujo pressuposto básico afirma que crianças e adolescentes devem ser vistos como pessoas em desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral.

O ECA, em seus 267 artigos, garante os direitos e deveres de cidadania a crianças e adolescentes, determinando ainda a responsabilidade dessa garantia aos setores que compõem a sociedade, sejam estes a família, o Estado ou a comunidade. Ao longo de seus capítulos e artigos, o Estatuto discorre sobre as políticas referentes à saúde, educação, adoção, tutela e questões relacionadas a crianças e adolescentes autores de atos infracionais. Em suas disposições preliminares, sobre discriminação encontramos o seguinte:

Art. 5º – Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (Lei Federal 8.069/1990).

Mesmo sendo referência mundial em termos de legislação destinada à infância e à adolescência, o Estatuto ainda necessita ser compreendido de forma

legítima. Um longo caminho precisa ser trilhado pela sociedade civil e pelo Estado para que seus fundamentos sejam vivenciados cotidianamente.

As escolas e seus educadores precisam conhecer essa legislação, assim como os órgãos de apoio presentes na comunidade, como é o caso dos chamados Conselhos Tutelares - entidades públicas presentes obrigatoriamente em cada município e formadas por conselheiros da comunidade, cujo objetivo é receber denúncias de violação do ECA e assegurar seu cumprimento. Dessa forma, os educadores devem trabalhar para que os pressupostos do ECA sejam cumpridos, proporcionando o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

No Rio Grande do Sul, cumprindo o disposto na LDB e no Plano Nacional de Educação, estruturou-se o Plano Estadual de Educação (PEE). O texto deste documento foi entregue ao Governador do Estado pelo Secretário da Educação em maio de 2005 para ser encaminhado à Assembléia Legislativa para apreciação dos Deputados e posterior transformação em lei (RIO GRANDE DO SUL, 2005). Conforme a determinação das Diretrizes Curriculares Nacionais da necessidade dos programas incluírem em seus currículos os Temas Transversais e a possibilidade de adequação destes às peculiaridades geográficas, históricas, sociais e culturais de cada região, o Plano Estadual de Educação elegeu como Temas Relevantes os seguintes tópicos: a educação ambiental, a educação para o trânsito, o estudo da cultura afro-brasileira e as questões referentes a gênero. Esses tópicos deverão manter as características de transversalidade e serão trabalhados em todos os níveis e modalidades de ensino (RIO GRANDE DO SUL, 2005).

Analisando o item que trata sobre “Questões de Gênero”, posso concluir que o documento avança em relação aos PCN`s por ser um pouco mais explícito em suas diretrizes, objetivos e metas no que diz respeito àqueles que não são heterossexuais. Por exemplo, suas diretrizes apontam:

A escola, vista como espaço de discussão sobre os diversos temas que envolvem o ser humano, deve promover a reflexão sobre sexualidade, gênero, transgênero e etnia.(...)

Uma vez que constitui espaço de inclusão social, o universo pedagógico deve contar, além da educação formal, com redes de apoio para tratar casos em que a discriminação contra o gênero, especialmente, o feminino, e contra o transgênero seja praticada.(...)

Desse modo, promover-se-á, a partir da educação, o desenvolvimento de uma sociedade igualitária em que sejam

respeitadas as diferenças individuais (RIO GRANDE DO SUL, 2005, p. 89)

Seus objetivos e metas, por sua vez, falam em:

- Propiciar espaços de reflexão, no ambiente escolar, sobre sexualidade, gênero, transgênero e etnia.
- Trabalhar com pais e professores questões sobre sexualidade, gênero, transgênero e etnia.
- Proporcionar qualificação a docentes em temas como direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, garantindo acesso ao Plano Nacional de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais.
- Elaborar documentos bem como escolher textos, livros, revistas e recursos audiovisuais que façam referência a gênero e sexualidade (RIO GRANDE DO SUL, 2005, p.89).

Algumas iniciativas do Governo Federal, não se sabe se pela extensão do território nacional ou se pela forma de divulgação na mídia, parecem não ter alcançado a repercussão devida. Por exemplo, estive na Coordenadoria Regional de Educação da minha região e a responsável não tinha conhecimento dos seguintes documentos: Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e “Brasil sem Homofobia” - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual. Evidentemente essa professora não pode ser responsabilizada por isso. Eu mesma para ter acesso a essa documentação, tive de executar um download da rede, após exaustiva pesquisa. Soube, através de uma professora - supervisora pedagógica de uma das maiores escolas da cidade - que esses documentos só serão estudados pelos professores de sua escola porque eu disponibilizei uma cópia e uma outra pessoa, que faz mestrado e realiza sua pesquisa naquela instituição, disponibilizou outro. Sendo assim, fica muito difícil promover a discussão desses temas que são extremamente relevantes, já que nem todos têm conhecimento da existência desses documentos. Infelizmente só a rede mundial de computadores ainda não é um meio adequado de divulgação para a realidade de nosso país. Espero que, dentro de pouco tempo, as coordenadorias regionais tenham acesso a esses textos para que sua distribuição seja viabilizada.

No âmbito do Ministério da Saúde, em 2004, o Governo Federal, através do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, em parceria com a Sociedade Civil Organizada instituiu o “Brasil sem Homofobia” - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB (Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais) e de

Promoção da Cidadania de Homossexuais. Esse programa possui entre os seus princípios, os seguintes:

- A inclusão da não-discriminação por orientação sexual e de promoção dos direitos humanos de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais, nas políticas públicas e estratégias do Governo Federal, a serem implantadas (parcial ou integralmente) por seus diferentes Ministérios e Secretarias.
- A reafirmação de que a defesa, a garantia e a promoção dos direitos humanos incluem o combate a todas as formas de discriminação e de violência e que, portanto, o combate à homofobia e a promoção dos direitos de homossexuais é um compromisso do Estado e de toda a sociedade brasileira. (CONSELHO, 2004, p 11-12).

Entre as ações propostas por esse programa, encontramos algumas que se referem especificamente ao direito à educação, à promoção de valores, de respeito à paz e à não discriminação por orientação sexual na escola. São elas:

- Elaborar diretrizes que orientem os Sistemas de Ensino na implementação de ações que comprovem o respeito ao cidadão e à não-discriminação por orientação sexual.
- Fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade;
- Formar equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia;
- Estimular a produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia;
- Apoiar e divulgar a produção de materiais específicos para a formação de professores;
- Divulgar as informações científicas sobre sexualidade humana;
- Estimular a pesquisa e a difusão de conhecimentos que contribuam para o combate à violência e à discriminação de GLTB.
- Criar o Subcomitê sobre Educação em Direitos Humanos no Ministério da Educação, com a participação do movimento de homossexuais, para acompanhar e avaliar as diretrizes traçadas (CONSELHO, 2004, p. 22-23).

Sabe-se que o Ministério da Educação implementou um subcomitê, composto por representantes das diversas secretarias do MEC, da UNESCO, da Ordem dos Advogados do Brasil, da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, de Universidades e de Organizações Não-Governamentais, para discutir políticas de educação em direitos humanos. Atualmente este órgão está discutindo o Plano

Nacional de Educação em Direitos Humanos. A intenção do governo é que esse plano seja construído com a participação de toda a sociedade civil, através de encontros e debates nas principais capitais do país e da divulgação na mídia eletrônica. Em novembro deste ano, após a realização de plenárias em algumas capitais do país, uma nova versão do documento deverá ser aprovada (FARIA, 2005).

Na versão atual, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos defende que a educação é “tanto um direito humano em si mesmo, como um meio indispensável para realizar outros direitos” (BRASIL, 2003, p. 10). Nessa perspectiva, deve contribuir para a criação de uma cultura universal dos direitos humanos direcionada:

- ao fortalecimento do respeito aos direitos e liberdades fundamentais do ser humano;
- ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e senso de dignidade;
- à prática da tolerância, do respeito à diversidade de gênero e cultura, da amizade entre todas as nações, povos indígenas e grupos raciais, étnicos, religiosos e lingüísticos;
- à possibilidade de todas as pessoas participarem efetivamente de uma sociedade livre (BRASIL, 2003, p. 11).

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos segue propondo ações a serem implementadas nos mais diferentes setores educacionais: Educação Básica, Ensino Superior, Educação Não-Formal, educação dos profissionais dos sistemas de justiça e segurança, educação e mídia. Todas as propostas têm a mesma tônica: conscientizar a população da importância dos direitos humanos, do respeito à dignidade humana, à singularidade de cada um. É um documento que merece ser debatido, divulgado e refletido em todos os espaços sociais. Entretanto, pelo que pudemos acompanhar até o momento, sua divulgação está sendo bastante restrita, assim como o “Brasil sem Homofobia”.

1.4 Problema de pesquisa e objetivos

As contribuições teóricas e a análise documental apresentadas nas seções anteriores procuraram situar as teorias e pesquisas sobre homossexualidade,

identidade e preconceito, bem como dar uma visão de como o universo educacional brasileiro, através de suas diretrizes, trata desta questão.

Para contextualizar este estudo, realizei um levantamento bibliográfico sobre teses e dissertações que abordam a temática da homossexualidade disponíveis nas bibliotecas das seguintes instituições: FIOCRUZ, PUCRS, UFRGS, UFSM, PUC-PR, Fundação Carlos Chagas, Unicamp, USP, UNESP, PUC-SP, UFRJ, PUC-MG, UFMG e UNB. Analisando essa produção, percebi que a maioria delas restringe-se aos campos da Medicina, da Psicologia, do Direito, da História, da Antropologia, da Comunicação, da Literatura e da Filosofia. Evidente que, comparando-se a décadas passadas, esta é uma produção bastante volumosa. Percebi, entretanto, que pouco tem sido estudado sobre o tema no campo educacional. Acredito que este estudo pode colaborar no preenchimento desta lacuna.

Historicamente, percebe-se, em nossa sociedade, uma grande necessidade de estabelecer a heterossexualidade como orientação afetivo-sexual normal, fazendo com que, muitas vezes, os indivíduos que têm uma sexualidade diferente desta sejam considerados anormais. Nossa cultura utiliza todos os mecanismos dos quais dispõe para garantir essa normalidade. Somos informados, desde a infância, através da família, da igreja, dos meios de comunicação e, também, da escola que toda orientação sexual que não for heterossexual é errada, é desviante. Como foi discutido anteriormente, algumas famílias preferem ter um filho ladrão a ter um filho homossexual. As igrejas ensinam que essa condição é pecado e procuram curá-la através da penitência e oração. Os meios de comunicação nos mostram, através de comerciais, um ideal de relacionamento que é o heterossexual, desconsiderando totalmente as outras formas de amor. Quando uma novela apresenta um casal homossexual, torna-se alvo de curiosidade, aumenta os índices de audiência, mas causa uma polêmica nacional. Na escola, na maioria das vezes, esses sujeitos são ignorados pelos professores, mas, certamente, não passam despercebidos pelos colegas. Essa orientação sexual não aparece em livros didáticos e, por não saberem lidar com uma identidade sexual diferente da heterossexual, quase sempre, esses sujeitos são considerados um problema pelos educadores. Todos esses espaços nos ensinam a ser preconceituosos em relação aos homossexuais.

Dessa forma, muitas vezes, esses indivíduos são expostos, desde a infância, às mais diferentes formas de discriminação. Se considerarmos que a identidade é um conjunto de representações que o sujeito tem sobre si mesmo e que

essas representações são construídas especialmente na relação com os outros - em função das expectativas que os outros depositam nele - essas vivências de preconceito e discriminação podem influir na forma como esse sujeito se vê e na maneira como se relaciona com o mundo.

A identidade é constituída no contexto histórico social em que os indivíduos estão inseridos. Entretanto, esse contexto não é estático, tampouco as relações dos sujeitos entre si e com o mundo. Posso entender, então que, ao nos referirmos à identidade, estamos fazendo-o no plural – identidades. Em decorrência, a identidade homossexual também é concebida no plural, sendo possível pensar a existência de homossexualidades, ou seja, vivências únicas, particulares e irrepetíveis da sexualidade (SANTOS, 1997). Existem formas distintas de viver a homossexualidade, que correspondem a várias identidades e a várias homossexualidades.

Entendo que o preconceito é uma atitude negativa em relação a uma determinada pessoa ou grupo. Essa atitude é baseada em representações mentais deformadas e incompletas, os estereótipos. Na maioria das vezes, o preconceito gera discriminação. A discriminação é a transformação do preconceito em atos: um olhar diferenciado, a hostilidade, um ato de violência.

No que tange aos espaços educativos, distingo os seguintes: formais, não-formais e informais. Por educação formal entendo toda educação oferecida em instituições educacionais formais de ensino, públicas ou privadas, tais como escolas, faculdades, universidades, cursos técnicos. A educação informal é a educação que cada indivíduo recebe, fora do esquema formal e não-formal de ensino, durante toda a sua vida ao adotar atitudes, aceitar valores e adquirir conhecimentos e habilidades da vida diária com o meio que o rodeia: na família, na vizinhança, no trabalho, nos esportes, na biblioteca, na rua, nos jornais, na televisão. A educação não formal envolve todas as atividades organizadas fora do sistema formal de ensino, com objetivos educacionais bem definidos. É toda atividade educacional organizada e estruturada que não corresponda exatamente à definição de educação formal, por exemplo, alfabetização de adultos, catequese.

Neste estudo, problematizo a relação entre as vivências dos homossexuais em espaços educacionais formais, não formais e informais e a constituição de suas identidades, focalizando as percepções e sentimentos envolvidos nestas vivências. Considero que as experiências vivenciadas por tais indivíduos, especialmente as

que envolvem preconceito e discriminação, podem ser marcantes para a constituição de sua identidade homossexual, refletindo-se na forma como eles se relacionam com outras pessoas e na imagem que têm de si mesmos. Além disso, o esforço de superação dessa condição de discriminação e preconceito, o qual configura movimentos de resistência nos planos individuais e sociais, poderá imprimir um significado distinto na constituição das identidades desses sujeitos.

Como ponto de partida para o desenvolvimento do estudo, tracei as seguintes questões norteadoras:

- Que percepções e sentimentos um homem adulto, que se identifica como homossexual, experiencia em relação a si próprio e a outros?
- Como essas percepções e sentimentos podem estar relacionadas com vivências em espaços educativos formais, não formais e informais?
- Que vivências de discriminação e de resistência são consideradas mais significativas para a constituição das identidades homossexuais?

Os objetivos desta pesquisa, portanto, são: compreender a constituição das identidades homossexuais de homens adultos a partir das experiências em espaços educativos formais, não formais e, informais; analisar como esses sujeitos sofrem e/ou resistem à discriminação e ao preconceito.

2 PRESSUPOSTOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, exponho o método de pesquisa e explico seus fundamentos epistemológicos. Apresento também o modo como busquei o material empírico e elaborei a compreensão do fenômeno em estudo.

2.1 Opção Metodológica

O método que utilizei nesta pesquisa é uma análise compreensiva de base fenomenológica. Esta proposta metodológica foi descrita e utilizada por BERNARDES (1989) em seu estudo sobre a construção da subjetividade de crianças negras e não-negras da periferia urbana e

destina-se a sistematizar e explorar dados de natureza qualitativa, permitindo descrever o que se passa efetivamente no mundo da vida dos sujeitos, do ponto de vista daquele que vive as situações concretas (BERNARDES, 1991, p. 16).

Fundamenta-se no pensamento filosófico fenomenológico, principalmente de Merleau-Ponty (1971) e opera com o método fenomenológico psicológico proposto por Giorgi (1978, 2001) e com a sistematização elaborada por Suransky (1977), para realizar a aproximação do mundo da vida dos sujeitos e compreender a articulação entre os horizontes externos e internos da experiência (BERNARDES, 1989).

Merleau-Ponty (1971) define a fenomenologia como

o estudo das essências, e todos os problemas, segundo ela, tornam a definir essências: a essência da percepção, a essência da consciência, por exemplo. Mas a fenomenologia é também uma filosofia que considera as essências na existência e não pensa que se possa compreender o homem e o mundo de outra forma senão a partir de sua "facticidade". É uma filosofia transcendental que coloca em suspense, para compreendê-las, as afirmações da atitude natural, mas é também uma filosofia segundo a qual o mundo está sempre "aí" antes da reflexão, como uma presença inalienável, e cujo esforço está em reencontrar esse contato ingênuo com o mundo para lhe dar enfim um "status" filosófico (p. 5).

Zilles (2003) esclarece que fenomenologia não se propõe a estudar simplesmente o ser ou a representação do ser, mas o ser como tal e enquanto se apresenta à consciência. É ciência de experiência, que descreve os juízos que a consciência intui quando lhes são apresentados os fenômenos.

Falar de uma intuição das essências não significa dedicar-se a uma contemplação mística que permitiria a alguns ver o que todos podem ver, ao contrário, significa destacar que o sentido de um fenômeno lhe é imanente e pode ser percebido, de alguma forma, por transparência (DARTIGUES, 1973).

Ao estudar o fenômeno, a fenomenologia rompe com o empirismo e o criticismo e estabelece uma nova definição, na qual “o fenômeno aparece como uma estrutura reunindo dialeticamente na intencionalidade o homem e o mundo, a significação e a existência” (REZENDE, 1984, p. 39). Como consequência, as questões fenomenológicas não podem ser estudadas numa perspectiva meramente analítica e fora do enfoque que as caracteriza: a dialética da existência e da significação. Essas experiências são vividas no mundo, mas não num mundo meramente físico e sim num mundo fenomenal, marcado pela relação homem-mundo, um “mundo humano”. Rezende (1984) explica:

Este mundo humano não é apenas mundo (Welt) mas ambiente (Umwelt), lugar próprio, cultura, onde, precisamente, o sentido toma corpo, se encarna, na diversificação e na articulação de suas múltiplas manifestações. A cultura é a articulação do sentido e dos sentidos num mundo humano. Este se *constitui* à medida que as diversas experiências se condensam e localizam o sentido em seus diversos sentidos: do econômico ao poético, passando pelo social e o político (p. 40).

No entendimento de Bernardes (1989), a fenomenologia volta-se para o modo como os eventos mostram-se aos sujeitos em sua concretude, em sua integralidade, tornando-se presentes à sua consciência. Esse processo de conhecimento coloca em pauta a questão da objetividade e subjetividade das ciências humanas e das ciências da natureza. Para Ladrière (1973), as ciências humanas estariam presas a um círculo que excluiria toda a assimilação ao modelo da física, no qual seu objeto de estudo identifica-se ao sujeito científico, sendo impossível colocar entre parênteses sua situação existencial. Kude (1994), contudo, argumenta que o caráter circular das ciências humanas, inexistente nas ciências físicas, precisa de um método com princípios epistemológicos rigorosos. Não é suficiente que se olhe

apenas para o sujeito ou apenas para o objeto, “mas olhá-los simultaneamente ao mesmo tempo que se tem consciência do ‘eu’ que os olha” (KUDE, 1994, p. 42). Para ela, a fenomenologia é uma tentativa de resolver esse problema epistemológico. A este respeito, Merleau-Ponty (1971) argumentou:

A mais importante aquisição da fenomenologia é sem dúvida ter unido o extremo subjetivismo e o extremo objetivismo em suas noções do mundo ou da racionalidade. A racionalidade é medida exatamente nas experiências onde ela se revela. Há racionalidade, isto é, as perspectivas recortam-se, as percepções confirmam-se, surge um sentido. Mas ele não deve ser colocado à parte, transformado em Espírito absoluto ou em mundo no sentido realista. O mundo fenomenológico é, não o do ser puro, mas o sentido que transcende à intersecção de minhas experiências e a intersecção de minhas experiências com as do outro, pela engrenagem de umas sobre as outras, ele é, pois, inseparável da subjetividade e da intersubjetividade, que fazem sua unidade pela retomada de minhas experiências passadas, em minhas experiências presentes, da experiência do outro na minha (p. 17).

As características fundamentais do método fenomenológico no campo da filosofia foram especificadas por Merleau-Ponty (1971): descrição, redução fenomenológica, redução eidética e intencionalidade.

A descrição do fenômeno permite “retornar as coisas mesmas”, um retorno ao mundo anterior ao conhecimento discursivo. Na visão de Merleau-Ponty (1971) “retornar as coisas mesmas, é retornar a esse mundo antes do conhecimento cujo conhecimento fala sempre, e com respeito ao qual toda determinação científica é abstrata, representativa e dependente” (p. 7). Descarta, também, a análise reflexiva por acreditar que, a partir de nossa experiência no mundo, esta remonta o sujeito como uma condição de possibilidade distinta dela, fazendo ver a síntese universal como aquilo sem o que não haveria mundo. Para ele, “o real pode ser descrito, e não construído ou constituído” (p. 8). Isto significa que é impossível assimilar a percepção às sínteses que fazem parte da ordem do juízo, dos atos ou da predicação. Para este autor

O real é um tecido sólido, não espera nossos juízos para anexar os fenômenos mais surpreendentes nem para rejeitar nossas imaginações mais verdadeiras. A percepção não é uma ciência do mundo, não é mesmo um ato, uma tomada de posição deliberada, é o fundo sobre o qual todos os atos se destacam e ela está pressuposta por eles. O mundo não é um objeto no qual possuo em meu íntimo a lei da constituição, ele é o meio natural e o campo de

todos os meus pensamentos e de todas as minhas percepções explícitas (MERLEAU-PONTY, 1971, p. 8).

O autor argumenta que a verdade não “habita” somente o “homem interior”, ao contrário não existe homem interior, o homem está no mundo e é somente no mundo que ele se conhece. Quando este homem volta a si, a partir do dogmatismo do senso comum ou da ciência, ele não encontra um foco de verdade intrínseca, mas um sujeito voltado para o mundo.

O método fenomenológico exige a atitude da redução fenomenológica, entendida por Merleau-Ponty (1971) como

o retorno à uma consciência transcendental diante da qual o mundo se mostra numa transparência absoluta, animado de parte a parte por uma série de apercepções que o filósofo se encarregaria de reconstituir partindo de seus resultados (p. 9).

A redução fenomenológica consiste, então, em colocar entre parênteses a realidade tal como ela se apresenta ao senso comum, como existindo em si, independente de todo ato de consciência (DARTIGUES, 1973). Dessa forma, a redução garante que categorias analíticas ou explicativas, reveladoras de pré-julgamentos ou mesmo pré-julgamentos ingênuos não intervenham na descrição do fenômeno (BERNARDES, 1989). A redução, portanto,

consiste em fazer a ruptura da atitude natural (geradora das certezas positivas) por meio de procedimentos de “colocar entre parênteses” (époché) as categorias analíticas ou explicativas reveladoras de pré-juízos derivados do saber constituído ou mesmo saber ingênuo do senso comum (BERNARDES, 1989, p. 46).

A ruptura da atitude natural é um meio eficiente para revelar os modos espontâneos e pré-reflexivos da relação sujeito-mundo, tornando-se, assim, uma metodologia que atua sobre os objetos ou conteúdos da consciência e sobre os próprios atos ou fluxos da consciência (BERNARDES, 1989). Segundo Dartigues (1973), o acesso a essa dimensão primordial só é possível se a consciência realizar uma verdadeira conversão, ou seja, suspender sua crença na realidade do mundo exterior para se colocar, ela mesma, como consciência transcendental, condição de aparição desse mundo e doadora de seu sentido. Surge, então, uma nova atitude, denominada atitude fenomenológica: “A consciência não é mais, conseqüentemente,

uma parte do mundo, mas o lugar de seu desdobramento no campo original da intencionalidade” (DARTIGUES, 1973, p. 28).

Outra característica fundamental do método fenomenológico é a redução eidética ou busca das essências. Para Merleau-Ponty (1971) “buscar a essência do mundo não é buscar o que ele é em idéia, uma vez que o reduzimos à tema de discurso, é buscar o que ele é de fato para nós antes de qualquer tematização” (p. 13). A redução eidética é a decisão de fazer aparecer o mundo tal como ele é antes de qualquer volta a nós mesmos, é a pretensão de igualar a reflexão à vida irrefletida da consciência. A redução eidética

opera através da livre variação da imaginação em direção ao invariante (aquele cuja variação faria o próprio objeto desaparecer) ou essência. A intuição das essências, captada por uma reflexão, é a compreensão do sentido ideal do fato percebido (BERNARDES, 1989, p. 46).

Para apreender as essências, é preciso purificar o fenômeno de tudo que não é essencial, isto é, é necessário reduzir. Entretanto, Merleau-Ponty (1971) alerta que a essência não é o principal objetivo, mas um meio porque o que deve ser considerado é nosso envolvimento efetivo com o mundo e é exatamente isto que deve ser compreendido.

A intencionalidade, outra característica do método fenomenológico, dirige-se à consciência e à produção de sentidos que nos permitem perceber os fenômenos em seu teor vivido. A consciência é intencional, pois só existe como consciência de algo. A consciência não é uma substância (alma), mas uma atividade constituída por atos (percepção, imaginação, paixão) com os quais visa algo (ZILLES, 2003). Portanto,

a intencionalidade é de natureza lógico-transcendental, significando uma possibilidade que define o modo de ser da consciência como um *transcender*, como o dirigir-se à outra coisa que não é o próprio ato de consciência (ZILLES, 2003, p. 172).

Merleau-Ponty (1971) distingue duas espécies de intencionalidade: intencionalidade do ato e intencionalidade operativa. A primeira refere-se aos nossos juízos e tomadas de posição voluntárias. A segunda

faz a unidade natural e antipredicativa do mundo e de nossa vida, que aparece em nossos desejos, em nossas apreciações, em nossa paisagem, mais claramente que no conhecimento do objeto, e que fornece o texto que nossos conhecimentos procuram ser a tradução em linguagem exata (MERLEAU-PONTY, 1971, p. 15).

A intencionalidade conduz a redução. À medida que o fenômeno é descrito a partir da atitude fenomenológica, ele poderá manifestar-se e ser compreendido.

Se, por um lado, a intencionalidade significa que a consciência só existe como consciência de algo, por outro, o objeto só pode ser definido em sua relação com a consciência por ser sempre objeto-para-um-sujeito. Portanto o objeto só tem sentido para uma consciência que o visa. Conseqüentemente, as essências não existem fora do ato de consciência (ZILLES, 2003).

O método psicológico fenomenológico proposto por Giorgi (1978, 2001) propõe uma mediação entre o método fenomenológico descrito por Merleau-Ponty e sua utilização na Psicologia. Esse autor defende que o método preenche os critérios fenomenológicos porque é descritivo, utiliza a redução fenomenológica, procura a essência do fenômeno por meio da variação imaginativa e pressupõe uma relação intencional entre o sujeito e o objeto de sua experiência. Também preenche os requisitos científicos, porque produz conhecimento que é metódico, sistemático, crítico e potencialmente intersubjetivo. Os critérios psicológicos são alcançados porque a análise das descrições ocorre dentro de uma perspectiva psicológica e o que se busca são essências psicológicas e não filosóficas (GIORGI, 2001).

Ao contrário dos procedimentos filosóficos característicos, em que o pesquisador é também sujeito da pesquisa, nesse método, as descrições ingênuas são produto do relato do sujeito da pesquisa e não do relato do pesquisador. Segundo Giorgi (2001)

o sujeito, nessa estratégia, é pelo menos igual ao pesquisador. Eu estou perfeitamente disposto a admitir que qualquer sujeito que participa da pesquisa que eu estou realizando pode ser mais honesto, mais inteligente, mais bonito, uma melhor pessoa no todo e mais virtuosa do que eu em qualquer aspecto que o leitor deseje imaginar. Mas, a menos que o sujeito seja também um colega da mesma disciplina a quem eu esteja deliberadamente usando com um propósito especial, eu não afirmo que a reflexão do sujeito sobre sua experiência é equivalente à perspectiva que eu trago para o problema de pesquisa como um psicólogo pesquisador (p. 141).

A redução fenomenológica, numa perspectiva psicológica, também se distingue da forma como esta ocorre no método fenomenológico proposto pela Filosofia. No método psicológico, a redução fenomenológica é parcial. Dessa forma a experiência do sujeito é abordada simplesmente como ela se mostra (redução) enquanto os atos da consciência desse indivíduo são compreendidos pela atitude natural, como um processo real, pois constituem objeto da psicologia entendida como ciência humana (GIORGI, 1985).

Segundo esse autor, enquanto na Filosofia a busca das essências do fenômeno se dá no nível dos universais, na Psicologia essa busca ocorre no nível do geral: é a busca do significado mais invariante para um determinado contexto psicológico. No entanto, tanto no campo da Filosofia quanto no da Psicologia, a descoberta das essências ocorre por meio da variação livre da imaginação.

Giorgi (1985) explica, ainda, que a intencionalidade operativa no domínio da Psicologia revela-se uma intencionalidade do comportamento do sujeito, compreendida como consciência corporificada: o comportamento do sujeito dirige-se sempre para uma situação. Disto resulta maior dificuldade em identificar o exato objeto tematizado pelo comportamento, já que este, devido a sua adaptabilidade, corresponde à totalidade da situação de forma mais ampla, extrapolando a apreensão direta do sujeito e do pesquisador. Além disto, embora mais difícil, é a própria sensibilidade do comportamento em relação à totalidade que cria condições para uma apreensão mais precisa do objeto tematizado pelo comportamento.

Portanto, a utilização do método fenomenológico na Psicologia consiste em descrever o fenômeno na perspectiva da atitude natural e analisá-lo na perspectiva da redução fenomenológica para, dessa forma, buscar sua essência ou sentido (redução eidética) através da livre variação da imaginação, tendo como pressuposto a intencionalidade da consciência (GIORGI, 1985).

Ao discutir as implicações da fenomenologia para a pesquisa nas ciências sociais, Suransky (1977) a apresenta como “uma teoria de sujeitos em encontro”. Para esta autora, a experiência do sujeito como totalidade (encontro do sujeito com o outro e com o mundo) se transforma em tema privilegiado da investigação e este sujeito não pode ser tratado como objeto passivo da pesquisa. Enfatiza que, ao colocar entre parênteses o conhecimento existente sobre o objeto, o pesquisador assume uma postura crítica em relação às teorias, procurando aproximar-se do fenômeno sem “pré-conceitos” estabelecidos.

Silva (1987) e Bernardes (1989) enfatizam que o questionamento do modelo empírico-experimental das ciências humanas e sociais, a partir do referencial da fenomenologia, é convergente com reflexões epistemológicas e metodológicas de pesquisas que têm por objeto de estudo grupos minoritários os quais lutam para consolidar sua identidade e para transformar situações de repressão específicas.

Bernardes (1989) destaca dois pontos importantes nessa convergência. O primeiro diz respeito à possibilidade de suspender conhecimentos já dados, através da redução fenomenológica, não com a intenção de, em princípio, negá-los, mas para tomar distância de conhecimentos que podem estar ideologicamente comprometidos e nos quais nos instalamos e aos quais aderimos sem a devida reflexão crítica. Essa só será possível através do devido afastamento das referidas variáveis.

O segundo ponto tem a ver com a relação entre o pesquisador e o sujeito da investigação que, num estudo sobre minorias, apresenta-se de modo peculiar já que a problemática investigada faz com que o trabalho crítico de análise realizado traga para esta relação o pesquisador como um sujeito concreto frente a outro sujeito concreto e desencadeie um processo de autoconhecimento em ambos.

2.2 Procedimentos para coleta de dados

Os sujeitos deste estudo foram oito homens adultos que se identificam como homossexuais. A seleção desses sujeitos foi feita pela técnica denominada *snowball sampling* (amostragem por “bola de neve”), na qual um sujeito indica outro participante, que indica outro e assim por diante. Concordo com Nunan (2003) quando afirma que esta técnica é adequada em grupos cujos membros se conhecem entre si, como é o caso da comunidade homossexual. Neste estudo, o ponto de partida foi um homem que participa de uma organização não governamental que defende a livre expressão sexual de um município do interior do Estado do Rio Grande do Sul.

Para coleta dos dados, utilizei a entrevista individual e por tópicos. Lüdke e André (1986) afirmam que a entrevista é uma das principais técnicas de coleta de dados em quase todos os tipos de pesquisa utilizados nas ciências sociais e na

educação. De acordo com essas autoras, é fundamental estar atento para o caráter de interação que permeia essa técnica. Segundo elas

na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde. Especialmente nas entrevistas não totalmente estruturadas, onde não há a imposição de uma ordem rígida de questões, o entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém e que no fundo são a verdadeira razão da entrevista (p. 33).

Na perspectiva dessas autoras, a vantagem de se realizar a entrevista é que ela permite a captação imediata da informação desejada, permitindo correções, esclarecimentos e adaptações.

Seidman (1991) também enfatiza que, através da entrevista, é possível compreender os depoimentos sobre a vida de um indivíduo, além de prover o acesso ao comportamento dessa pessoa, fornecendo ao pesquisador elementos para a compreensão de tal comportamento.

No uso de entrevistas, é fundamental estabelecer com os sujeitos entrevistados uma relação de intersubjetividade, a fim de evitar uma relação dual pesquisadora-objeto de estudo. Para compreender este sujeito, é preciso considerá-lo em seu contexto social e histórico, e não como simples objeto de pesquisa.

Após a elaboração de um roteiro de entrevista (apêndice A), realizei duas entrevistas-piloto com o objetivo de testar este roteiro e, se necessário, aprimorá-lo. Acredito que a experiência foi importante para verificar sua adequação ao problema de pesquisa.

A forma de registro das entrevistas foi a gravação, devidamente transcrita após sua realização. Ficou acordado com os sujeitos que sua identificação seria preservada e, para tanto, são nomeados neste texto por meio dos pré-nomes de homossexuais assumidos e famosos.

2.3 Procedimentos para análise dos dados

Os dados obtidos através das entrevistas foram analisados de acordo com o método de análise compreensiva de base fenomenológica, proposto por Bernardes (1989, 1991), que define os seguintes passos: montagem dos registros em forma de descrição ingênua, organizados em tópicos; aplicação completa do método proposto por Giorgi (1986, 2001), complementado pelos procedimentos utilizados por Suransky (1977). Os procedimentos propostos por Giorgi pretendem, segundo Bernardes (1989)

descrever o fenômeno em foco na perspectiva da atitude natural e analisá-lo na perspectiva da redução fenomenológica para, então, buscar sua essência ou sentido (redução eidética) através da livre variação da imaginação, tendo como pressuposto a intencionalidade da consciência (p. 19).

O método de Giorgi obedece à quatro etapas distintas:

- a) Leitura da descrição ingênua com o objetivo de obter uma compreensão geral do enunciado;
- b) Leitura da descrição escrita completa, buscando discriminar unidades de significado na perspectiva psicológica, tendo como foco o fenômeno pesquisado e mantendo integralmente a linguagem com a qual o sujeito se expressou;
- c) Transformação das expressões cotidianas do sujeito na linguagem psicológica, com ênfase no fenômeno que está sendo investigado;
- d) Síntese das unidades de significado transformadas num enunciado consistente com o fenômeno pesquisado.

Na leitura da descrição ingênua para obtenção de uma compreensão geral do enunciado, é preciso ter claro que o método fenomenológico filosófico exige que a descrição seja precedida pela atitude da redução fenomenológica. Já na pesquisa psicológica, as descrições ingênuas são aceitas na perspectiva da atitude natural para, posteriormente, serem analisadas na perspectiva da atitude de redução. Nesta primeira etapa da análise, segundo Bernardes (1993),

a compreensão geral buscada por meio da leitura da descrição ingênua não necessita ser questionada ou mesmo explicitada, já que sua finalidade reside em colocar o pano de fundo para a etapa de discriminação das unidades de significado (p. 24).

Na segunda etapa, realiza-se a leitura da descrição escrita completa, com o objetivo de eleger unidades de significado, tendo em vista o fenômeno em foco e mantendo a linguagem com a qual o sujeito se expressou. As unidades de significado são delimitadas pela identificação de uma mudança de significado na forma de expressão do sujeito. Elas são vistas como constituintes e não como elementos, pois consistem numa parte impregnada pelo significado do contexto das descrições ingênuas. Dessa forma, “as unidades de significado não são absolutas, mas só existem em função da atitude e da posição do(a) pesquisador(a)” (BERNARDES, 1993, p. 25).

A transformação das expressões cotidianas do sujeito em linguagem psicológica, com ênfase no fenômeno investigado, terceira etapa desse método, demanda que o/a pesquisador/a se coloque frente a cada unidade de significado e se interrogue a respeito de sua relevância, tendo em vista o fenômeno estudado. De acordo com Bernardes (1993), o objetivo dessa transformação é a construção de categorias psicológicas gerais a partir da imersão nas expressões concretas do sujeito, indo além da abstração ou formalização, pois estas acabam por serem seletivas em função dos critérios determinados pelo pesquisador.

Na quarta e última etapa, transforma-se a síntese das unidades de significado em um enunciado consistente com o fenômeno pesquisado. Nesta etapa, realiza-se a reconstituição das compreensões “em sínteses integradoras que se explicitam como **novas descrições** consistentes da estrutura psicológica do fenômeno” (BERNARDES, 1991, p. 30), as quais contêm, de forma explícita ou não, os significados das unidades transformadas. A autora explica que essa síntese é composta de duas descrições. A primeira, denominada de descrição específica da estrutura, está diretamente associada à situação específica dos sujeitos envolvidos no fenômeno. A outra, conhecida como descrição geral da estrutura, distancia-se das especificidades da situação em busca de um “significado geral do fenômeno” (BERNARDES, 1991).

Para complementar esse método proposto por Giorgi (1978, 2001), Bernardes (1989, 1993) propõe a utilização dos procedimentos adotados por Suransky (1977) que consistem em “buscar temas centrais que emergem da descrição geral da estrutura de significado do fenômeno” (BERNARDES, 1991, p. 35). Desta forma, através do estudo de determinado fenômeno, podem emergir idéias que possibilitam, na concepção de Suransky (1977), “uma análise crítica em relação ao meio intersubjetivo e ao contexto social” (BERNARDES, 1991, p. 35).

Bernardes (1993) justifica essa complementação, explicando que, para Suransky (1977), determinadas aplicações da fenomenologia à Psicologia e à Educação permanecem no âmbito das camadas individuais, interpessoais e múltiplas da realidade, encontrando dificuldades para a realização de uma análise crítica das circunstâncias sociais desta própria realidade num momento histórico específico.

Acredito que, por meio do método da análise compreensiva de base fenomenológica, há condições não só de compreender o fenômeno investigado como também de refletir criticamente sobre suas implicações no contexto social mais amplo.

3 DESVELAMENTO DA CONSTITUIÇÃO DAS IDENTIDADES HOMOSSEXUAIS

A constituição das identidades homossexuais dos homens adultos, sujeitos desta pesquisa, se deu a ver por meio dos temas emergentes das estruturas de significado apresentados em quatro seções. O primeiro relaciona-se às vivências em espaços educativos formais e não formais. O segundo focaliza as vivências em espaços educativos informais. O terceiro diz respeito às percepções sobre homossexualidade e o quarto trata das experiências de discriminação e resistência.

Considerando a necessidade de esclarecer minimamente as condições sociais dos sujeitos, sem perder de vista o compromisso com o anonimato dos mesmos, descrevo brevemente algumas características do grupo.

Os oito sujeitos deste estudo têm entre 20 e 43 anos, pertencem às camadas médias urbanas, a maioria é da raça branca e têm ocupações variadas: são estudantes, cabeleireiros, educadores e coordenador de Organizações Não-Governamentais. Em relação à escolaridade, dois deles têm o Ensino Médio incompleto, dois concluíram o Ensino Médio, dois são universitários e dois têm curso superior. Apesar de alguns declararem não professar religião alguma, outros têm formação católica, ou evangélica ou participam de cultos de Matriz Africana.

3.1 Vivências em espaços educativos formais e não formais

Considero, conforme Marques (1980), um espaço educativo formal a instituição, pública ou privada, que tem por objetivo oferecer à população educação formal nos diferentes níveis da educação brasileira (Educação Básica e Educação Superior). Neste estudo esses espaços aparecem como escolas de Ensino Fundamental e Médio e instituições de Ensino Superior.

Assim como Louro (1997), Ferrari (2000), Nunan (2003), Carrara e Ramos (2005), acredito que o ambiente escolar é um dos locais onde os indivíduos que se identificam como homossexuais vivenciam experiências de discriminação. A maioria dos sujeitos deste estudo tem consciência que começou a enfrentar o preconceito por ser homossexual no Ensino Fundamental. A manifestação desse preconceito ocorria distintamente: enquanto os alunos se valiam de piadinhas grosseiras,

apelidos pejorativos e também da agressão física, a atitude dos professores era mais dissimulada.

Ao falar sobre o comportamento dos alunos, Ferrari (2000) analisa que, quando esses discriminam e agridem outros meninos por serem homossexuais, estão colocando em prática um conjunto de representações construídas socialmente. Salienta que:

Os estereótipos e preconceitos que são o resultado dessas representações parecem manifestações de uma coletividade e não de um indivíduo isolado. Portanto os alunos agressores colocam em prática representações baseadas em valores sociais que são apreendidos no seu cotidiano (p. 107).

Corroborando essa posição, Franklin (1998) caracteriza a violência contra homossexuais como uma expressão cultural de estereótipos e expectativas referentes ao comportamento feminino e masculino apropriado. Dessa forma, é possível compreender os ataques aos indivíduos que se diferenciam dos papéis de gênero tradicionais como uma forma socialmente aprendida de controlar o diferente, mantendo uma rigorosa distinção entre os gêneros.

Ao analisar as formas de violência na escola, Castro, Abramovay e Silva (2004) consideram que a discriminação contra homossexuais é assumida com mais naturalidade por estudantes do que o racismo e o sexismo. No ponto de vista dessas autoras, a homofobia é valorizada entre os jovens, sugerindo “um padrão de masculinidade por estereótipos e medo ao estranho próximo, o outro, que não deve ser confundido consigo” (p. 280). No imaginário da juventude, especialmente dos rapazes, aquele adolescente que humilha um homossexual se distingue dele e reforça sua masculinidade.

É possível perceber que as crianças, especialmente os meninos, conferem à homossexualidade um aspecto negativo e pejorativo. Nessa pesquisa é notório que tanto o agressor, quanto o agredido tinham consciência de que ser rotulado como viado, bicha ou gay era ofensivo, humilhante e, conseqüentemente, uma violência contra quem recebia tal categorização. Ferrari (2000) analisa que essas ocasiões indicam quais características ou condutas o grupo de meninos julga como indício de homossexualidade. Esse autor constata que as agressões surgem sempre que um menino apresenta algum comportamento que não condiz com o que o grupo considera apropriado para um homem. Assim a homossexualidade é entendida

como um símbolo negativo da identidade masculina, além de ser definida muito mais em função do que precisa evitar do que pela expressão do desejo:

Ser homem significa *não ser feminino; não ser homossexual; não ser dócil, dependente ou submisso; não ser efeminado na aparência física ou nos gestos; não ter relações sexuais nem relações muito íntimas com outros homens; não ser impotente com as mulheres* (BADINTER, 1993, p. 117).

Minha experiência em escolas infantis mostra que essas agressões começam muito cedo. Antes mesmo de saber o que estão dizendo, as crianças, principalmente os meninos, tratam com piadas e gozações, apelidos e gestos, aqueles que apresentam comportamentos que não se ajustam aos padrões de gênero e de sexualidade aceitos em nossa cultura. O preocupante é que “muitas expressões de preconceitos e discriminações em torno do sexual tendem a ser naturalizadas, até prestigiadas e não entendidas necessariamente como violências” (CASTRO, SILVA e ABRAMOVAY, 2004, p. 278). Essas autoras salientam que:

A recorrência à linguagem pejorativa é comum nas violências contra homossexuais. É importante destacar a linguagem porque por ela se apresentam visões de mundo, representações e também a nomeação do outro por formas negativas ou contrárias à sua vontade, com o intuito de humilhar, discriminar, ofender, ignorar, isolar, tyrannizar e ameaçar. No caso da escola, em que o verbo é matéria-prima, o cuidado com a linguagem, com os discursos de alunos e de professores ganha mais relevância, indicando problemas no objetivo do projeto escolar de formar mentalidades por parâmetros de igualdade” (p. 286).

Renato e Lauro lembram que alguns colegas, além das piadas e ofensas, ameaçavam espancá-los para *endireitá-los*.¹ O senso comum associa homossexualidade com sem-vergonhice, com um desvio de caráter, como se bastasse apenas um corretivo para retificar o comportamento considerado desviante.

Lauro cursou o Ensino Médio em regime de internato numa escola só para meninos. Comenta que era discriminado pelos colegas, alguns seus parceiros sexuais, outros não. Em sua análise, isso acontecia porque alguns colegas se sentiam inferiorizados por se relacionarem com outro menino e outros o agrediam

¹ Todas as falas dos participantes da pesquisa serão trazidas para o texto em itálico. Essa opção servirá para diferenciá-los das citações.

por desejarem se relacionar com ele e não terem coragem. A respeito disso, Badinter (1993) esclarece que a homossexualidade desperta em alguns homens (principalmente nos mais jovens) um temor que se manifesta em atitudes de esquivamento, agressividade ou repulsa. Segundo esta autora:

Ver um homem efeminado desperta enorme angústia em muitos homens, pois desencadeia neles uma tomada de consciência de suas próprias características femininas, como a passividade e a sensibilidade, que eles consideram um sinal de fraqueza (BADINTER, 1993, p. 119).

Um dos recursos utilizados pelos sujeitos da pesquisa para se defender do preconceito era o isolamento: chegavam à escola após o horário de entrada, não iam para o recreio ou se refugiavam na biblioteca. Jean e Elton explicam que simplesmente ignoravam as agressões, enquanto Agenor e Renato tinham colegas que os defendiam. Para se proteger, Freddie procurava ficar com o grupo das meninas, onde se sentia mais seguro.

O ocultamento parece ser o principal recurso utilizado por esses indivíduos para se protegerem da discriminação. A maioria dos sujeitos refere que procurava *não se expor, manter a postura e procurar agir de modo normal*. Na visão desses sujeitos, a melhor forma de sobreviver em ambientes hostis é não deixar transparecer sua identidade sexual e parecer-se com um heterossexual. Por exemplo, quando sua identidade sexual era questionada, Freddie e Elton negavam ser homossexuais e justificavam seu jeito de ser alegando terem sido criados apenas por mulheres. Jean, por sua vez, comenta que sua orientação afetivo-sexual só ficou evidente depois que ficou amigo de um rapaz, também homossexual, mas mais efeminado. Acredita que, a partir daí, sofreu mais com a discriminação porque ficou mais *visado*.

É fácil encontrar no senso comum a opinião de que uma das características da homossexualidade é o fato de um menino andar apenas com meninas. Em seu estudo sobre homoerotismo masculino no contexto escolar, Ferrari (2000) constatou que essa idéia faz parte não só do imaginário dos alunos como também dos educadores. A forma encontrada por João Francisco para se preservar do preconceito e esconder sua orientação afetivo-sexual foi não se isolar e permanecer junto aos outros meninos: *eu sentava sempre no fundo... e quando eu fiquei maior*

eu consegui perceber que, se eu ficasse isolado e não ficasse no grupo dos meninos, daí eu ficava muito mais visado e podia ser discriminado.

O fator “sair do armário” parece ser determinante para a forma como os sujeitos deste estudo encararam a discriminação. Por exemplo, Renato relata: *depois que eu me assumi mesmo, aí eu não tinha... entrava na aula com todo mundo, saía e, se alguém fizesse alguma piadinha, eu batia boca e dava um sermão também.*

A forma encontrada por Lauro para resistir à discriminação na escola foi sobressair-se academicamente: *eu percebi que eu tinha que estar sempre... em alguma coisa eu tinha que ser melhor que os outros pra não ser espezinhado, eu tinha que mostrar alguma coisa que eu era melhor do que os outros pra poder me defender. E aí eu me destacava nas aulas. Eu tirava boas notas.* Dessa forma, era reconhecido pelos professores e aceito pelos colegas que o procuravam para realizarem trabalhos em conjunto e até mesmo para que ele os ajudasse na hora das provas com *colas*.

Elton e Renato declararam ser mais discriminados pelos meninos do que pelas meninas. Esses sujeitos questionam se essa não seria a razão de terem mais amigas do que amigos na adolescência. Nunan (2003) argumenta que um dos motivos para que isso ocorra é que na sociedade ocidental há uma forte correlação entre masculinidade e heterossexualidade, o que faz com que os homens sejam pressionados (social e psicologicamente) a afirmar sua masculinidade rejeitando elementos que não sejam culturalmente definidos como masculinos. As mulheres heterossexuais não consideram a rejeição da homossexualidade como determinante para a constituição de sua orientação afetivo-sexual e, conseqüentemente, não se sentem pressionadas a serem preconceituosas e acabam convivendo mais com homossexuais. Essa autora conclui que:

O preconceito contra homossexuais desempenha uma função importante no sentimento de identidade masculina, porque nossa sociedade define o gênero pelo comportamento sexual e a masculinidade por oposição à feminilidade. O preconceito contra gays cumpre o papel psicológico essencial de deixar claro quem é heterossexual e quem é homossexual (NUNAN, 2003, p. 92).

Essas idéias estão em consonância com os dados levantados por Castro, Abramovay e Silva (2004) em seu estudo sobre juventudes e sexualidade, realizado em 13 capitais brasileiras e o Distrito Federal. De acordo com essas autoras, os rapazes rechaçam com maior intensidade a homossexualidade: em Porto Alegre, por exemplo, 42% dos jovens indicam tal preconceito sendo que, no caso das jovens, esse percentual baixa para 13%. Muitos alunos afirmam não ter preconceito, “desde que o homossexual permaneça longe, não se aproxime e, principalmente, que não insinue que ele possa ser um igual ou um parceiro na relação” (p. 280). Os rapazes temem ser assediados por colegas homossexuais, sentem-se ameaçados em sua masculinidade e, geralmente, reagem com violência a qualquer aproximação considerada comprometedora.

Ao falar sobre as vivências de preconceito na escola, Renato declara que, comparando com o Ensino Fundamental, sofreu menos discriminação no Ensino Médio e, em comparação com esse nível de ensino, praticamente não foi discriminado na universidade. Renato e Freddie relatam que não foram discriminados no Ensino Superior. O primeiro acredita que isso ocorreu porque freqüentou um curso onde a grande maioria dos alunos eram mulheres. O segundo analisa que tal fato aconteceu porque evitava se expor, procurava *agir de modo normal* e porque neste nível de ensino as pessoas *têm uma cabeça mais aberta*. Essa percepção talvez decorra da forma como o currículo do ensino superior é estruturado. Enquanto na Educação Básica os alunos convivem todo o turno e todo ano com os mesmos colegas, no Ensino Superior isso pode não acontecer, já que a matrícula é feita por disciplinas e, muitas vezes, a convivência é mais restrita do que nos outros níveis de ensino, favorecendo o processo de ocultamento da identidade sexual. Uma pesquisa realizada com os participantes da Parada do Orgulho GLTB, ocorrida no Rio de Janeiro, em 2004, revela que 26,9% dos entrevistados foram marginalizados por colegas ou professores na escola ou na faculdade. Esse estudo constatou que a incidência do preconceito decresce conforme aumenta a faixa etária: quanto mais jovem o indivíduo, maior o preconceito enfrentado (CARRARA; RAMOS, 2005). A partir dessa análise é possível inferir que os homossexuais sofrem mais discriminação na Educação Básica do que no Ensino Superior.

Apesar da constatação de que a homofobia é resultado de um conjunto de representações construídas socialmente, tal explicação não pode servir de justificativa para a omissão dos educadores e da equipe técnico-administrativa da

escola. Há que se considerar que essas pessoas podem contribuir para a alteração deste quadro, pois “as representações, como as identidades, não são estáticas, mas passam por constantes transformações” (FERRARI, 2000, p. 108). Através dos anos, a escola tem sido vista como uma das instituições responsáveis pela formação dos indivíduos: as famílias e a sociedade como um todo passaram a buscar nela uma aliada para a educação de seus filhos e filhas. Assim, embora não possa alterar sozinha esse quadro de discriminação e preconceito, a Escola ocupa um papel importante na transformação dessa situação.

Neste estudo, através da fala dos sujeitos, é perceptível que os educadores utilizavam expedientes que questionavam o comportamento dos alunos, especialmente dos meninos, quando estes não agiam de acordo com o padrão socialmente estabelecido para seu gênero. Entretanto, essas manifestações ocorriam de forma velada, os professores dificilmente se referiam diretamente ao sujeito homossexual. Mesmo quando utilizavam expressões tais como *viado* ou *indefinido* faziam referência às ações que pudessem levantar dúvida sobre a identidade sexual dos jovens. Uma experiência vivenciada por Lauro ilustra bem esta situação:

Eu era rotulado, né. Uma ocasião na sala de aula uns colegas começaram: “Ah, porque é viado! É! Não é! O que o senhor acha professor?” Aí o professor chegou e disse assim: “Olha, quem nada como um pato, anda como um pato, grasna como um pato eu só posso achar que é um pato”. Aí eu me virei pra turma e fiz: “Quá!”. Um “quá” só bastou, nunca mais me incomodaram.

Em seu estudo sobre as relações existentes entre juventude e sexualidade na escola, Castro, Abramovay e Silva (2004) constataram que os professores vão além de silenciar a respeito da homofobia e colaboram ativamente para a reprodução dessa violência.

Numa pesquisa que procurou problematizar o gênero e a sexualidade em instituições de Educação Infantil do município de Porto Alegre, Felipe e Guizzo (2004) concluíram que existe uma rígida vigilância em torno da masculinidade infantil, como se ela fosse uma espécie de garantia para a masculinidade adulta. Para essas autoras, “as instituições escolares ainda estão muito preocupadas em uniformizar os seus discentes na tentativa de eliminar possíveis diferenças. Tal preocupação está presente também em relação à sexualidade” (p. 35). A escola

empenha-se em estabelecer e reafirmar as formas de masculinidade e feminilidade consagradas como referência e tudo que se distanciar dela é tido como anormal, desviante. Esse empenho foi vivenciado por alguns sujeitos deste estudo: João Francisco, Agenor e Elton.

João Francisco relata que a professora da primeira série do Ensino Fundamental detectou *alguma coisa* nele e chamou seus pais na escola para uma conversar porque ele não se integrava com os colegas. Ele se revolta muito com a atitude da professora:

se ela não tinha formação, podia pelo menos ter sensibilidade, ela chamou minha família, eu apanhei, porque eu queria ficar na biblioteca lendo - e que eu saiba gostar de ler não é indício de homossexualidade, a leitura não tem sexo – aí eu apanhei bastante.

Agenor também guarda uma mágoa muito grande com a professora da terceira série do Ensino Fundamental por ter chamado seus pais à escola alegando preocupação porque ele convivia demais com as meninas e não se integrava com os meninos:

tinha jogo de futebol na Educação Física e eu não gostava de jogar futebol e eu não conseguia jogar, não jogava direito. Aí essa professora chamou minha mãe na escola porque eu estava com problemas, que eu só andava com as gurias e que isso não podia que eu tinha que me relacionar com os guris e não com as gurias.

Embora não tenha clareza sobre o motivo, por volta dos onze anos, Elton foi encaminhado a uma psiquiatra pelo Serviço de Orientação Pedagógica da escola. Gonçalves (1999) comenta que, muitas vezes, ao desconfiar que um aluno possa ser homossexual, os educadores o encaminham para um profissional de psicologia. Isso reforça a forte associação existente entre homossexualidade com desvio, transtorno de comportamento, com uma doença que pode ser tratada. Geralmente a justificativa utilizada para esses encaminhamentos é a falta de conhecimento ou preparo para lidar com essa situação considerada problemática. Ferrari (2000, p. 70) relata que uma professora entrevistada afirmou que esse “problema” é mais comum no Ensino Fundamental e que tende a desaparecer até o Ensino Médio. Falou ainda que, quando identifica “tal tendência”, chama os pais, junto com a psicóloga da escola, para trabalharem com a criança. Da mesma forma, numa conversa com alguns educadores sobre sexualidade, ouvi o testemunho de uma orientadora

pedagógica que acreditava ter auxiliado um menino a **superar** sua homossexualidade através de conversas com ele e com a mãe. Segundo Silva e Soares (2003) não é difícil encontrarmos educadores que tratam da homossexualidade como “um problema muito delicado com o qual a escola não sabe agir” (p. 89).

Talvez essa dificuldade da escola em admitir que existem muitas formas de viver o gênero e a sexualidade advenha do consenso de que tem obrigação de nortear suas ações por um padrão. Dessa forma:

haveria apenas um modo adequado, legítimo, normal de masculinidade e de feminilidade e uma única forma sadia e normal de sexualidade, a heterossexualidade; afastar-se desse padrão significa buscar o desvio, sair do centro, tornar-se excêntrico (SILVA; SOARES, 2003, p. 44).

Sobre essa questão, Mott (2003, p. 37) refere que, durante toda sua infância e adolescência, sentiu-se “estuprado psicologicamente” à medida que recebia informações de que a única orientação sexual possível era a heterossexual. Conta que preferia atividades associadas ao gênero feminino e que, muitas vezes, foi forçado a jogar futebol para “controlar” sua efeminação. Apesar de sua atração pelo mesmo sexo, acabou internalizando a homofobia dominante em nossa sociedade e reprimiu, por muito tempo, a possibilidade de ser homossexual.

Parece que homossexualidade é um tema bastante ausente no cotidiano escolar. Educadores e equipe técnico-administrativa preferem ignorar os indivíduos homossexuais a falar sobre o assunto e, principalmente, combater atitudes preconceituosas. Os argumentos para que isto aconteça são os mais diversos: é uma questão pessoal que não deve ser discutida na escola; é responsabilidade da família tratar dessa situação considerada problema; não são preparados para abordar o assunto.

Em relação às atitudes preconceituosas de seus alunos, muitas vezes os educadores consideram que não passam de brincadeiras. Sobre essa questão, Castro, Silva e Abramovay (2004) esclarecem:

Muitos professores desempenham uma convivência não assumida com discriminações e preconceitos em relação a homossexuais, ao considerarem que expressões de conotação negativa em relação a esses seriam *brincadeiras, coisas sem importância* (p. 289).

No entanto, pelo relato dos sujeitos deste estudo, parece que a homossexualidade é vista por muitos educadores como um desvio de comportamento que pode ser superado com o auxílio da família ou de um profissional especializado. Se considerarmos que a escola é um espaço importante para a construção das identidades, tratar a homossexualidade como algo negativo e incorreto pode prejudicar esse processo, principalmente porque essas intervenções geralmente ocorrem no Ensino Fundamental, deixando os indivíduos confusos em relação a sua identidade sexual. Carrara e Ramos (2005) reiteram:

A escola e a universidade caracterizam-se por serem supostamente espaços sociais de respeito e cooperação. A liderança de professores e autoridades pedagógicas deveria ser suficiente para conter manifestações de racismo, misoginia e homofobia e estimular um ambiente de valorização das diferenças (p. 82).

Analisando esta questão, Louro (1999) comenta o quanto as escolas, que deveriam ser um local para o conhecimento, são, no que se refere à sexualidade, um lugar de ocultamento. Ferrari (2000) corrobora essa idéia afirmando que a prática mais comum é não mencionar o assunto da homossexualidade ou mencioná-lo apenas em conselhos de classe e reuniões da equipe diretiva, como se ele não fizesse parte do universo dos alunos. Segundo esse autor:

Essa postura parece reforçar a idéia do homoerotismo como anomalia, visto que o que seria normal são os gêneros masculino, feminino e a relação entre eles, todos devidamente tratados na Escola. A própria ausência do homoerotismo no discurso da Escola já representaria um indício de sua “anormalidade”, pois a Escola é o lugar, por excelência, onde se deve ensinar e explicar o que é “certo” e o que é “bom” (FERRARI, 2000, p. 33).

O autor comenta que muitos livros utilizados como manuais de educação sexual pelos educadores têm a intenção de definir formas de tratar a sexualidade em sala de aula: tratam de diversos assuntos, exceto a homossexualidade. Mesmo que existam Temas Transversais específicos sobre a Orientação Sexual e sobre a Pluralidade Cultural (BRASIL, 2000b), para enquadrar a questão da homossexualidade é preciso analisar o conteúdo implícito dos documentos. Esses textos deixam margem para que os educadores o interpretem e trabalhem a sexualidade sem tocar no assunto da homossexualidade, apresentando a

heterossexualidade como a identidade sexual normal. Os documentos oficiais precisam ser mais específicos sobre o papel da escola no combate ao preconceito sexual, pois é inegável sua responsabilidade nesta tarefa.

A política de silêncio em relação à homossexualidade foi testemunhada por João Francisco. Em seu trabalho com organizações não-governamentais, João conseguiu levar à escola onde estudava pessoas para falar sobre negritude e preconceito racial. Quando solicitou da coordenação pedagógica autorização para trabalhar com homossexualidade e preconceito sexual, a oportunidade lhe foi negada sob a justificativa de que não havia tempo para isto. Ao realizar sua pesquisa sobre o professor frente ao homoerotismo no contexto escolar, Ferrari (2000) vivenciou uma situação semelhante ao procurar escolas que se dispusessem a abrir as portas para que ele realizasse sua pesquisa. Num primeiro momento, sabendo apenas que se tratava de uma pesquisa de Mestrado, as escolas eram bastante receptivas. Assim que ele comentava qual o tema de seu estudo, a situação se modificava e as escolas negavam o espaço. Em uma, o reitor foi bem específico: disse que não queria esse assunto sendo trabalhado em sua escola. Em outra, a coordenadora pedagógica, após dizer que somente o colegiado da escola poderia autorizar o estudo, disse que votaria contra e admitiu seu preconceito contra homossexuais. Para esse autor, “as escolas acreditam no fato de que não tratar do homoerotismo é suficiente para deixar esse ‘problema’ fora da instituição” (FERRARI, 2000, p. 72).

Essa preocupação em afastar a homossexualidade da escola e reforçar a heterossexualidade nos leva, segundo Louro (1997), a questionar a naturalidade do heterossexismo:

Ora, se a identidade heterossexual fosse, efetivamente, natural (e, em contrapartida, a identidade homossexual fosse ilegítima, artificial, não natural), por que haveria a necessidade de tanto empenho para garanti-la? Porque “vigiar” para que os alunos e alunas não “resvalem” para uma identidade “desviante”? Por outro lado, se admitimos que todas as formas de sexualidade são construídas, que todas são legítimas mas também frágeis, talvez possamos compreender melhor que diferentes sujeitos, homens e mulheres, vivam de vários modos seus prazeres e desejos (p. 81).

Para essa autora, nosso dever como educadores é exatamente desconfiar de tudo o que é considerado natural, pois são as práticas rotineiras e comuns, os gestos e palavras banalizados que precisam ser questionados no cotidiano escolar. Ainda há muitos obstáculos, tanto nas mentes dos professores quanto na estrutura da escola, que impedem uma abordagem cuidadosa e ética da sexualidade humana.

A omissão dos educadores em relação à sexualidade e, especialmente, a homossexualidade serve para manter o heterossexismo existente em nossa sociedade e a vigilância que garante a normalidade. Para Ferrari (2000), ao evitar discutir os padrões sexuais existentes na sociedade, não se posicionando diante dos fatos, os educadores colaboram para que os alunos classificados como homossexuais consigam entender suas práticas como não sendo normais, como algo que deve ser escondido. Se a homossexualidade não é trabalhada na escola ou tem uma abordagem negativa, os sujeitos que se identificam como homossexuais provavelmente aprenderão e constituirão suas identidades de forma mais traumática, tendo que ocultar suas emoções e desejos, sentindo-se, muitas vezes, inferiores. Assim, é preciso trabalhar para que o indivíduo tenha um sentimento positivo de identidade.

Concordo com Ferrari (2000), que lutar contra a discriminação, contra o preconceito e contra a exclusão na sala de aula é considerar o trabalho do professor fundamental para a construção das identidades dos homossexuais. Além disso, diminuir as possibilidades de preconceito e exclusão é construir a cidadania à medida que são criadas condições para o desenvolvimento da noção do direito de defender-se, de construir sua identidade sexual e de praticá-la.

Considerando que a educação não formal envolve toda ação educacional e estruturada que não corresponde exatamente à definição de educação formal (MARQUES, 1980), nesse estudo identifiquei as vivências no quartel como uma dessas atividades.

Antes de iniciar a coleta dos dados, não imaginava que o serviço militar obrigatório pudesse ser uma experiência significativa para os sujeitos desse estudo. Provavelmente isso não me ocorreu porque essa experiência não faz parte do universo feminino. Mesmo que, atualmente, as Forças Armadas admitam mulheres em seus quadros, não há obrigatoriedade em relação ao alistamento feminino para servir à Pátria. No universo masculino, entretanto, *pegar quartel* pode ser entendido

como um rito de passagem. Ainda permanece no senso comum em nossa cultura a idéia de que um menino só se transforma num homem após o serviço militar.

Surpreendeu-me saber que homens que se identificam como homossexuais tivessem vontade de viver essa experiência principalmente por considerar que as Forças Armadas são instituições nas quais a condição homossexual é muito estigmatizada. Para os militares, a prática da homossexualidade é um crime previsto pelo artigo 235 do Código Penal Militar (BRASIL, 1969). Esse artigo, incluído no Capítulo VII intitulado “Dos crimes sexuais”, refere:

Pederastia ou outro ato de libidinagem

Art. 235. Praticar, ou permitir o militar que com ele se pratique ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito a administração militar:

Pena - detenção, de seis meses a um ano.

O atual Regulamento Disciplinar do Exército, homologado em 2002, embora não fale explicitamente (como fazia o antigo Código Disciplinar) em punir o militar homossexual, dá margens para que, dependendo dos participantes da comissão disciplinar, ele seja condenado por sua orientação afetivo-sexual até mesmo a expulsão dependendo da patente (BRASIL, 2002).

Dos sujeitos da pesquisa, quatro foram liberados do Serviço Militar obrigatório, três prestaram o Serviço sem maiores dificuldades e um arriscou a vida para ser dispensado do quartel.

Quando perguntei aos que foram liberados se gostariam de ter servido, três responderam que não gostariam, mas um disse acreditar que teria sido uma experiência interessante. Para os primeiros, essa idéia pareceu aterrorizante devido ao fato de terem conhecimento do quão preconceituoso o exército pode ser com os homossexuais e, principalmente, por pensarem que os gays são maltratados no quartel.

Foi o que aconteceu com Oscar. Ele foi convocado a servir e, em pânico, seguindo o conselho de uma amiga, queimou propositalmente o pé (queimadura grau 3) para que fosse dispensado. Foi encaminhado ao Hospital da Guarnição, tratado e, quando ia ser liberado para voltar à tropa, deliberadamente tentou se suicidar com pílulas roubadas de um companheiro de quarto. Para sua surpresa, o oficial encarregado conversou com ele, fez com que ele confessasse que não queria

servir por ser homossexual e o liberou, aconselhando-o a não ter vergonha do seu jeito de ser. Hoje em dia, Oscar avalia que poderia ter sido uma boa experiência e se arrepende dos riscos que correu.

Já Jean fez todo o possível para ser convocado, abandonando, inclusive, o emprego para poder servir. Agenor e João Francisco também relatam que serviram sem maiores dificuldades. A postura adotada por esses sujeitos no quartel, contudo, foi a do encobrimento: procuraram, ao máximo, ocultar sua identidade sexual.

Com os dados desta pesquisa não é possível associar as vivências no quartel, consideradas positivas pelos sujeitos, com mudanças na atitude dos militares em relação à homossexualidade e/ou o comportamento adotado pelos sujeitos. A experiência de Oscar mostra que os militares menos graduados, como sargentos, por exemplo, são os mais intolerantes com os homossexuais.

Não há, no Regulamento Disciplinar do Exército, nenhuma cláusula que fale sobre discriminação por orientação sexual, mas há penalidades bem rígidas para o ato de espalhar boatos infundados. Jean foi beneficiado por esse recurso: um soldado inventou que ele havia mantido relações sexuais com outro. Ele reclamou ao capitão do seu pelotão e o soldado que inventou a história foi penalizado.

Como os depoimentos dos sujeitos sobre as vivências no quartel foram sucintas e genéricas, não é possível ampliar-se a discussão sobre esse espaço educativo não formal.

3.2 Vivências em espaços educativos informais

Cada indivíduo constrói sua identidade no contexto sócio-histórico e cultural em que está inserido. Nesse processo, adquire referências em relação a valores, bem como marcas que se inscrevem em seu corpo, em seu imaginário, em virtude dos processos educacionais aos quais esteve submetido. Espaços educativos informais são aqueles onde o indivíduo vivencia educação, desenvolve atitudes, valores, adquire conhecimentos e habilidades da vida diária, os quais não estão incluídos nos sistemas formais e não formais de ensino (MARQUES, 1980). Na análise desta pesquisa, surgiram alguns espaços educacionais informais significativos para a construção das identidades homossexuais: a família, as igreja e os cultos, o trabalho e o *mundo gay*.

3.2.1 A família

Na visão de Jacques (1993),

a instituição familiar ocupa papel significativo como mediadora dos atributos do social, reproduzindo suas formas hegemônicas e gerando contradições que lhe são imanentes. Cumpre um papel importante na transmissão de propriedades culturais que se transformam em disposições duradouras (p. 104).

Neste estudo, constatei que a família é o espaço educativo onde os sujeitos vivenciaram e vivenciam os preconceitos mais intensos e onde é mais difícil enfrentá-los. Talvez isso ocorra porque, desde cedo, esses indivíduos receberam de suas famílias valores negativos associados à homossexualidade. Foram educados tendo como norma a heterossexualidade e qualquer comportamento que fugisse a essa regra era visto como *errado*, *pecaminoso*, *ruim*. Isso dificultou tanto a constituição quanto o processo de reconhecimento de sua identidade sexual. Assim como nos estudos de Santos (1997) e Nunan (2003), neste trabalho emergiu o preconceito familiar em relação à orientação afetivo-sexual dos sujeitos, revelando sentimentos de vergonha, culpa e medo em virtude de sua identidade sexual.

Ao analisar como esses sujeitos lidaram com suas famílias no que diz respeito à revelação sobre sua orientação afetivo-sexual, é possível constatar posições diversas e algumas semelhanças. Quatro dos sujeitos têm certeza de que seus familiares sabem de sua homossexualidade: Renato, Freddie, Jean e João Francisco. Os outros quatro acreditam que suas famílias desconheçam sua orientação afetivo-sexual: Elton, Lauro, Agenor e Oscar.

É possível notar que os sujeitos que já se assumiram perante a família adiaram enquanto puderam tal revelação. Freddie foi o único que contou voluntariamente, ainda assim, como não tinha coragem, pediu ao namorado que o fizesse. João Francisco foi pressionado por seu companheiro e a mãe de Jean ficou sabendo por terceiros. No caso de Renato, nunca houve uma revelação oficial, ele acredita que todos sempre souberam que ele é homossexual.

Em sua pesquisa sobre experiências afetivo-sexuais de homens e mulheres homossexuais, Santos (1997) constatou, através dos depoimentos que, “a visibilidade da afiliação amorosa por alguém do mesmo sexo incomoda a maioria

heterossexual e, portanto, há quem olhe e, principalmente, quem não queira olhar ou, ainda, quem olhe e não veja” (p. 167). Nesta pesquisa, pude identificar sentimentos semelhantes por parte dos familiares dos sujeitos entrevistados. Por exemplo, os familiares de Renato e Freddie sabem que eles são homossexuais, mas não comentam nada, fingem não saber ou preferem ignorar:

a minha família aceita até um certo ponto, mas não se comenta, entendeu? Meu avô é advogado, a família é muito tradicional, não podem... então eles nem comentam nada. Sabem, mas não comentam nada (FREDDIE).

Pra minha irmã, importava que eu tivesse feliz. E pra minha mãe... Ela sabia, mas não perguntava nada, se ficasse na... que ela não tava vendo nada, aí ela... era feliz também. O que importava é que eu fosse feliz. (...) E o pai não perguntava, mas quando tinha uma briga entregava né? Aí me chamava de nome, de gay, de viado, de outros nomes mais, né. Mas sempre soube também (RENATO).

O principal motivo dessa atitude talvez seja que, ao admitir que seu filho é gay, os pais tendem a buscar em si mesmos os motivos para isso, culpando-se por essa situação considerada problemática. Preferir desconhecer ou fingir desconhecer significa não precisar confrontar-se com seus dilemas a respeito do assunto. Além disso, ao optar por ignorar a homossexualidade de seus filhos, a família procura se preservar do preconceito social imposto aos homossexuais e que, muitas vezes, se estende para as pessoas com que ele convive. Reconhecer que seu filho é gay é bastante difícil, especialmente na cultura gaúcha, segundo a qual, a masculinidade está associada não só a virilidade, como a características próprias do humano e não exclusivas do masculino, tais como a coragem, a agressividade, a determinação. O senso comum considera ofensivo para o gaúcho duvidar de sua masculinidade e, especialmente, de sua preferência sexual.

Apesar dos familiares preferirem ignorar sua identidade sexual, Freddie revelou sua homossexualidade para os pais. Descreve esse momento como *bem triste* e comenta que as reações foram distintas: enquanto o pai foi compreensivo, a mãe mostrou-se inconformada. De acordo com esse sujeito, sua mãe não acredita que ele seja homossexual. Diz que brigaram muito quando ele contou que era gay e que, cansado de argumentar, resolveu deixar que ela pense o que quiser. Sobre a reação de seu pai, Freddie relata o seguinte:

Meu pai aceitou numa boa. Desde que eu não seja um gay assim muito escandaloso, que eu seja uma pessoa mais discreta. Só isso ele me pede: que eu seja uma pessoa mais discreta perante a sociedade.

Freddie parece não estranhar o pedido do pai, ao contrário, dá a entender que não deve chocar as pessoas com sua identidade sexual. Implicitamente, o pai solicita que ele oculte das outras pessoas sua orientação afetivo-sexual e ele acredita que esse é um preço muito pequeno a pagar pelo amor de seus familiares. A esse respeito, Green (2000) comenta: “Quando uma família descobre que um filho é gay, pais e parentes podem vir a tolerar esse fato, contanto que ele não seja abertamente efeminado e que as pessoas fora da família não saibam” (p. 27).

Renato diz que nunca precisou verbalizar que é gay, pois acredita que sua família sempre soube de sua homossexualidade, só não queriam aceitar. Como a mãe e uma irmã o aceitavam como ele é, não se preocupava com o que pensava o resto da família. Isso, no entanto, não diminuiu o preconceito vivenciado neste ambiente. O fato de já ter se assumido perante a família não facilitou a interação entre eles, uma vez que, em alguns eventos, continuava a ser ignorado ou evitado: *Não me convidavam pra aniversário, não me convidavam pra ir em casa de tio, tia, nada. Se eu fosse, alguns tios conversavam, outros não.*

Ao se assumirem para a família, Jean e João Francisco contaram, em primeiro lugar, para suas mães. Apesar de, atualmente, lidarem bem com a situação e apoiarem os filhos, na época, os sentimentos expressos por elas foram semelhantes: dor, perda, luto.

Mesmo acreditando que a mãe sempre soube de sua identidade sexual, João Francisco tentou protelar ao máximo a decisão de revelar sua homossexualidade, pois sentia que tinha uma responsabilidade com ela, que o havia criado sozinho, com bastante dificuldade. Quando finalmente contou, por pressão do companheiro e por acreditar que precisava escolher entre ser feliz ou satisfazer a mãe, ela lhe disse que nunca vivenciou uma dor tão grande, nem quando perdeu o marido.

Jean tem uma mágoa muito grande pelo fato de a mãe ter sabido por terceiros de sua orientação afetivo-sexual. Acredita que, se ele tivesse contado, teria sido mais fácil. Quando ela lhe perguntou se ele era gay, não negou, mas sentiu-se muito mal: *Não me bateu, nada, eu preferia que ela tivesse me dado uma surra, pelo*

menos ela não ia sofrer como sofre hoje. Ela aceita, mas ela foi criada num ambiente totalmente... os princípios dela são outros. Talvez por ser evangélica, ao ter a confirmação da identidade sexual do filho, a mãe de Jean, além de rezar para que Deus o tornasse heterossexual, queria procurar um médico que pudesse curá-lo. Santos (1997) chama atenção para o fato dessa visão da homossexualidade como patologia, muito comum num passado recente, ainda encontrar lugar atualmente, gerando situações de conflito, desigualdade e constrangimentos. A autora esclarece que:

No que tange à experiência amorosa de *gays* e de *lésbicas*, portanto, o preconceito social e, inclusive, acadêmico/científico ainda insiste em patologizar, segregar e vitimizar aqueles que querem, apenas, ter direito a um amor diferente (p. 197).

Referindo-se à revelação para a família de sua identidade sexual, Lauro e Oscar afirmam: *nunca perguntaram nada e eu também nunca disse.* Nunan (2003) esclarece que “esta postura é conhecida em inglês pela expressão *Don’t ask, don’t tell* (“não pergunte, não conte”) e parece ser mais comum entre indivíduos que ainda têm algum grau de preconceito internalizado” (p. 269). Isso é bem visível na fala de Oscar e na necessidade que sente em identificar-se com a heterossexualidade:

*Porque até então eu sempre fui criado no meio de héteros, né. Na minha infância toda foram héteros, homens e mulheres. (...)
Ninguém na tua família sabe?
Não sei, nunca ninguém me perguntou nada. Nunca porque eu fui sempre bom em tudo, nunca deixei faltar nada, sempre ajudei em tudo e a todos.*

Ao falar que na família ninguém perguntou nada porque ele foi *sempre bom em tudo*, Oscar, de forma consciente ou não, demonstra que ser homossexual é o oposto disso, é não ser bom, é algo ruim. Em outro trecho da entrevista, esse sujeito deixa bem claro que não gosta de relacionar-se com *gays* muito afetados, mas que tem muita facilidade de fazer amigos heterossexuais. Diversas vezes, reitera contatos sexuais com homens que se consideram heterossexuais porque também se relacionam com mulheres e porque nas relações homossexuais exercem o que denominam de papel ativo. Esclarece que procura como parceiro amoroso e sexual um homem com tais características.

Lauro, por sua vez, não parece ter internalizado preconceito em relação a sua identidade sexual, apenas considera que é irrelevante declarar-se homossexual como seria afirmar-se heterossexual, tanto que seus irmãos conhecem sua identidade sexual. Nunan (2003) encontrou postura semelhante em alguns sujeitos de seu estudo: “Para estes sujeitos, visto que a homossexualidade é apenas um dos aspectos de sua identidade, não faz sentido estar expondo-a permanentemente, o que eles chamam de ‘levantar bandeira’” (p. 270).

Por medo da rejeição, Oscar, assim como Elton, faz o possível para ocultar de seus familiares sua orientação afetivo-sexual. Ambos optaram por se manter longe da vida familiar: saíram de casa para vivenciar sua homossexualidade.

Pra isso, agora, eu já me distanciei do povo, né. Eu já me distanciei do... do... do... do pessoal, que é assim... agora eu to morando sozinho, to mais... então eles não sabem mais da minha vida, só pelo lado social. Deus o livre! A mãe enlouquece, acho que morre. (ELTON).

*Mas sempre separei as coisas, sempre separei a minha vida pessoal, a minha vida particular, da minha vida familiar. (...)
Mas eu consegui, me saí bem, mas nunca deixei vaziar isso né, com a família. Daí achei melhor vir para cá. (OSCAR).*

É possível perceber que tanto Elton quanto Oscar se ressentem com essa situação, mas temem a reação da família, se a verdade sobre sua orientação afetivo-sexual for revelada. No ambiente familiar, comportam-se de forma reservada e evitam levar namorados ou amigos gays na casa de seus familiares. Na visão de Nunan (2003), a decisão de manter uma “vida dupla” é um fator de estresse para os homossexuais. Dessa forma, “situações sociais podem se transformar em uma luta e um desafio permanente para aqueles que acham necessário esconder sua sexualidade” (p. 88). Santos (1997) corrobora essa idéia e afirma que ocultar a orientação afetivo-sexual para os familiares e nas relações sociais só serve para provocar e reforçar a vitimização e a auto-anulação dos homossexuais. Para essa autora:

Ao mesmo tempo em que serve como proteção e como estratégia para sobreviver e “transitar” no meio social, o ocultamento da própria orientação afetivo-sexual favorece a opressão, ou seja, um sentimento de não-poder-ser dentro do próprio ser. É como se a nossa sociedade conspirasse continuamente para o afastamento do ser, principalmente quando este é considerado como desviante (p. 170).

As possíveis razões que Elton tem para não revelar aos seus familiares sua identidade sexual mostram-se relacionadas com experiências da infância. Quando criança, testemunhou o preconceito vivenciado na família por dois tios e uma tia homossexuais. Teme que contar à família sobre sua homossexualidade será motivo de escândalo e que a mãe pode não resistir. Admira e enaltece os pais que aceitam e apóiam seus filhos homossexuais. Em sua análise:

A família não discriminando, acho que a sociedade aceita mais. "Ah! A família assume", "a família assume perante a sociedade que têm filhos gays, filhas lésbicas" e é bem mais fácil de tu contornar certas discriminações, certas situações que tu convives no dia-a-dia, com a família perto, porque tu tem o apoio da família. E isso é uma grande... ahn... é uma grande satisfação que eu vejo que pelo rosto, pela expressão da pessoa que ela se sente segura, porque tem a família do lado.

Nunan (2003) corrobora essa percepção e afirma que o apoio social pode minimizar os efeitos negativos do estresse de ocultar sua identidade sexual.

Apesar de sentir-se triste por ter de viver distante de seus familiares, Oscar justifica esse distanciamento afirmando: *Porque eu não quero conviver muito perto, eu não quero que um dia eles parem para olhar assim oh "ah mais tu é diferente!"* Esse receio talvez encontre explicação no fato desse sujeito ter formação evangélica. Essa religião é bastante radical com a homossexualidade, sendo conhecida por diversas iniciativas homofóbicas, tais como a inauguração de centros para "recuperação" de homossexuais e de uma igreja especializada em "curar" a homossexualidade, estimulando o "pecador" a sentir desejo por mulheres (TREVISAN, 2002, p. 20).

Agenor diz que sua família desconhece sua identidade sexual porque nunca declarou *oficialmente* que é homossexual. No entanto, duas de suas irmãs sabem de sua homossexualidade e ele suspeita que a mãe também saiba. Segundo Nunan (2003), assumir-se como homossexual para alguns membros da família ou para amigos íntimos traz efeitos positivos, como o estreitamento dos laços afetivos que unem esses indivíduos já que a revelação é vista como uma prova de confiança e compromisso mútuos.

Apesar de acreditar que a mãe entenderia o fato de ele ser gay, Agenor não tem coragem de falar com ela sobre o assunto. Algumas vezes, a decisão de

assumir-se perante a família é extremamente dolorosa porque os sujeitos temem perder o amor de pessoas com quem conviveram durante toda vida (NUNAN, 2003). Ao não confirmar com sua mãe uma verdade da qual ela já tem conhecimento Agenor parece querer poupar-se e poupá-la de sofrimentos maiores. Outro motivo analisado por Nunan (2003), refere-se a “indivíduos que levaram muito tempo no processo de assumirem seu desejo homossexual internamente têm mais dificuldades em fazê-lo perante seus familiares” (p. 269). Talvez essa possibilidade se aplique a Agenor já que, antes de assumir-se, vivenciou uma trajetória de negação: apesar de sentir-se diferente, procurou negar e fugir de sua identidade homossexual. Tanto que, antes de se assumir, esteve casado com uma mulher.

Segundo Agenor, seu pai é uma pessoa controladora, intransigente e preconceituosa. Quando criança, apanhava do pai sempre que apresentava algum comportamento que colocasse em dúvida sua masculinidade. Lembra de ter sido punido fisicamente quando foi surpreendido vestido de menina numa brincadeira e porque gostava de lidar com o jardim na casa da avó. Para seu pai, cuidar do jardim era atividade de menina. Recorda, também, de ser constantemente corrigido por ter a voz muito fina. Desde a infância, sua família procurou mostrar-lhe que a homossexualidade é algo ruim, que precisa ser evitado. Conta que cresceu escutando que poderia ser gay e que foi castigado por isso: *muitas vezes eu apanhei sem saber por que estava apanhando*. Picazzio (1998) comenta que:

Crianças gays e lésbicas costumam crescer em meio a ataques à sua pessoa antes mesmo de descobrirem ou darem nome à sua orientação sexual. Desde a mais tenra idade, as crianças observam a maneira pela qual a sociedade desaprova e rejeita os homossexuais (p. 137).

Lauro também teve uma relação difícil com o pai na infância e na adolescência. Descreve o pai como uma pessoa repressora, que o comparava constantemente com o irmão e que se culpava quando via Lauro tendo alguma atitude mais afeminada. Para conquistar o respeito do pai, Lauro sentiu que precisava superar o irmão, provar a ele que seu trabalho tinha valor e ser financeiramente bem sucedido.

Segundo o depoimento de Renato e Agenor, seus pais preferem ignorar sua orientação afetivo-sexual, mas, em momentos de conflito agridem-os, acusando-os de gays e usando palavras pejorativas. Para esses pais, a maior ofensa que se pode

impingir a outro homem é denominá-lo viado, puto, gay e seus filhos têm consciência disso, pois foram educados numa sociedade heterossexista.

É possível perceber que, em algum momento da vida dos sujeitos deste estudo, sentiram-se pressionados pela família a apresentar um comportamento heterossexista e a evitar qualquer atitude que pudesse ser associada à homossexualidade. Em nossa sociedade, o menino é constantemente pressionado para que apresente características que, apesar de serem humanas, são culturalmente associadas ao gênero masculino, tais como agressividade, e determinação, além da virilidade. Na perspectiva de Nolasco (1995), “no processo de socialização de um menino, surgem dúvidas que jamais se extinguem acerca do seu comportamento sexual, produzidos pela família e pela escola” (p. 18). De acordo com o referido autor, no que diz respeito à preferência sexual, o menino vive sob constante vigilância para que se saiba quão determinado ele é em relação a sua escolha. Fry (1983) corrobora esta idéia, afirmando que:

Os papéis sexuais neste Brasil popular são rigorosamente separados. Desde a mais tenra infância, meninos e meninas são educados para se portarem como homens e mulheres mais tarde. Os homens deveriam ser fortes, trabalhadores capazes de sustentar sua família, interessados em futebol e outras atividades definidas como masculinas e, sobretudo, não deveriam chorar. Convém também que desde o início da adolescência comecem a ter experiências sexuais (p. 41).

Esse autor complementa, dizendo que em nossa sociedade um menino é chamado de “bicha” não por se supor que ele deseje sexualmente alguém do mesmo sexo, mas porque ele apresenta um comportamento “efeminado” e porque, se tiver uma relação homossexual, desempenhará um papel “femininamente passivo”. Santos (1997) critica essa visão, esclarecendo que algumas pessoas ainda têm uma visão muito estreita acerca da sexualidade e das possibilidades do desejo: geralmente se associa a homossexualidade feminina ao gênero masculino e a homossexualidade masculina ao gênero feminino. Se considerarmos tais questões pode-se supor quão periclitante se torna a construção da identidade de um homossexual sendo educado nesse meio sócio-cultural.

João Francisco relata que, desde os treze anos sabe que é gay porque a mãe e os irmãos o discriminavam. Fala que foi amado pela família até que assumiu que era homossexual. Embora a mãe e os irmãos já aceitem sua orientação afetivo-

sexual, uma irmã ainda o discrimina. Essa irmã procurou um irmão que tem filhos que convivem com João e seu companheiro e questionou se ele não temia que os meninos se tornassem homossexuais em função dessa convivência. Ao falar sobre esse tipo de discriminação, Mott (2003) questiona: “Se a sexualidade dos pais tivesse influência direta na orientação sexual dos filhos, como explicar a presença de filhos homossexuais em famílias cujos pais são heterossexuais?” (p. 79). Picazio (1998) refere que um dos mitos que cerca a homossexualidade é a de que seus filhos possam sofrer a influência de algum gay ou lésbica e que, evitando essa convivência evita-se a homossexualidade. Para o referido autor, isso é um grande engano porque para que a pessoa possa ser seduzida por algo, é preciso que ela goste daquilo em primeiro lugar. É necessário repercussão interna para que o desejo exista e não há forma de se criar isso em ninguém.

A condição financeira foi citada por dois dos entrevistados, mas com abordagens diferentes. Elton aponta a dependência financeira da mãe como um dos fatores que o faz ocultar sua identidade sexual. Teme que ela deixe de lhe ajudar no custeio de algumas despesas, se souber que ele é gay. Com Freddie, a situação mostrou-se diferente. Apesar de ter revelado à família sua orientação afetivo-sexual, não houve retaliação financeira. Ao contrário, seus pais custeiam todas as suas despesas: mora num apartamento confortável no centro da cidade e estuda em escola particular. Talvez, por ter posses e ser bastante conhecida em sua cidade de origem, a família de Freddie prefira manter o filho gay longe dos comentários de uma pequena comunidade do interior. Em sua pesquisa, Nunan (2003) ouviu de seus entrevistados que a independência financeira é um fator importante antes de se revelar a orientação-sexual à família. Assim, se o indivíduo sofrer uma reação negativa por parte dos familiares, terá condições de se sustentar sozinho, sem a necessidade de dar satisfações de sua vida a ninguém.

O interesse pelos familiares de alguns sujeitos sobre relacionamentos também se manifesta de forma distinta. Renato sente-se ofendido porque, mesmo sabendo que ele é gay, a família lhe pergunta por namoradas. Ele diz que simplesmente ignora a pergunta. Lauro relata que, quando a família pergunta se vai casar, responde que fez a opção de permanecer solteiro. Freddie conta que, antes de se assumir como homossexual, seus familiares sempre perguntavam por namoradas o que o deixava bastante constrangido. Depois que se revelou à família, nunca mais lhe perguntaram sobre relacionamentos, como se ele tivesse se tornado

assexuado. De acordo com Green (2000), a família aprende a suprimir as perguntas sobre relacionamento para não ter de ouvir muitos detalhes que possam romper essa trégua silenciosa estabelecida em função da homossexualidade dos sujeitos. Mais uma vez prevalece a estratégia: não pergunto sobre seus relacionamentos e você não precisa me contar nada.

3.2.2 As igrejas e os cultos religiosos

As igrejas e os cultos religiosos foram espaços educativos informais que se mostraram ricos para esta análise. Analiso a influência da religião na construção da identidade desses indivíduos, preocupo-me em saber de que modo a moral religiosa afetou a forma como esses sujeitos vivenciam sua sexualidade e sentem-se a respeito de sua orientação afetivo-sexual.

Ao contrário de Nunan (2003), neste estudo, percebi que homossexuais religiosos internalizam mais atitudes negativas em relação à sua orientação afetivo-sexual do que aqueles que não praticam religião alguma. Constatei também que aqueles sujeitos que tiveram uma formação religiosa muito rigorosa na infância e adolescência vivenciaram um conflito maior para se assumirem, para si e para os outros, como homossexuais. Ao discutir a relação entre preconceito e religião, Myers (2000) reflete que é difícil estabelecer a relação causal entre essas duas variáveis. É admissível que as pessoas com menor escolaridade sejam mais fundamentalistas e mais preconceituosas. Também é possível que o preconceito conduza à religião, levando as pessoas a desenvolverem idéias religiosas para justificarem suas atitudes preconceituosas. Há, ainda, a possibilidade de a religião induzir ao preconceito, ao fazer as pessoas acreditarem que Deus dotou todos os seres humanos com livre arbítrio e que os homossexuais não podem culpar ninguém, a não ser a si próprios, por sua situação. No entanto, a explicação de que a Bíblia condena a homossexualidade não faz muito sentido, já que a Bíblia postula outras condenações para as quais não damos importância.

A maioria dos sujeitos deste estudo teve, em algum momento de suas vidas, contato com a doutrina da Igreja Católica: Renato e Agenor receberam apenas o batismo e Elton, Freddie e Lauro tiveram uma formação mais abrangente. Excetuando Freddie, os outros abandonaram por completo essa religião. Isso

provavelmente ocorreu devido à posição dessa Igreja em relação à homossexualidade. A doutrina da Igreja Católica orienta que não se pode discriminar um sujeito por sentir atração pelo mesmo sexo, o condenável são os atos sexuais. Dessa forma, o desejo tem de ficar no nível platônico e nunca se concretizar.

O Catecismo da Igreja Católica distingue entre **atos** homossexuais e **tendências** homossexuais. Ensina que, na Sagrada Escritura, os **atos** homossexuais são apresentados como pecados graves. A Tradição considerou-os constantemente como intrinsecamente imorais e contrários à lei natural. Conseqüentemente, não podem ser aprovados em caso algum. As **tendências** homossexuais profundamente radicadas, existente em certo número de homens e mulheres, são objetivamente desordenadas e constituem, freqüentemente, uma provação para essas pessoas. As pessoas que têm apenas **tendência** devem ser acolhidas com respeito e delicadeza, evitando-se, em relação a elas, qualquer marca de discriminação injusta. “Essas pessoas são chamadas a realizar na sua vida a vontade de Deus e a unir ao sacrifício da cruz do Senhor as dificuldades que possam encontrar” (REVER, 2006).

Para essa religião, mesmo que exista o sentimento, é necessário reprimir o desejo, já que a relação sexual entre dois homens ou duas mulheres é considerada pecado. De acordo com Silveira (2006), a moral cristã considera ainda a conversão dessas pessoas. Por uma questão ética, ou politicamente correta, não se fala mais em cura da homossexualidade.

Freddie teve uma formação católica e participa, eventualmente, da missa. Sua mãe não aceita sua orientação afetivo-sexual por considerar pecado. Entretanto, acredita que a religião não influenciou a construção de sua identidade sexual. Talvez por isso seja o único que não abandonou a Igreja Católica entre os sujeitos entrevistados.

Antes de abandonar a Igreja Católica, Elton, além do batismo, fez catequese por cinco anos e chegou a iniciar a preparação para a Crisma. Não procurou outra religião, diz estar *abstêmio de Deus*, acredita que Este *virou-lhe as costas*. Ele não fala, mas é possível deduzir que Elton acredita que Deus o abandonou por ser homossexual.

A formação católica de Lauro foi ainda mais abrangente que a de Elton. Fez Primeira Comunhão, Crisma, foi coroinha, participou de grupos de oração e estudou em escolas confessionais durante toda a Educação Básica. Durante a adolescência,

vivenciou um conflito religioso muito grande por ser gay: ouvia que ser homossexual era algo ruim, pecaminoso, do mal. Embora não sentisse que estivesse fazendo algo ruim, sofreu e se penitenciou:

Porque a gente tinha um grupo de oração que eles inculciam uma coisa como se fosse uma coisa ruim, uma coisa pecaminosa, uma coisa do mal.

(...)

Eu via que era uma coisa que me deixava bem, que me deixava feliz. Então eu pensava “como é que pode ser uma coisa ruim? Como é que pode ser uma coisa pecaminosa isto?”. No começo sim porque tinha aquele grupo de oração que “Ah! Tu tá fazendo pecado! Ah! Não sei o quê”. Daí eu comecei a me culpar, sabe?

No colégio tinha um morro lá que nós tínhamos que colher cana, pasto...nem o tratorzinho subia naquele morro. E nós fomos colher feixes de cana e tinha que descer aquele morro enorme. Aí a gente vinha descendo carregando aqueles feixes de cana e eu pensando, me culpando, aquela coisa “Ah! Eu estou como Jesus que carrega sua cruz e não sei o que”, sabe? “Eu tenho que sofrer para pagar os meus pecados”.

Num determinado momento, Lauro questionou quais eram mesmo os seus pecados e concluiu que não precisava se punir, caso não sentia que ser homossexual era um pecado. Observou que havia heterossexuais que apresentavam um comportamento muito mais condenável que o seu - agrediam, brigavam, eram maus com as pessoas - e nem por isso eram considerados pecadores como ele. Parou de se culpar e passou a encarar sua homossexualidade como uma coisa boa, como algo que o fazia feliz. Hoje, diz que segue os preceitos de todas as religiões, pois acredita que uma pessoa *do bem* pode transitar por todas as religiões sem problemas.

Lauro comenta que um dos motivos que fez com que deixasse de se sentir um pecador por ser gay foi a percepção de que muitos daqueles religiosos que condenavam sua homossexualidade também eram homossexuais. Embora seja de conhecimento geral que existem homossexuais no clero, a Igreja Católica nada faz para compreender o desejo desses indivíduos. Em 2005, o Papa Bento XVI publicou um documento denominado “Instrução sobre os Critérios de Discernimento Vocacional Acerca das Pessoas com Tendências Homossexuais e da sua Adesão ao Seminário e às Ordens Sacras”, determinando que a Igreja “não pode admitir ao Seminário e às Ordens sacras aqueles que praticam a homossexualidade,

apresentam tendências homossexuais profundamente radicadas ou apóiam a chamada *cultura gay*” (REVER, 2006). Esse documento abre uma exceção

no caso de se tratar de tendências homossexuais que sejam apenas expressão de um problema transitório como, por exemplo, o de uma adolescência ainda não completa, elas devem ser claramente superadas, pelo menos três anos antes da Ordenação diaconal (REVER, 2006).

A própria política dessa Igreja em relação à sexualidade é bastante retrógrada: admite apenas sexo para procriação (ou seja, relações heterossexuais) e é contra o uso de preservativos, uma das atitudes mais questionadas em tempos de AIDS.

Agenor criticou a Igreja Católica por seu preconceito com os homossexuais, e por sua intransigência em relação à contracepção. Chama a Igreja Católica de hipócrita por ter conhecimento de que existem homossexuais no clero e, ainda assim, condenar veementemente os gays. Ele foi batizado nessa Igreja, mas, com o tempo, migrou para uma religião de Matriz Africana. O mesmo aconteceu com Renato. Situação semelhante foi percebida por Nunan (2003):

Em geral, os sujeitos que optaram pelo candomblé o fizeram em momentos posteriores de suas vidas, visto que ambos foram criados dentro do catolicismo. Entre as razões para a identificação com esta religião foram citados: a inexistência de idéia de pecado ou culpa, a visão de liberdade (cada indivíduo sabe se está fazendo o “bem” ou o “mal”, e o que é bom para si) e a dualidade dos deuses (p. 210).

Autores como Fry (1983), Green (2000) e Nunan (2003) apontam que essas religiões são mais tolerantes com a homossexualidade. Além disso, de acordo com Green (2000) tais práticas religiosas oferecem um relativo espaço social para muitos homossexuais de origem humilde. Fry (1983) corrobora esta idéia ao constatar que, no Nordeste, a grande maioria dos pais e mães-de-santo são homossexuais. Explica que não é raro casos de meninos e meninas que são discriminados em casa por sua orientação afetivo-sexual encontrarem nessas comunidades religiosas um lugar onde são aceitos. Comenta que não é raro que essas pessoas, depois de conseguirem destaque dentro da religião, sejam aceitas pelos seus parentes pelo prestígio religioso que alcançaram. De acordo com o citado autor, “o candomblé,

então, oferece a possibilidade de um jovem rapaz ou menina homossexual transformar seu estigma social em vantagem” (FRY, 1983, p. 54).

Ao contrário de Renato e Agenor que ingressaram nessa religião depois de adultos, João Francisco acredita ser de uma religião de matriz africana por uma questão cultural: herdou essa formação de seus ancestrais. Inclusive, seu companheiro é um líder religioso.

Ao analisar o item religião numa pesquisa que procurou traçar o perfil dos participantes da 9ª Parada do Orgulho GLBT, realizada no Rio de Janeiro, em 2004, constatou-se o caráter excludente das religiões cristãs em relação à homossexualidade. De acordo com os dados, esses sujeitos acabam aderindo cada vez mais às religiões afro-brasileiras ou abandonando qualquer tipo de prática religiosa (CARRARA; RAMOS, 2005).

Jean e Oscar têm em comum a influência da Igreja Evangélica em suas vidas, embora nenhum dos dois tenha sido batizado nessa religião.

Jean crê em Deus, mas não se considera uma pessoa religiosa, diz não ter despertado para esse *mundo religioso*. Sua mãe é evangélica e, quando soube da orientação afetivo-sexual do filho, tentou convertê-lo. Ela acredita que Deus pode modificar a orientação afetivo-sexual de Jean e reza para que ele se transforme num heterossexual.

Com Oscar a situação é um pouco diferente, ele cresceu freqüentando os cultos da Igreja Evangélica. Toda sua família professa essa religião: tem um cunhado que é pastor e os sobrinhos participam do coral da Igreja. A maioria das pessoas com que sua família se relaciona é da comunidade evangélica. Ele conta que, apesar de ter conhecido outras religiões, o Deus que conheceu através da Bíblia e em quem tem fé é o Deus da Igreja Evangélica. Fala que os princípios dessa religião, a doutrina, estão sempre com ele e procura colocá-los em prática. Apesar de não ser evangélico praticante, visita o templo e ouve os hinos sempre que tem oportunidade. Um dos motivos que o fez abandonar a Igreja foi assumir sua homossexualidade. Diz ter se retirado da Igreja sem explicar o porquê, para *não criar polêmica*.

Jean, talvez por não se considerar um evangélico, não vivenciou nenhum dilema envolvendo religião e orientação afetivo-sexual. O mesmo não pode ser dito de Oscar, segundo ele demorou bastante para se assumir, só o fazendo quando não podia mais “conter-se”: *E eu pensava: “Nunca vou assumir, eu não quero ser isso.*

Eu quero ser homem, eu vou casar e...”sabe? Ainda hoje, tem dificuldade de aceitar o chamado “mundo gay”, insiste em relacionar-se amorosamente com heterossexuais, coloca seus amigos heterossexuais num patamar superior aos amigos gays e é bastante preconceituoso com homossexuais afeminados e travestis.

Essa postura de Oscar talvez possa ser explicada através da análise de alguns pressupostos dessa religião. A doutrina da Igreja Evangélica prega que “A homossexualidade não é natural, não faz parte da natureza humana e é doença da alma” (IEVANESCENCE, 2006). Por ser considerada “doença” pressupõe um tratamento, no caso, “tratamento da alma”. De acordo com esses princípios “A cura da alma, seja do gay, seja da lésbica, seja do travesti, passa por Jesus. Ele nos tira da miséria de nossa condição e nos dá uma vida nova” (IEVANESCENCE, 2006). Santolin (2006) esclarece que, mesmo que não seja favorável à prática homossexual, a Igreja Evangélica deve acolher, oferecer compaixão e a palavra de Deus para os homossexuais. Segundo este autor, “As Sagradas Escrituras prometem transformação para todo e qualquer pecador que se arrependa dos seus pecados e creia em Jesus Cristo” (SANTOLIN, 2006). Dessa forma, é possível perceber que a Igreja Evangélica, além de desqualificar as práticas homossexuais, oferece recursos ideológicos que motivam a mudança de conduta.

Não parece ser relevante discutir aqui qual das religiões, se a católica ou a evangélica, é a mais homofóbica. É preciso deixar claro, entretanto, que, dentro de ambas as Igrejas, é possível perceber um movimento que busca superar essa situação. É um movimento lento, na maioria das vezes, silencioso, que ocorre nos setores mais progressistas dessas Igrejas, mas que permite acreditar que há esperança para os homossexuais que desejam professar uma dessas religiões.

3.2.3 O trabalho

Considerando que a maioria dos sujeitos deste estudo relata ter sofrido, num momento ou outro, discriminação associada ao mercado de trabalho, esse é um espaço educativo relevante para entender a constituição das identidades homossexuais.

Três dos sujeitos entrevistados não estavam trabalhando à época das entrevistas: Renato, Jean e Freddie.

Renato é pedagogo formado e sentia dificuldades de encontrar um emprego na sua área: *Eu sei que eles ficam olhando pra ti, sabe? Te olham dos pés a cabeça aí de repente eles vêem que tu é, aí te dão desculpas: “Tal dia, se a gente precisar de alguma coisa, a gente te liga”*. É possível afirmar que Renato seja vítima de dois tipos de discriminação: por ser um professor homem de crianças pequenas e por ser gay. Em nossa sociedade é pouco comum encontrarmos professores ensinando nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Por uma questão de gênero, esse tipo de atividade sempre foi delegado às mulheres, por sua característica “maternal”. Por outro lado, ser homossexual também é motivo de discriminação, pois muitas pessoas temem que a orientação sexual desses indivíduos possa influenciar a sexualidade das crianças ou, até mesmo, que eles possam ser “predadores sexuais”. Sobre isso, Mott (2003) comenta que, na Inglaterra, até pouco tempo, os educadores homossexuais precisavam manter escondida sua identidade sexual para não serem sumariamente demitidos e impedidos de ensinar, tamanha era a intolerância baseada na idéia de que eles poderiam assediar os alunos.

A maior parte das vezes, o que acontece é que a administração das escolas, por mais liberal que se considere, evita a contratação de professores assumidamente gays para trabalharem com o nível inicial de ensino. Já é mais comum, mas não menos dificultoso, encontrarmos educadores e educadoras homossexuais trabalhando com crianças mais velhas e adolescentes.

A despeito desta problemática, Renato recorda que, durante seu estágio de final de curso, numa turma de terceira série do Ensino Fundamental, numa escola da periferia da cidade, não se sentiu discriminado pelos colegas ou pais de alunos. Conta, entusiasmado, que seus alunos o defenderam porque os meninos da outra turma o chamaram de *viado*. Entretanto, é possível questionar se as crianças o defenderam por acreditar que era preconceituoso chamar alguém de *viado* ou porque a masculinidade de seu professor foi abalada, tanto que um aluno justifica sua atitude dizendo: *mas o senhor não é isso que ele disse*. Os próprios meninos da turma discriminavam um coleguinha com modos efeminados, chamando-o de nomes pejorativos.

Em se tratando de mercado de trabalho, as vivências de Agenor corroboram o que foi percebido com a experiência de Renato e dão a impressão de que a escola é um dos espaços mais homofóbicos em nossa sociedade. Ele é instrutor de patinação artística e já perdeu um emprego por conta do preconceito. A diretora de uma escola onde trabalhava recebeu uma ligação anônima dizendo que Agenor era gay e tinha um caso com o pai de um aluno. Sem averiguar a fidedignidade da informação, a diretora demitiu Agenor. Ele se ressentiu muito com essa atitude, critica a postura da diretora, uma religiosa, por acreditar numa acusação anônima. O mesmo não ocorreu em outra escola onde trabalhava na época, também confessional. A diretora dessa escola, ao receber a denúncia, chamou-o e tranqüilizou-o dizendo que não acreditaria numa acusação anônima.

Ao problematizar as vivências de discriminação no mercado de trabalho, Nunan (2003) concluiu que “assumir a homossexualidade no ambiente de trabalho pode gerar conseqüências negativas, tais como a perda do emprego ou dificuldade de ascensão profissional” (p. 228). Para essa autora, manter sua identidade sexual em segredo traz um enorme impacto na vida profissional desses indivíduos, pois constantemente tem de ouvir piadas preconceituosas, não podem apresentar seus companheiros aos colegas de trabalho e precisam evitar, ao máximo, falar de sua vida pessoal. A atitude de Agenor corrobora essas afirmações, pois toma cuidado para que sua identidade sexual não atrapalhe seu trabalho. Esclarece que não mistura vida pessoal com profissional e que não deixa transparecer sua homossexualidade no ambiente de trabalho: *eu mantenho o respeito (ênfatisa bem esta palavra) com os pais dos meus alunos, com os meus alunos. Nunca deixei transparecer nada no meu trabalho, no meu convívio com eles.*

Outros dois sujeitos referem que procuram ser discretos, preservar sua imagem no ambiente de trabalho:

Me expor, andar com grupos de bichas assumidas assim pra baixo e pra cima. Gritando, indo a lugares públicos onde todo mundo vê a gente. Isso eu sempre imaginei que atrapalha bastante a profissão de cabeleireiro porque os colegas cabeleireiros que eu conheci e que fizeram esse tipo de coisa, gente que saía do salão e que ficavam passeando como se estivessem caçando (OSCAR).

Até por eu dar o respeito às outras pessoas, não me desrespeitar, não virar folclore, que as pessoas saíssem na rua e pixassem: “olha lá é o viadão!”, fazendo papel de bichona, não, eu sempre fui... bom você me conhece né Andréa, eu sempre procurei ser discreto, não uma coisa espalhafatosa. Eu acho que isso me fez ficar bem perante a família, porque no começo eu senti que ele (o pai) não gostava muito (LAURO).

Para Oscar, a profissão é algo que o define, que lhe dá status, que faz com que a sociedade o respeite. Ele iniciou muito cedo sua carreira e se sacrificou muito para chegar onde está. Considera seu meio profissional competitivo e gostaria de sair da cidade e procurar outro mercado, menos saturado.

Lauro lidou com o preconceito da família, especialmente do pai, ao abandonar um emprego na área para qual se qualificou na graduação e optar por ser cabeleireiro. Teve de provar que era valorizado em sua profissão e que ela podia mantê-lo financeiramente para obter o respeito paterno.

Interessante notar que, mesmo que Oscar e Lauro sejam cabeleireiros e que essa profissão seja socialmente associada aos homossexuais, eles procuram evitar o estigma de que esse profissional é uma pessoa efeminada. Querem fugir do rótulo, ser considerados como outra pessoa qualquer, que escolheu essa profissão por gostar e não porque todo gay leva jeito para ser cabeleireiro.

A respeito desses estigmas, Renato comenta que, por ser muito preconceituosa, a sociedade questiona a competência dos homossexuais:

então porque tu é gay tu não pode ser um jornalista, ser um médico porque não vão enxergar a tua profissão, ou teu... como é que eu vou dizer... o que tu é profissionalmente. Vão enxergar o teu lado gay. Se tu não fosse gay então tu seria um bom médico... Isso é o que eu percebo.

Vamos supor que fosse um médico, por exemplo né. Aí o médico diz uma coisa e a pessoa questiona: “Ah, mas esse aí é gay, será que está sabendo, será que não tá”. As pessoas não avaliam a pessoa, o profissional, eles tão avaliando a tua imagem. O que no caso é errado porque tem que avaliar quem tu é na realidade, não o que tu... Se tu é homem, mulher, gay...

Para esse sujeito, em nossa cultura o senso comum associa a homossexualidade a profissionais como cabeleireiro, decorador, artista plástico e, nessas profissões, valoriza seus serviços. No entanto, dificilmente o faz em relação a profissionais mais convencionais como médico, engenheiro, advogado.

João Francisco acredita que teria sucesso profissional se não fosse homossexual assumido. Trabalha, sem remuneração, com assessoria em duas organizações não-governamentais: uma que protege os direitos dos afrodescendentes e outra que defende os homossexuais. No movimento dos afrodescendentes, sente-se discriminado por ser homossexual. Segundo ele, embora na sociedade em geral o negro sofra discriminação por sua raça, quando é um homem negro heterossexual considera-se superior em relação a um homem negro homossexual. No movimento gay, sente-se discriminado por ser negro, pois no seu ponto de vista, é muito raro encontrar um negro na liderança de uma ONG que defende os direitos dos homossexuais. Ao mencionar sua atuação nos movimentos organizados, fala que o trabalho de conscientização entre os homossexuais não é fácil. O engajamento no movimento homossexual dá uma visibilidade muito grande a seus participantes e, geralmente, é mais simples viver no anonimato do que assumir sua identidade sexual. Ao se assumir como homossexual, os indivíduos arriscam perder relações humanas valiosas, especialmente com familiares e amigos íntimos. Nunan (2003) considera ainda que:

Se a vitimização silenciosa anterior à revelação tem altos custos psíquicos, assumir-se publicamente como homossexual também abre caminho para uma série de eventos negativos, que podem ir desde reprovação social até preconceito e discriminação (p. 130).

A ONG coordenada por João Francisco desenvolve atividades, principalmente, com homossexuais, travestis e profissionais do sexo da raça negra. As ações envolvem visitas no local de trabalho desses indivíduos, procurando conscientizá-los de seus direitos e de como se prevenir contra AIDS e DSTs. Também trabalham com indivíduos brancos, mas acredita que, por trabalharem com homossexuais, travestis e profissionais do sexo que vivem na periferia, a raça que se destaca é a raça negra. Segundo João Francisco: *trabalhamos com a periferia e a periferia tem cor*. Conforme Parker (2002), os grupos proporcionam um espaço social para os homossexuais que de outra forma estariam completamente marginalizados: sujeitos de classes baixas que vivem cercados de violência e opressão e não têm condições financeiras para frequentar bares ou boates onde possam adquirir uma identidade mais positiva.

João Francisco avalia que o trabalho da ONG tem avanços e retrocessos. Reclama apoio do poder público e lamenta que o governo não se preocupe com as travestis que se prostituem. Quando menciona o Programa “Brasil sem Homofobia” (CONSELHO, 2004), João diz que em sua cidade as ações ainda não saíram do papel.

Embora nunca tenha sido discriminado no trabalho, Elton cita esse como um dos espaços mais discriminatórios existentes, pois, se a pessoa for diferente do padrão estabelecido como normal, o heterossexual, logo gera comentários e desconfianças sobre sua orientação afetivo-sexual. Essa discriminação começa no processo de seleção o que faz com que Elton tema pelo seu futuro, pois pretende sair da cidade e, conseqüentemente, procurar outro emprego.

Elton e João Francisco relatam casos de assédio sexual em seu ambiente de trabalho. O primeiro diz, com certo orgulho, que o chefe não o discrimina, ao contrário, o assedia. O segundo conta que, num dos seus primeiros empregos, numa concessionária de veículos, o chefe o assediou. João Francisco relata, ainda, que, no seu atual trabalho foi assediado por um sacerdote da Igreja Católica. Conta que, educadamente, rejeitou as investidas do padre, disse que é casado, fiel ao seu companheiro e sugeriu que ele lutasse pelos direitos dos religiosos homossexuais. Embora não seja o caso desses sujeitos, Nunan (2003) esclarece que o assédio sexual no ambiente de trabalho não pode ser minimizado, pois com frequência os homossexuais são sujeitos a ameaças, intimidação e violência física.

Concordo com Nunan (2003), quando afirma que a discriminação no mercado de trabalho é ainda mais grave se considerarmos que esses sujeitos precisam de um emprego estável que possa prover seu sustento já que, muitas vezes, não podem contar com o apoio de seus familiares nem de determinadas proteções legais comuns a casais heterossexuais.

3.2.4 O mundo gay

Várias vezes, durante as entrevistas, os sujeitos fizeram alusão ao **mundo gay**, um ambiente onde a cultura homossexual se cria e é difundida. Autores, como Trevisan (2000) e Antunes (2003), referem-se a esses espaços como gueto. Discordo desse termo porque gueto pode denotar significados negativos: aqueles

que são relegados aos guetos são sempre os marginalizados, os excluídos socialmente. Ao ler essa palavra, me vem à mente a idéia de subjugação, humilhação. Lembro-me sempre da Segunda Guerra Mundial e do gueto de Varsóvia, quando os judeus precisavam andar com a Estrela de Davi presa em suas roupas, num lugar visível, para mostrar que não pertenciam à raça ariana. Considero mais apropriada a concepção proposta por Nunan (2003) de que existiria uma subcultura homossexual: um fenômeno construído socialmente para auxiliar os indivíduos a lidarem com a alienação e o preconceito.

Apesar de o termo subcultura sugerir que há uma prática cultural hegemônica, ele também pode ser compreendido como um espaço de resistência à opressão que favorecere mudanças sociais. As subculturas são características de sociedades complexas onde não existe um sistema único de valores para todos. Incluem significados, códigos, linguagem, normas, valores, costumes, pontos de encontro e tradições. Para Nunan (2003), “espaços gays provêm um sentimento de comunidade, território, ordem, controle e poder, podendo ser compreendidos como lugares de resistência cultural com um enorme significado simbólico” (p. 143).

Andrade (1999) esclarece que, como muitas vezes o espaço público é negado à comunidade gay, esses espaços são muito importantes para a construção da identidade social, além de possibilitar o exercício da sexualidade e a convivência entre os pares. Dessa forma, pode-se inferir que esses locais são espaços de aprendizagem e as vivências que nele ocorrem são determinantes para a constituição da identidade homossexual desses indivíduos. A maioria dos sujeitos deste estudo cita a convivência com outros homossexuais como decisiva para o processo de assumir-se:

Ele morava duas quadras da casa dela. Aí eu fui. Aí ele me disse que ele me achou enrustido, que eu não era feliz, que eu tava preso trancado. E começou a conversar comigo. E dali em diante eu me assumi. Comecei a usar cabelo comprido, usar anel, usar brinco. Usava o que eu queria usar e não o que o pai queria que eu usasse e aí foi indo (RENATO).

Daí eu comecei a freqüentar também, mas era um povo do bem, assim. Um pessoal legal, não tinha droga, não tinha nada, como hoje em dia. Na época não tinha, a gente ficava ali conversando, tomava vários sucos, bebida alcoólica não rolava também conosco (JEAN).

Eu também conhecia outros meninos, ia à casa deles, sem nenhum contato físico no início (NEI).

Eu conheci um... eu tinha um colega que também era gay... eu já sabia, já tinha transado e tudo mas eu ainda não me admitia socialmente como gay, eu não tinha nunca... bah! Até se chegassem eu ia ficar brabo, se dissessem “tu é gay”. Eu transava, eu gostava e tudo mas se alguém chegasse e dissesse “tu é gay”, bah! Eu ficava louco! Eu não tinha nenhum referencial, eu não tinha nenhum outro amigo. Aí no internato eu conheci um menino que era gay e assumido, sabe? E daí nós começamos a conversar e tal, ficamos amigos e um dia ele me perguntou “você é gay?” e eu disse “sou!” (LAURO).

E então a Vania foi me explicando muitas coisas do mundo gay porque ela tinha bastante amigos gays (OSCAR).

Se considerarmos que a identidade homossexual é estigmatizada em nossa cultura, pertencer a um grupo que rejeita os valores heterossexuais permite a afirmação de sua individualidade e normalidade perante a sociedade que o condena (ARONSON, 1999). Entretanto é preciso ter presente:

Nesses lugares também se classifica, se define, se impõe identidade e se assusta. Não como uma agressão tão explícita, mas seguindo a mesma lógica: utilizando o desejo e um entendimento do que é ser homossexual, para ao mesmo tempo definir uma identidade e trazer o classificado para o grupo (FERRARI, 2005, p. 33).

Esse talvez seja um dos motivos pelos quais alguns sujeitos deste estudo rejeitem a idéia de conviver com o chamado **mundo gay**: na tentativa de encontrar um denominador comum entre os sujeitos do grupo, ele também acaba segregando. A fala de Lauro a esse respeito é significativa:

Acho que o mundo gay tem que ser o mundo de todo mundo. Se eu vou ficar criando preconceito para mim mesmo, porque que eu não vou permitir que os outros sejam preconceituosos. Se há um preconceito de ambiente gay, se eu não quero ser preconceituoso eu tenho que ter acesso livre a todos os lugares, com todas as pessoas.

Trevisan (2000) acredita que a introdução da idéia de GLS (gays, lésbicas e simpatizantes) permitiu a flexibilização das fronteiras e, na menor das hipóteses, uma expansão do **mundo gay**. Nesse conceito, o principal foi a introdução da idéia de simpatizante, coerente com o convívio pluralista das sociedades democráticas modernas, que tende a unir num mesmo espaço físico ou ideológico pessoas antes

excluídas da normalidade social. Dessa forma, um/a simpatizante pode conviver seguramente num local GLS sem se sentir agredido, desde que também esteja disposto/a a aceitar as diferenças comportamentais presentes, em clima de tolerância mútua. Para esse autor, o conceito de GLS:

Potencializou a ruptura do gueto homossexual, considerando que qualquer pessoa pode freqüentá-lo sem apresentar carteirinha comportamental determinada, o que tende a diluir o gueto, que pode abranger uma boate e um bar GLS, mas também uma loja e até mesmo um festival de cinema (p. 376).

É preciso ter presente que estabelecimentos direcionados ao público homossexual tornaram-se não apenas lugares para encontrar parceiros, mas servem a um tipo específico de socialização num contexto parcialmente livre de discriminação e preconceito (NUNAN, 2003).

Não obstante essas considerações e contrariando o que foi percebido por Nunan (2003) e por Ferrari (2005), alguns sujeitos deste estudo referem que não gostam de conviver com o chamado ***mundo gay***:

Ah eu vejo assim porque o mundo gay é... ele não tem amizade, entendeu? É sempre fofoca, um fala mal do outro, uns querem ser melhor que os outros, sabe? Essa função que tem, eles não são unidos, se eles fossem unidos ia ser bom, mas não é (FREDDIE).

Hoje em dia tu entra num grupo de homossexuais, é difícil, assim, tu achar um grupo que não tenha droga porque as drogas estão junto com eles sempre (JEAN).

Aí eu falei pra Vania, “não sei se é o que eu quero pra mim. Se o mundo gay é isso...” Ela me disse que era muito cedo, que eu recém estava entrando em contato (OSCAR).

Uma das explicações possíveis para esse fato é que a inserção na subcultura gay lhes dá maior visibilidade e esses sujeitos preferem ocultar sua identidade sexual.

No discurso dos sujeitos, também se nota a exclusão imposta às travestis e a homossexuais que se prostituem. Em cidades do Estado, é possível perceber que os espaços ocupados pelos homossexuais mais abastados diferem consideravelmente do ocupado pelos mais pobres. Os mais ricos costumam freqüentar clubes, boates,

bares onde o público GLS é bem recebido, muitos desses locais freqüentados predominantemente por heterossexuais. Aos mais pobres sobram as ruas, as praças da cidade e bares. Jean refere sua preocupação com a atitude interesseira de alguns homossexuais:

Amizade por conveniência. Se o fulano se veste bem, sabe, ele tem dinheiro, bah, ele anda de carro, esse é ótimo, né? Agora se tu já é mais retraído, assim, não tem tantas condições e tal, já se afastam assim, sabe? Te excluem, é automático isto. Talvez seja uma constatação local, aqui na cidade, pelo menos, é assim. E eu não tenho contato com gays de outras cidades.

Na visão desse sujeito, há algum tempo o **mundo gay** deixou de preocupar-se com o afeto, procura apenas o prazer em suas relações. Pode-se dizer, no entanto, que essa não é uma constatação que diz respeito apenas à relações homossexuais. No universo heterossexual também é perceptível uma preocupação muito maior com a satisfação sexual do que com o envolvimento amoroso.

3.3 Percepções sobre homossexualidade

Para a maioria dos entrevistados, homossexualidade é o sentimento amoroso, ou a atração sexual, pelo mesmo sexo e homossexual é uma pessoa que ama ou se sente sexualmente atraída por outra do mesmo sexo.

Assim como para Ferrari (2005), na concepção dos sujeitos deste estudo, a definição de homossexualidade está inteiramente ligada ao desejo, mais precisamente ao objeto de desejo. Para o autor, homossexualidade “é uma construção social, histórica, relacional, heterogênea, coletiva e individual, além de estar em constante construção e negociação” (p. 42). Segundo ele, essas características não permitem pensar a existência da homogeneidade. Fry (1983) também afirma que não há verdade absoluta sobre o que é a homossexualidade e que as idéias e práticas associadas a ela são produzidas historicamente no interior das sociedades.

Jean e Oscar mostraram dificuldades em expressar sua percepção sobre homossexualidade. Oscar, por exemplo, afirmou:

Por que eu sou gay, não sei. O que é ser gay, não sei. Ser gay... Eu só sei o que eu sou, que eu sou humano, que eu tenho sentimento, que eu gosto das pessoas, que eu amo todo mundo que gosta de mim, sabe?

Ao mesmo tempo em que disse, vacilante, que homossexualidade é um modo de pensar, Oscar confessou que, com freqüência, perguntara a seu psicólogo porque é gay. Elton também revelou necessidade semelhante de explicar os fatores que produzem sua homossexualidade. Talvez isso ocorra porque esses dois indivíduos ainda não se assumiram totalmente e uma justificativa, de preferência científica, para o fato de serem homossexuais facilitaria esse processo. Pela minha experiência e pelo que ouvi nas entrevistas, posso supor que a fantasia dos homossexuais que ainda não se revelaram para a família, ou que se revelaram, mas não são aceitos, é que seja descoberto o fator genético da homossexualidade. Assim, poderiam compartilhar a responsabilidade pela sua condição sexual com os familiares. Além disso, aqueles que não se assumem completamente, ou que, embora assumidos, têm uma baixa auto-estima, sentem necessidade de conhecer os fatores relacionados à sua orientação afetivo-sexual.

Na opinião de Lauro, a homossexualidade é algo muito natural. Ele não vê o homossexual como alguém diferente:

Homossexual é um ser humano, uma pessoa... é um homem que gosta de transar com outro homem, que tem a sua preferência sexual pelo sexo masculino, no caso o gay masculino, ou tem a preferência de se envolver sexualmente com o mesmo sexo dele. Eu pra mim é isso, não tem mistério.

Na perspectiva de Nunan (2003), a homossexualidade pode ser definida tanto pelo comportamento sexual do indivíduo, pelos seus sentimentos de atração por pessoas do mesmo sexo e também pela auto-identificação com essa identidade sexual. Segundo essa autora:

Aceita-se para efeitos sociais que homossexual é o indivíduo que se relaciona com membros de seu mesmo sexo biológico. Em alguns estudos, no entanto, também são considerados gays indivíduos que tiveram uma única experiência homossexual durante toda a vida ou que tenham fantasias homossexuais. Por outro lado, muitos homens que se consideram heterossexuais já tiveram uma ou mais experiências homossexuais (p. 157).

Autores como Fry (1983), Green (2000), Trevisan (2000) e Mott (2003) esclarecem que, no Brasil, em termos de sexualidade, existe uma preocupação muito grande com atividade e passividade. A partir disso, muitos homens apesar de terem relações homossexuais, não se consideram gays porque se consideram ativos na relação sexual. Badinter (1993) esclarece que, desta forma, homossexual não é o homem que tem relação sexual com outro homem, mas aquele que é visto como passivo, “enquanto praticada em sua forma ativa, a homossexualidade é vista pelo homem como um meio de afirmar seu poder; sob sua forma “passiva”, ela é, ao contrário, um símbolo de decadência” (p. 118). Nunan (2003) corrobora essa idéia e afirma que, dessa forma, “a homossexualidade seria definida não pela escolha do objeto sexual, mas pela distribuição de poder e dominação na relação sexual” (p. 133).

Agenor acredita que os gays são pessoas mais carentes e, por consequência, mais humanas e mais preocupadas com o social, com a discriminação. Para ele, ser homossexual é ser:

uma pessoa normal, é um ser humano que trabalha, que estuda, que quer adquirir alguma coisa, que quer constituir, porque não, uma família, né, ter um relacionamento pra sempre, duradouro. Pra mim é isso, uma pessoa normal, apenas tem uma opção por uma pessoa do mesmo sexo.

Provavelmente sem se dar conta, Agenor insiste na concepção de normalidade ao afirmar: *claro que na rua eu não levanto bandeira... sou normal. Uma pessoa normal. Mas também não me preocupo.* A fala de Freddie também aponta essa preocupação: *Eu não gosto de me expor, na rua fico sempre bem quieto, na faculdade também bem normal.* Essa necessidade de reforçar a idéia de que a homossexualidade é *normal* relaciona-se com a própria origem do termo homossexual, e marca oposição a idéia de patologia. Esse termo surgiu no século XIX para definir a essência de uma pessoa, numa sociedade em que a normalidade

era estabelecida pela heterossexualidade. A homossexualidade passa a ser encarada também como desvio, como doença. Assim como essa, muitas idéias que há na contemporaneidade sobre sexualidade são devidas à repercussão da ciência no imaginário social (GREENBERG, 1988).

A idéia da homossexualidade como doença aparece pelo menos duas vezes neste estudo. Primeiro na fala de Elton e depois na tentativa da mãe de Jean de procurar um especialista que pudesse curá-lo da homossexualidade:

Eu acho que ainda tá muito, ahn... tem que ser mais divulgado. Porque a maioria da.. da... A sociedade em si, eles... eles acham assim ó, que... que “ah! É uma doença”, “ah! É doente, tem que tratar, “tem que fazer, acontecer”. Acho que não (ELTON).

E ela (a mãe) acredita que Deus poderia me mudar, ela dizia bem assim, e até queria me levar em médicos e tal, né, que tinha que ter algum remédio, sabe? (JEAN).

Apesar de defender que homossexualidade não é doença, Elton refere-se a si mesmo como *uma pessoa avariada*, talvez porque perceba sua orientação sexual como um defeito.

Sobre a idéia da homossexualidade como doença, Ferrari (2005) esclarece que:

Atualmente, muito das representações sobre os homossexuais que dominam o senso comum mantêm viva essa definição de doença, perversão e pecado, fornecendo-lhe sempre uma visão única e homogeneizadora de toda coletividade, demonstrando, consciente ou inconscientemente, o desconhecimento das variações possíveis que existem no interior dessa categoria e que impossibilitam falar de homossexual, ao mesmo tempo em que obrigam a pensar em homossexuais, sempre no plural (p. 52).

Há que considerar, também, que o homossexual não é alguém que existe ou sempre existiu independentemente do meio cultural que o criou. O termo **homossexualidade** não indica uma realidade em si, mas é produto da moralidade da modernidade. O conceito de homossexual, como qualquer outro termo, é histórica e socialmente construído. Nessa perspectiva, **homossexualidade** e **heterossexualidade** tratam de identidades socioculturais que determinam modos de viver, sentir, amar, pensar e não representam uma lei universal da diferença entre os sexos (NUNAN, 2003). De acordo com Ferrari (2005), a concepção de homossexual

como construção social foi inaugurada pelos cientistas sociais numa tentativa de diferenciar papéis e categorizar identidades homossexuais. Dessa forma, a preocupação com a sociedade e suas condutas sociais, afetivas e sexuais “acabou se prolongando para além das explicações cristãs e médicas, atingindo as Ciências Sociais e Humanas, interessadas em desvendar as diferentes formas de relação entre os homens e a sociedade” (p. 50).

Renato avalia que há pontos positivos e negativos em ser homossexual. Positivo é poder estar com a pessoa que se ama e ser feliz. Negativo é precisar enfrentar o preconceito da sociedade, principalmente da família e dos parentes.

Ao definir homossexualidade, João Francisco lembra que há diferentes classificações: os homossexuais, as travestis, os transgêneros. Exemplifica dizendo que as pessoas dizem que ele é um homossexual *masculino*, que passa despercebido porque não se maquia, não depila as sobrancelhas, não usa esmalte nas mãos.

A idéia de que homossexual não é homem aparece na fala dos sujeitos ou das pessoas a eles relacionadas. Ao ser perguntado sobre o seu sexo, Elton fica na dúvida por acreditar que o fato de se identificar com atividades culturalmente associadas ao feminino o desqualifiquem como homem:

Andréa – *Teu sexo é masculino e tu estás muito satisfeito com ele?*
Elton – *Tô. Não é o que eu queria, né, mas... É que eu tenho uma alma feminina num corpo masculino. Mas eu sinto que as minhas... sei lá... as minhas atitudes... minhas coisas, o pensamento, sabe? Às vezes, têm coisas, assim, que eu faço “bah! Isso aqui é coisa de mulher!”, “to fazendo uma coisa...”, sabe? Coisas corriqueiras, limpar a casa, passar roupa, coisas... sabe? Coisas que... Comida. Claro que isso aí é uma coisa da minha cabeça.*

Na fala de Oscar essa representação também está presente:

Porque eu, eu joguei bola, né? Eu fiz todas coisas de homem. (...)E eu pensava: “Nunca vou assumir, eu não quero ser isso. Eu quero ser homem, eu vou casar e...” sabe?

Em nossa sociedade, ser homem é não ser homossexual. Nesse sentido, homem de verdade é aquele que prefere uma mulher: “Como se possuir uma mulher reforçasse o espectro da identidade: *ter* uma mulher para não ser uma mulher” (BADINTER, 1993, p. 99). Dessa forma, a heterossexualidade parece ser um dos

traços mais determinantes da identidade masculina, a ponto de ser considerado algo natural.

Uma professora de João Francisco também demonstra não considerar homossexual como homem ao referir-se a *indefinidos*. Como se a pessoa que tivesse uma orientação afetivo-sexual diferente da heterossexual fosse de um sexo intermediário. Em nossa cultura, o menino é socializado em torno de um perfil de “homem de verdade” e, se fugir dos padrões estabelecidos a seu gênero, passa a ser considerado um “indefinido”. De acordo com Nolasco (1997), para o homem o sentimento de identidade está diretamente relacionado ao de identidade sexual:

Assim, para todo **homem de verdade** existem muitos outros que não o são. O macho e a bicha, o bem sucedido e o fracassado, o forte e o fraco, o público e o doméstico são polaridades que servem para demarcar uma noção de masculinidade problemática (p. 24).

Embora o senso comum associe ser homem ou ser mulher à heterossexualidade, o conhecimento científico já esclareceu as complexas relações entre orientação afetivo-sexual e gênero (BLEICHMAR, 1988). Não é a heterossexualidade que define os seres humanos como homens ou mulheres. Vasconcelos (1999) também argumenta que, apesar de muitas pessoas acreditarem que um homossexual não é um homem, os indivíduos não mudam de sexo ao praticar a homossexualidade: “O fato de alguns homossexuais masculinos ‘parecerem’ mulheres ou algumas homossexuais femininas ‘parecerem’ homens significa apenas o que o verbo indica: **parecem**, sem que isso encerre nenhuma relevância” (p. 224).

A associação feita entre homossexualidade e vulgaridade, ou homossexualidade e promiscuidade é outro estereótipo muito comum no imaginário social. Sobre isto, Elton refere:

tem gente que olha e me diz “Nossa! Eu nunca convivi com pessoas assim e te garanto que meu pai, minha mulher soubesse que eu tô convivendo com... Nossa! Me mata, porque não sabe como tu é, não... não... não sabe como... ahn... como é que é dentro de casa, não é vulgar”.(...) porque eles... eles... a maioria, assim ó, acho que a sociedade, porque “ah! Ele é gay, é vulgar”. A primeira coisa que vem ao pensamento deles, na minha opinião, é a vulgaridade. “Ser gay é vulgar”. Então, já de cara é escandaloso, é vulgar, é... é... diz um palavreado de baixo calão, coisas assim e, aí, então eles meio que se isolam (ELTON).

Embora Nunan (2003) tenha encontrado em seu estudo sujeitos que acreditam que os homossexuais têm uma vida sexual mais ativa e que o mundo gay favorece a troca constante entre parceiros, nenhum deles referiu-se a esse fenômeno como vulgar ou promíscuo. Para a autora, a atividade sexual exacerbada é uma característica da sexualidade masculina, independente da orientação afetivo-sexual do indivíduo. Entre seus entrevistados, Nunan (2003) também encontrou aqueles que defendem que a crença de que o homossexual é promíscuo não passa de puro preconceito. Segundo a autora:

Entre aqueles que acham que não existe diferença entre a atividade sexual de homo e heterossexuais, a maioria disse que a liberalidade sexual na contemporaneidade é muito grande (independentemente da orientação sexual), citando o caso de adolescentes heterossexuais que têm vários parceiros. A promiscuidade seria, assim, uma característica individual, desvinculada da homossexualidade (p. 248).

Na perspectiva de Antunes (2003, p. 78), essa visão preconceituosa de que o homossexual, por definição, é um indivíduo promíscuo sempre existiu, mas ganhou força com o surgimento da AIDS, que, num primeiro momento, ficou conhecida como “peste gay”. Essa visão distorcida começou a mudar quando o número de mulheres heterossexuais vitimadas pela doença aumentou e se descobriu que a síndrome não tinha ligação alguma com orientação sexual, mas com hábitos de risco. Picazio (1998) concorda com essa autora e esclarece que a quantidade de excitação e a frequência das relações sexuais independem da orientação afetivo-sexual do indivíduo. Conforme esse autor, “promíscuas são as pessoas que transam muito e indiscriminadamente, podendo tanto ser hétero como homossexuais” (p. 116).

De forma análoga ao estudo de Nunan (2003), nesta pesquisa a mídia também é apontada como uma das responsáveis por difundir a idéia de promiscuidade entre os homossexuais. Parece ser consenso entre os entrevistados que, apesar de dar maior visibilidade à temática da homossexualidade, a mídia ainda trata os homossexuais com preconceito, mostrando-os como figuras caricatas:

E na televisão... bom dificilmente aparece na TV um gay que não é afeminado, uma caricatura daquilo que somos. E quando aparece acontece o que aconteceu com o Junior na novela América: vetaram o beijo. E por que colocam os gays nos programas de TV, como no “Zorra Total”? Porque gay dá IBOPE, mas sempre há uma exploração da imagem (JEAN).

A mídia eu acho assim horrível! Extremamente preconceituosa! Ficam incentivando o preconceito, criando personagens caricatos, qualquer homossexual para eles é uma bichona, não tem ninguém que possa ser sério (LAURO).

Tem mais aceitação, mas ainda existe, por exemplo assim, num programa o gay sempre é motivo de chacota. Eu acho que ali acaba ridicularizando e nem todos os gays são assim! (AGENOR).

Muitos meios de comunicação, especialmente a televisão, fazem do homossexual motivo de chacota, mostrando-o como uma caricatura da realidade: são sempre afetados, afeminados e exercem profissões como cabeleireiro, estilista ou decorador. Autores como Trevisan (2000), Green (2000), Nunan (2003) e Mott (2003) concordam que, embora a situação tenha melhorado a partir da década de 90, os meios de comunicação social veiculam poucas imagens de homossexuais bem-sucedidos, levando uma vida familiar ou num relacionamento estável. Conforme Nunan (2003), o fato de os homossexuais terem mais espaço na mídia hoje não significa que as imagens apresentadas não estejam carregadas de estereótipos negativos.

Da mesma forma que Jean, Lauro e Elton também mencionaram o fato ocorrido com o personagem Júnior da telenovela “América”. Durante toda a trama, foi mostrado o conflito desse rapaz para se assumir como homossexual. No final da novela, ele se assume, revela-se e encontra um namorado. Dias antes da veiculação do último capítulo, comentava-se que o final do personagem culminaria com um beijo entre ele e seu namorado. Isso não aconteceu porque a emissora vetou o beijo com medo da reação da sociedade. Lauro analisa que, apesar desse personagem ser um pouco mais sério, ainda havia a visão distorcida de que homossexuais tem aptidão para atividades culturalmente associadas ao feminino: Júnior não queria ser vaqueiro, queria ser estilista. Sobre isso, Agenor ressalta que nem todos os homossexuais são como os meios de comunicação mostram: há homossexuais que exercem todo tipo de profissão e que não se comportam como os personagens estereotipados da televisão.

A respeito do aumento de audiência quando a temática da homossexualidade é abordada, Trevisan (2000) elucida:

A presença de um caso homossexual já se tornou uma instituição dentro das telenovelas. Trata-se de um tempero picante usado nos momentos apropriados, garantindo o crescimento da audiência, de maneira calculada, dentro de uma lógica simples: “o assunto ainda gera polêmica, que gera lobo, que aumenta o faturamento”. Vários autores já vieram a público confirmar que a temática homossexual “mais ajuda na audiência do que causa polêmica” (p. 306).

No entanto, é preciso levar em conta que, para muitas pessoas, a mídia é uma importante fonte de informação. Dessa forma, imagens estereotipadas dos homossexuais podem ser prejudiciais por difundirem a idéia de que essas pessoas não vivenciam alegrias, problemas do dia-a-dia ou emoções humanas. Além disso, a falta de modelos positivos nos quais possam se espelhar podem gerar nesses indivíduos sentimentos de profunda inferioridade e alienação, limitando seus projetos de vida (ARONSON, 1999). Pode-se supor que uma representação estereotipada pode afetar seriamente a imagem que o homossexual tem de si mesmo.

Na percepção de Elton, a mídia deveria abordar de forma mais positiva a temática da homossexualidade, pois ainda há pessoas que pensam que se trata de uma doença que pode ser curada. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, em 1997, sobre o comportamento sexual dos brasileiros, corrobora essa preocupação de Elton. Nessa pesquisa de opinião, constatou-se que 10% da população acredita que homossexualidade é doença. É preciso que os meios de comunicação problematizem mais a questão do preconceito enfrentado pelos homossexuais em todos os espaços que convivem, além de esclarecer que o mais importante não é saber a causa dessa orientação sexual, mas encontrar formas de incluir esses sujeitos na sociedade.

Embora acredite que a forma como a homossexualidade é tratada pela mídia evoluiu, Agenor concorda que ainda é necessário um trabalho maior de conscientização. Argumenta que a idéia de que as pessoas estão aceitando mais os homossexuais é equivocada, defende que *o gay está a mercê de uma mídia, de uma moda, de um modismo*. Oscar concorda com ele e afirma que algumas pessoas são superficiais:

*Algumas vezes me passa a idéia de que algumas pessoas da sociedade andam com os homossexuais como se fossem bichinhos de estimação. É alguém para exibir. Por que as festas **chics** hoje fazem questão de ter um cabeleireiro? Um estilista, um cabeleireiro, um decorador, sei lá. Qualquer evento que envolva socialites pode contar que têm gays. É só olhar as novelas. No entanto essa*

convivência ainda está muito no rótulo, não estão preocupados com essas pessoas, se elas tem dificuldades ou não.

A onda de liberalidade sexual que nossa sociedade está vivendo talvez seja uma explicação plausível para esse modismo: uma forma de demonstrar que se tem a mente aberta é aceitar e conviver com homossexuais. Outra causa pode ser a postura politicamente correta adotada na maioria dos grupos em nome da diversidade sexual. A maioria das vezes não existe a preocupação em engajar-se na luta pelos direitos dos homossexuais, enfrentando o preconceito. Oscar, Jean, Agenor, Elton e Freddie, percebem isto e se sentem usados pelas pessoas. Muitas vezes, essa aceitação não passa de um relacionamento superficial com aqueles gays que estão mais expostos, ou, como diz Oscar, que fazem mais sucesso. Segundo ele:

vê se um gay que não é conhecido, ou um gay que fica na Presidente se prostituindo, que vive toda noite patinando pelas ruas... eles não querem nem saber, cruzam por cima. Cruzam por cima! Isso eu acho errado!

Freddie pensa que a mídia expõe apenas o *lado ruim* dos gays:

Tu vê assim oh, toda vez que se está falando sobre gay o pessoal focaliza a parte ruim, o lado ruim, não o lado bom. O lado ruim: aquele travesti, aqueles que vão pra Presidente, sabe? Que roubam, matam e odeiam. Vão para esse lado, não vão pro lado daqueles que estudam, trabalham (FREDDIE).

Tal sujeito acredita ser negativo mostrar aqueles homossexuais que fazem shows, performances. Diz que isso serve para chacota, que só dissemina o preconceito. Parece-me que, novamente, Freddie quer colocar a homossexualidade dentro de um padrão de normalidade ao mesmo tempo em que discrimina as travestis que, freqüentemente, tornam-se profissionais do sexo. É evidente que, muitas vezes, a mídia discrimina os homossexuais e explora sua imagem, através de caricaturas, no entanto a fala de Freddie é bastante carregada de preconceito em relação aos travestis. Isso talvez ocorra porque, em algumas cidades existem áreas de prostituição de travestis em locais importantes e várias pessoas tendem a acreditar que todos os homossexuais se comportem dessa forma. Os homossexuais desse estudo sentem-se ofendidos com tal analogia. Outro motivo para essa atitude

de Freddie talvez seja a visibilidade dos travestis. Enquanto ele luta para *não se expor*, para *ser um homossexual discreto*, as travestis ostentam orgulhosamente sua orientação sexual. Essa luta por esconder seu estigma, muitas vezes, faz com que se sintam culpados por ocultar sua identidade sexual (NUNAN, 2003).

Renato entende que o espaço conquistado pelos homossexuais na mídia, seja em novelas ou em programas de televisão, favoreceu muito o processo dos homossexuais mais jovens se reconhecerem e se assumirem enquanto tal. Argumenta que hoje tudo é diferente de quando se assumiu, pois, na época, não era concebível dois homossexuais namorarem em uma novela, um gay vencer um *reality* show ou ter seu próprio programa de televisão. Refere-se especificamente a Jean Willis, professor que venceu o **Big Brother** e a Leão Lobo que tem seu próprio programa de variedades.

É necessário considerar que, embora a mídia ainda privilegie a imagem caricaturizada do homossexual, mostrando-o como excessivamente efeminado e como motivo de comédia, já há iniciativas que procuram mostrar os gays da forma como vivem e enfrentam o preconceito no dia-a-dia. A visibilidade aos homossexuais, portanto, não deve ser menosprezada, principalmente se considerarmos a ampla difusão que os meios de comunicação, especialmente a televisão, têm em nossa sociedade.

Louro (2003) chama atenção para o papel da escola nesse contexto, ressaltando que os efeitos produzidos pela mídia não podem mais ser ignorados. É necessário que os educadores considerem a vida cotidiana dos alunos porque eles a trazem para dentro das salas de aula, produzindo significados sobre família, sexualidade, gênero, raça, justiça, consumo, entre tantos outros, que interagem com os indivíduos. “Esses significados normatizam e fixam as diversas instâncias da vida social, produzindo sujeitos e suas identidades” (p. 91).

Corroborando o que Santos (1997), Moriconi (2002), Mott (2003) e Nunan (2003) analisam, os sujeitos deste estudo mencionam que o Brasil ainda é um país preconceituoso em relação à homossexualidade:

acho que nós vivemos numa sociedade muito conservadora, principalmente aqui no sul (ELTON).

Eu acho que tem muito preconceito ainda (RENATO).

que existe o preconceito existe. Hoje em dia não é como antigamente, mas sempre vai existir. Eu acredito que as pessoas têm as cabeças muito pequenas pra aceitar uma coisa assim. Pelo menos para esta cidade. (JEAN).

Eu acho que ainda tem um grande bloqueio, um grande preconceito em relação aos homossexuais (AGENOR).

Mas eu acho assim, em relação à pergunta que tu fez, eu acho que tem muito preconceito e muita exploração aos homossexuais. Na mídia, no comércio, em tudo (OSCAR).

Apesar das importantes conquistas e da crescente visibilidade dos homossexuais em nosso país, o Brasil destaca-se no cenário mundial como um dos campeões da violência contra homossexuais (MOTT, 2003). Para esse autor, “a antipatia e a discriminação contra os homoeróticos vão do desprezo e recusa em estabelecer qualquer tipo de interação social, do insulto verbal e discriminação, à agressão física e aos assassinatos” (p. 85). De acordo com dados do Grupo Gay da Bahia, organização não-governamental por ele presidida, a cada três dias um homossexual é assassinado no Brasil.

Em seu estudo sobre experiências afetivo-sexuais de homens e mulheres homossexuais, Santos (1997) concluiu que a sociedade discrimina e segrega essas pessoas, analisando-as com base em credices e inverdades. Dessa forma, esses sujeitos são apartados do convívio social, sendo, muitas vezes, limitados a conviver principalmente com seus pares.

Alguns heterossexuais simpatizam com a causa homossexual e desejam que não haja preconceito, mas acabam por jogar parte da culpa na própria vítima. Nunan (2003) assinala que isso é conhecido como “reputação bem merecida”:

Desta forma, pode-se raciocinar que “se os homossexuais são vítimas de preconceito deve ser por alguma razão” ou “se os gays não querem ter problemas, por que não ficam calados, deixam de freqüentar lugares onde não são bem recebidos, etc.?” Na verdade, este tipo de pensamento é uma demanda para que os homossexuais adotem padrões de comportamento altamente restritivos, se comparados com o resto da população (p. 89).

Uma pesquisa sobre idéias e opiniões com referência à homossexualidade, encomendada pela Revista Época ao Instituto Mori Brasil, em 1998, constatou que as pessoas idosas são as que apresentam maior preconceito com os homossexuais.

Isso quem sabe se explique porque essas pessoas tenham passado a maior parte de suas vidas numa sociedade onde a homossexualidade não era aceita e tinha pouca visibilidade. Depois das pessoas idosas, vinham os indivíduos com nível de escolaridade baixo, provavelmente porque a desinformação favorece o preconceito. Em terceiro lugar apareciam os residentes na zona rural que, talvez por conviverem menos com homossexuais nutriam preconceito com eles. Em terceiro lugar, talvez porque o contato com homossexuais reduz o preconceito, apareciam os residentes da zona rural que tendem a viver de forma mais isolada (VELLOSO, 1999).

Na opinião de Jean, embora não se manifeste tanto quanto antigamente, o preconceito vai sempre existir porque as pessoas são muito limitadas para entender a homossexualidade. Agenor concorda com ele e defende que só não são preconceituosas as pessoas que têm um vínculo muito próximo com os homossexuais. Sobre isso, Nunan (2003) alega que o contato interpessoal positivo entre heterossexuais e homossexuais tende a reduzir o preconceito, principalmente quando este ocorrer entre familiares ou amigos próximos e se houver uma conversa franca sobre sexualidade. Contanto que o sujeito aceite a si mesmo, lide bem com sua identidade sexual, agindo natural e espontaneamente, essa aceitação terá um efeito imediato sobre as outras pessoas, que ficarão mais à vontade com ele em situações sociais. Para a autora, o uso de estereótipos é comum quando convivemos de forma limitada com um determinado grupo social, dessa forma “a familiaridade que advém de um contato prolongado com diversos membros do grupo reduz ou elimina estereótipos, permitindo que características individuais sejam reconhecidas, além de prover um real entendimento do que significa ser gay” (p. 97). Essa aproximação pode aumentar a probabilidade de sujeitos heterossexuais se tornarem defensores da igualdade de direitos para os homossexuais.

A despeito dessas considerações, Elton reitera a idéia de que, para muitas pessoas, a homossexualidade é algo de outro mundo e que por isso consideram inconcebível ter um homossexual na família. Pondera que a sociedade é muito conservadora, especialmente na região sul do Brasil. Para ele, ainda há muita discriminação e, como existem muitos gays não assumidos, a sociedade discrimina os assumidos, marginaliza-os, inventa doenças e difama sua imagem. Além disso, acredita que, na opinião de algumas pessoas, conviver com um homossexual desperta dúvidas sobre sua orientação sexual. Para ele, a pessoa machista, que discrimina muito os homossexuais, tem algo a “aflorar” dentro de si. A idéia de que

os heterossexuais mais preconceituosos são aqueles que não tem sua sexualidade bem resolvida também é defendida por Badinter (1993) e por Trevisan (2000).

Na visão de Oscar, a única forma do homossexual ser respeitado em nossa sociedade é ter uma profissão que o vincule diretamente à classe social dominante. Comenta que a sociedade ignora aqueles homossexuais que se prostituem, que vivem na marginalidade.

Moriconi (2002) defende que não se pode mais considerar a homossexualidade como algo imoral ou patológico. Precisamos ter claro que:

O imoral hoje é toda e qualquer tentativa de excluir, vilipendiar, agredir ou isolar indivíduos cujo destino de vida fez com que se dedicassem a esse tipo de busca de prazer, ou num plano ainda mais poderoso em termos de perspectiva paradigmática, indivíduos que resolveram oficializar todo seu estilo de vida perante a família e a sociedade como um estilo *guei* ou lésbico (p. 104).

A posição desse autor parece estar sintonizada com a atitude politicamente correta tão difundida em nossos dias. No entanto, essa postura talvez tenha atingido mais a linguagem, do que propriamente a atitude das pessoas. Embora a linguagem seja relevante, porque também constitui realidades, é insuficiente para transformá-las.

Com exceção de Lauro, todos os sujeitos da pesquisa acham que hoje em dia é mais fácil se assumir como homossexual. Argumentam que existe mais liberdade e menos repressão, que é comum ver casais de jovens homossexuais nas ruas e que a família desses jovens tem uma mentalidade diferente. É consenso entre os entrevistados que, por se assumirem mais cedo, os jovens homossexuais lidam melhor com o preconceito.

A importância do homossexual para o mercado de consumo é enfatizada por Agenor. Na opinião desse sujeito, o gay é um excelente consumidor porque, além de ter bom gosto, costuma consumir coisas mais caras. Trevisan (2000), Nunan (2003) e Antunes (2003) analisam que, a partir da década de 1990, os indivíduos que se identificam como homossexuais, por terem comportamentos de consumo similares e homogêneos, tornaram-se um segmento específico do mercado. O fato de a maioria dos homossexuais não ter família para sustentar potencializa a capacidade de consumo dos homossexuais à medida que suas despesas fixas mensais são menores (ANTUNES, 2003). Segundo Nunan (2003), o aumento da demanda por

parte desses consumidores fez surgir concorrência, tornando a oferta de produtos e serviços mais diversificada. Em poucos anos, o número de estabelecimentos voltados ao público gay dobrou e o Brasil conta com mais de duzentas empresas voltadas a atender o consumidor homossexual: bares, boates, restaurantes, academias de ginástica, agências de viagem, estações de rádio, lojas, entre outras. Essa autora acredita que “o mercado gay que se desenvolveu nos últimos anos uniu sexualidade e economia de uma forma nunca antes vista, transformando a identidade homossexual em complicadas transações comerciais” (NUNAN, 2003, p. 153).

Ao abordar a questão dos direitos dos homossexuais, João Francisco avalia que o Governo Federal avançou bastante nas políticas públicas de defesa aos gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais e reclama a falta de um movimento mais organizado na cidade.

É interessante notar que, apesar de todos os sujeitos demonstrarem ter consciência de que o homossexual é discriminado no Brasil e que esse preconceito é injusto, apenas João Francisco comprometeu-se com a luta por melhores condições para o grupo. Um dos motivos para que isso ocorra talvez seja a falta de uma consciência grupal positiva que, segundo Crokers et.al. (1998), desenvolve-se quando membros de grupos estigmatizados são capazes de romper com os estereótipos negativos, reconhecendo que certas desvantagens não são derivadas da experiência pessoal, mas se aplicam a outras pessoas. A percepção de que o status minoritário do grupo é injusto e derivado do preconceito favorece o desenvolvimento de uma consciência grupal positiva. No caso desse estudo, parece-me que, além da dificuldade dos entrevistados em desenvolver empatia com seus pares, há a preocupação de manter a aparência de heterossexual para sofrer menos com a discriminação.

3.4 Experiências de discriminação e resistência

Desde a infância, os sujeitos deste estudo receberam mensagens explícitas e implícitas reprovando a homossexualidade. Essa experiência fez com que a auto-aceitação desses indivíduos como homossexuais fosse conflitiva já que, muitas vezes, de forma consciente ou não, eles se sentiam condenados a ser tudo o que

ouviram falar de negativo sobre os homossexuais. O testemunho de alguns sujeitos ilustra bem essa situação:

Muitas vezes, no internato, eu tive crises de choro porque eu não estava aceitando e pensava “porque que eu sou assim?”; “porque que eu nasci assim?”; “porque que eu sinto isso?”; foi bem complicado (LAURO).

Então, no final de semana, quando estava com os gurus em saraus e coisas assim e esse menino passava por nós os gurus começavam: “Olha o viado! (e não sei o quê) Vamos quebrar esse viado a pau!” Sabe? Diziam assim, falavam horrores do guri! E aquilo me incomodava porque eu pensava que, se um dia eu me assumisse, iam me matar (OSCAR).

Na opinião de Antunes (2003) o indivíduo homossexual enfrenta vários obstáculos até assumir publicamente sua orientação afetivo-sexual. A primeira delas é individual: é difícil admitir para si mesmo que, contrariando todos os valores que recebeu desde criança, sente atração pelo mesmo sexo. Outra dificuldade é transformar essa emoção em ação. A sexualidade dos homossexuais se desenvolve no silêncio: enquanto os adolescentes heterossexuais podem dividir com seus pares a experiência do primeiro beijo e da primeira relação sexual, os homossexuais costumam reprimir essa satisfação como algo vergonhoso.

A constatação de ser diferente do social e moralmente estabelecido como correto, a heterossexualidade, fez com que alguns sujeitos se sentissem errados, confusos em relação à sua sexualidade. Em alguns casos, o indivíduo, num processo de negação de sua identidade sexual, tentava adequar-se ao padrão socialmente estabelecido, investindo numa relação heterossexual, apesar de sentir desejo homossexual:

Eu tive relacionamentos heterossexuais, namorei meninas. Mas me sentia incomodado de estar assim junto com as meninas porque sexualmente eu tinha atração pelo mesmo sexo (JOÃO FRANCISCO).

Tem uma que eu quase fiquei noivo. Meus pais se apaixonaram pela guria, vivia enfiada na minha casa. Mas aquilo me incomodava porque não era o que eu queria (OSCAR).

O indivíduo que oculta sua identidade sexual pode sofrer um alto grau de ansiedade por viver uma situação que pode entrar em colapso a qualquer momento. Dessa forma, para evitar tal desgaste emocional, muitos optam por assumir sua verdadeira orientação sexual, revelando-se aos demais (NUNAN, 2003). Entre os homossexuais, esse processo é conhecido como **sair do armário**, termo que tem origem na expressão americana **coming out of the closet**. Sobre isto, Weeks (1999) comenta que:

Não são muitas as pessoas que podemos ouvir afirmando “eu sou heterossexual”, porque esse é o grande pressuposto. Mas dizer “eu sou gay” ou “eu sou lésbica” significa fazer uma declaração sobre pertencimento, significa assumir uma posição específica em relação aos códigos sociais dominantes (p. 70).

Assim como aponta Nunan (2003), a maioria dos indivíduos deste estudo reconhece o desejo homossexual desde a infância o que, para alguns, tornou mais fácil assumir sua homossexualidade internamente. Mencionam que perceberam isso por sentirem-se diferentes, gostar de meninos e não se encaixar no perfil socialmente determinado a seu gênero:

Eu sempre soube que eu era... sempre soube, desde pequeno, desde os cinco, seis anos, porque eu gostava de meninos (RENATO).

Mas eu, desde criança já via homens com outros olhos. Eu não conseguia ver como uma coisa normal, assim, eu sentia atração (ELTON).

Olha eu acredito assim, que eu me lembre, desde os meus seis anos. Eu sabia que eu sentia alguma coisa, alguma atração, alguma coisa por homem. Claro que aquela coisa assim de criança, a criança é assim mais inocente (AGENOR).

Já quando criança eu sempre percebia com a função, eu já tinha sempre assim: de criança eu brincava de casinha, brincava de boneca eu...(LAURO).

Jean conta que, a despeito de viver num ambiente bastante preconceituoso, sempre soube que era homossexual. Lembra que seus amigos de infância perceberam que ele era gay e, entre uma brincadeira e outra, sempre era repreendido, mas nunca excluído. Não achou difícil o processo de se reconhecer como homossexual.

João Francisco relata que tentou negar enquanto pode, para si e para a sociedade, que era homossexual. Lutou por aproximadamente dez anos para esconder sua homossexualidade porque sabia que esse era um processo muito difícil. Acreditava que viveria melhor sendo heterossexual. Não se sentia errado por ser gay, só procurava apresentar um outro comportamento para contentar a família e a sociedade. A preocupação com a mãe sempre foi determinante para que adiasse o momento de assumir sua homossexualidade. Em relação a isso, Nunan (2003) pontua que: “A angústia que surge quando o sujeito se descobre homossexual não vem, necessariamente, da descoberta em si, mas da consciência que sofrerá rejeição” (p. 127).

O temor de romper com vínculos afetivos, especialmente com familiares, parece interferir na decisão de assumir-se tanto para si mesmo quanto para os outros. Aliás, os dois processos parecem ocorrer de forma mais ou menos concomitante, pois, ao admitir para si mesmo que é homossexual a tendência é que o sujeito também se revele para outra pessoa, buscando alguém que o compreenda e o aceite como é. Geralmente procuram uma pessoa que também seja homossexual para garantir, assim, uma audiência apropriada. Renato, Oscar e Lauro tiveram o apoio de outros homossexuais para que se assumissem e se aceitassem como são. Essas pessoas mostraram a eles que seus sentimentos não eram errados, que negar sua identidade só os faria infelizes.

O fator determinante para que Freddie, Agenor, Jean e João Francisco se assumissem foi uma paixão. Eles referem que, ao se apaixonarem por uma pessoa do mesmo sexo, deixaram de lutar contra sua natureza.

Oscar relutou muito até se reconhecer como homossexual. Não queria se assumir, mas, num determinado momento, não pôde mais resistir: *Era uma coisa que era maior que eu, mais forte do que eu. Estava me fazendo mal, eu estava dividido.* Talvez em função de sua formação religiosa, achava errado ser gay. Quando foi apresentado a outros homossexuais pela amiga que o ajudou a “sair do armário”, achou-os afetados demais. Disse para a amiga que não queria andar com ninguém rebolando, *largando pena: Imagina, as amigadas que eu tinha, fui criado no meio dos héteros, né. Ainda por cima evangélico.*

Elton não menciona qual foi o fator desencadeador que o fez assumir sua orientação afetivo-sexual. Conta que foi um processo muito natural, que conversava com as pessoas, aproximava-se delas, ficava amigo e acabava revelando sua

identidade sexual. Tanto ele, quanto Oscar procuram esconder sua homossexualidade da família o que parece ser martirizante para os dois. Algumas vezes, o indivíduo estigmatizado oculta e manipula informações sobre sua verdadeira identidade, recebendo e aceitando um tratamento baseado em falsas suposições a seu respeito. Nunan (2003) denomina esse processo de encobrimento. No ponto de vista dessa autora, após reconhecer-se como homossexual e procurando evitar a rejeição do grupo social em que está inserido, o indivíduo inicia o que ela chama de aprendizagem do encobrimento. Esclarece que:

Em determinado momento o indivíduo pode vir a sentir que o encobrimento não é mais necessário, pois ele se aceita e se respeita, não havendo, portanto a necessidade de esconder o estigma. Depois de um trabalhoso aprendizado de encobrimento, o homossexual pode finalmente começar a desaprendê-lo, ao passo em que decide revelar-se voluntariamente a outras pessoas (p. 127).

Talvez esse encobrimento justifique a necessidade de os sujeitos deste estudo procurarem não expor sua orientação afetivo-sexual. Expressões como *eu procuro não me expor; nunca fui aquele tipo assim de plumas e paetês, muito fresco; eu procuro não dar bandeira; eu mantenho minha postura; eu me dou o respeito*, surgiram durante as entrevistas demonstrando que esses indivíduos procuram, ao máximo, ocultar sua identidade sexual. Na opinião de Moriconi (2002) isso é compreensível, pois “se ele pode fingir que não é, por que enfrentar o desgaste de se assumir no dia-a-dia?” (p. 104). Para ele, não é fácil lutar para ser respeitado e é perfeitamente admissível que a maioria dos homossexuais prefira manter-se incógnito, até em consideração ao grau de exposição que o assumir-se traz para a família.

Segundo Nunan (2003), os homossexuais militantes tendem a criticar duramente a postura dos gays que preferem encobrir sua identidade sexual por acreditar que a visibilidade é uma das formas de lutar contra o preconceito. No entanto, não foi o que percebi neste estudo, pois João Francisco, o único dos sujeitos vinculado ao movimento homossexual, compreende a posição daqueles que preferem se esconder: *é mais fácil viver escondido do que assumir. Pra que tu vai estar se humilhando, sofrendo, se expondo... compreendo porque as pessoas preferem não se assumir.*

Assim como percebeu Green (2000), notei que, para poder vivenciar sua identidade sexual, os homossexuais procuram se distanciar de sua rede social, especialmente da família. Dos sujeitos deste estudo, apenas Jean continuou vivendo com a mãe após revelar sua orientação afetivo-sexual. Renato, Agenor, Lauro e Oscar só se assumiram depois que saíram de suas cidades de origem. Freddie e João Francisco saíram da casa dos pais após “saírem do armário”. Embora a família de Elton não tenha conhecimento, ele se reconheceu como homossexual quando morava com a mãe. Hoje, vivendo na mesma cidade, mas em seu próprio apartamento, diz ter uma liberdade maior para expressar sua identidade sexual.

Embora o processo de “sair do armário” seja, em alguns casos, bastante conflitivo e doloroso, tanto para o homossexual como para as pessoas que com ele convivem, é possível constatar que, ao fazê-lo, os indivíduos sentem-se melhor consigo mesmos:

Se eu tivesse que retornar de novo, eu gostaria de vir como eu sou: um homossexual. Eu me considero uma pessoa extremamente feliz, extrovertida, adoro a vida. Então se eu tiver que voltar, se eu tivesse que viver tudo de novo eu viveria, sem problema nenhum (AGENOR).

E dali em diante eu me assumi. Comecei a usar cabelo comprido, usar anel, usar brinco. Usava o que eu queria usar e não o que o pai queria que eu usasse e aí foi indo (RENATO).

Não, não foi difícil (referindo-se a assumir-se). Foi mais difícil contar pra minha família porque eu vivia sob pressão, medo. Minha vó e meu vô perguntavam pelas namoradas e coisa e eu não sabia o que dizer, entendeu? Agora não, agora nem perguntam. ... e eu me considero uma pessoa bem assumida (FREDDIE).

“Sair do armário” parece ser um dos processos de aprendizagem social mais importante na vida de um homossexual, incluindo episódios de desenvolvimento como aceitação de sua própria sexualidade e revelação para os outros (NUNAN, 2003). Para essa autora, um evento marcante desse processo é o questionamento das crenças e normas sociais, à medida que o preconceito sexual internalizado é exposto e considerado um problema. É possível compreender o “sair do armário” como a desaprendizagem de crenças antigas e autodestrutivas impostas pela sociedade.

Assim como nas pesquisas de Santos (1997) e Nunan (2003), os sujeitos desse estudo referem que, em algum momento de suas vidas, sofreram discriminação por serem homossexuais: foram ofendidos na rua, agredidos na escola, rejeitados pela família e pelos amigos. Conforme Nunan (2003), como nossa sociedade define o gênero pelo comportamento sexual e a masculinidade em oposição à feminilidade, o preconceito contra homossexuais cumpre o papel psicológico de deixar claro quem é homossexual e quem é heterossexual.

Grande parte dos sujeitos deste estudo já foram agredidos na rua com piadas e palavras ofensivas. Geralmente eles não reagem, ignorando essas agressões. Carrara e Ramos (2005) constataram que os xingamentos, humilhações verbais ou ameaças são as violências que mais atingem a comunidade homossexual. Segundo esses autores:

Aparentemente, as sanções sociais e legais para ofensas de natureza sexual não têm sido suficientemente fortes para impedirem a homofobia que se generaliza através da palavra. A cultura “politicamente correta”, que se aprofundou na última década em relação às ofensas raciais, ainda tem um longo caminho a percorrer quando se trata de respeitar e valorizar as diferenças sexuais (p. 87).

Renato afirma que só reage a esta violência quando o grupo é pequeno. Avalia que hoje é bem mais tranquilo do que dez anos atrás e constata que os agressores são de uma classe menos favorecida. A pesquisa da Revista Época, realizada em 1998, aponta as pessoas menos esclarecidas como um dos segmentos que mais rejeitam os homossexuais porque a falta de informação favorece o preconceito (VELLOSO, 1999).

Falando sobre suas experiências de discriminação, Elton conta que alguns vizinhos com quem convive confessam que o discriminavam por falta de conhecimento, por imaginarem que ele os assediaria sexualmente. Depois de um tempo de convivência, concluem que ele é uma pessoa *normal como as outras*. Outros admitem que seus familiares não compreenderiam a amizade entre eles e um homossexual.

A maioria dos entrevistados procura evitar ser caracterizado como vulgar, talvez porque, no imaginário popular, é assim que o homossexual é visto e, conseqüentemente, um dos motivos pelos quais é discriminado.

João Francisco conclui que, depois que se assumiu como homossexual, sentiu-se mais discriminado do que antes. Afirma ser discriminado no movimento de afrodescendentes por ser gay e no movimento homossexual por ser negro e pobre. As pessoas do movimento negro o discriminam porque, apesar do preconceito enfrentado por sua raça, muitas se consideram superiores por serem heterossexuais. Uma pesquisa realizada em 1998, pelo Instituto Data Folha, sobre a sexualidade dos brasileiros, aponta o conservadorismo da população negra. Segundo esse estudo, a maioria dos afrodescendentes acredita que homossexualidade é doença e se opõe mais do que outras raças à união civil estável de pessoas do mesmo sexo e à adoção de crianças por homossexuais.

No movimento homossexual, João sente-se discriminado porque, em seu ponto de vista, ser branco e homossexual é diferente de ser negro e homossexual: *a sociedade é branca. Um homossexual branco se sente superior em função de sua raça.* Em função de agressões verbais e físicas, ele e o companheiro tiveram de se retirar de duas ocupações existentes na cidade. As pessoas não toleraram o fato de eles serem homossexuais. Sobre isso, Santos (1997) comenta:

A segregação e discriminação de gays e de lésbicas, tanto no espaço público como no privado, revela o quanto a afiliação amorosa por pessoas do mesmo sexo agride nossa cultura homofóbica e heterossexista. O preconceito e suas decorrentes dores ocorrem a partir de crenças construídas e mantidas social, cultural, política e historicamente ao longo da trajetória da humanidade de que o amor heterossexual é a forma mais natural, óbvia, aceita, lícita e possível de vivenciar a experiência amorosa (p. 169).

No caso de João Francisco, o fato de ele ser militante do movimento homossexual pode ser um fator a mais de discriminação, pois o grau de exposição é maior em função de sua atividade pública.

Essas experiências de discriminação tendem a ocorrer desde a infância dos indivíduos, como relata Agenor: sentia-se discriminado por seu pai, por seus colegas de escola, por alguns primos.

Lauro refere que, muitas vezes, sente-se discriminado nos lugares em que vai, percebe que as pessoas o olham diferente. No entanto, aprendeu a lidar com muita naturalidade com o preconceito: *Hoje é muito tranqüilo. Hoje pra mim, sabe, se*

alguém chamar “oh viado” eu “Ah, contaram só pra ele, né”; uma ocasião me chamaram de bicha e eu retruquei “bicha e rica”.

Freddie acredita não ter vivenciado nenhuma experiência marcante de discriminação por ser uma pessoa bem calma, que não se expõe e não faz escândalos. Dá a entender que só o homossexual mais afetado sofre com o preconceito. Podemos inferir que, para ele, o gay só vivencia alguma experiência marcante de discriminação se não mantém um comportamento adequado que, no seu ponto de vista, é um comportamento o mais próximo possível do heterossexual. Pode-se perceber, também, que este sujeito encara o preconceito como sendo culpa do homossexual (que *não se dá o respeito*) e não das pessoas que o tratam com desprezo por ter uma orientação afetivo-sexual diferente do padrão estabelecido socialmente. Essa é uma atitude semelhante a das mulheres vitimizadas que, muitas vezes, sentem-se culpadas por terem sido agredidas.

Talvez por procurar encobrir sua identidade sexual e também por acreditar que sua atividade profissional lhe dá destaque social, Oscar não se sente discriminado. No entanto, testemunha que o preconceito sempre foi algo que o incomodou.

Assim como Nunan (2003), entendo que o preconceito é um fator altamente relevante para a constituição da identidade homossexual, pois influencia a auto-estima do indivíduo. Alguns entrevistados relatam sentimentos semelhantes em relação ao preconceito: sentem-se muito mal, humilhados, menosprezados. A fala de Agenor ilustra um pouco isso: *Porque tem gente que te trata assim como se tu fosses um lixo. E tu não és lixo, tu és um ser humano, uma pessoa que está vivendo, tem a tua vida, tem tua liberdade de expressão.*

Todos os sujeitos deste estudo admitem que há preconceito entre os homossexuais, especialmente contra aqueles mais efeminados e os travestis. Um exemplo disso é a forma que Jean utilizou para acalmar a mãe no dia que revelou sua homossexualidade: *Mãe não vai mudar nada, eu não vou virar um travesti.* Pode-se perceber não só nessa fala, como na de outros sujeitos, que o travesti e aquele homossexual que expõe mais sua identidade sexual são vistos como uma figura negativa. Algumas causas podem ser apontadas para esse preconceito: a exposição desses sujeitos incomoda profundamente homossexuais que ainda não se assumiram completamente e a possibilidade de perder o status do gênero masculino com a possível identificação dos homossexuais com as mulheres. Além

disso, segundo Nunan (2003) “uma forma de ganhar a autonomia perdida é comparar-se com grupos ainda mais inferiorizados socialmente, no caso, os homossexuais efeminados” (p. 237).

A ostentação da homossexualidade pelo gay efeminado ameaça o homossexual que ainda não saiu completamente do armário, ao mesmo tempo que faz com que ele se sinta culpado por não ter coragem de assumir-se, negando, assim, sua própria sexualidade. A necessidade de afirmar-se como um homossexual masculino, de deixar claro que *passa despercebido*, que se parece com um heterossexual nem sempre tem a ver com a necessidade de esconder sua orientação afetivo-sexual, mas sim de afirmar sua virilidade, sua masculinidade, evitando ser comparado com o gênero feminino. Muitos homossexuais desprezam os mais efeminados e os travestis simplesmente porque rejeitam a comparação de que o gay é um homem que não deu certo e, portanto, aproxima-se do gênero feminino. Essa analogia do homossexual com o gênero feminino parece ser bastante comum no imaginário popular. Além disso, é preciso que consideremos que o preconceito e a discriminação que vigoram na sociedade brasileira também estão presentes nas relações homossexuais, mesmo porque essas relações não podem ser entendidas como de fora da sociedade, mas como partes integrantes dela, contaminadas pela hierarquia dominante (MACRAE, 1990). Um exemplo claro disso é a atitude de Elton ao falar com desprezo dos homossexuais que considera inferiores: por se prostituírem, pelo jeito de se vestir, por não terem completado o Ensino Fundamental. Diferencia o homossexual pobre, aquele que adora escândalos, do rico, que tem mais cultura, que sabe se comportar socialmente. Ou seja, reproduz dentro do gueto, um preconceito de classe que existe em nossa sociedade, independente da orientação sexual das pessoas.

Ao falar sobre a questão das travestis que se prostituem na cidade, Agenor diz que existem as que são *barras pesada*, existem aquelas que estão ali só para curtir, assim como há aquelas que se prostituem por não encontrar um lugar na sociedade e só encontrar essa forma para sobreviver. Esses indivíduos que se prostituem em uma das principais ruas da cidade parecem afrontar os homossexuais. Talvez porque, além da exposição excessiva, muitas pessoas ao saberem da homossexualidade do indivíduo, logo comparam o homossexual com a travesti, o que para o gay é considerado uma ofensa. Pode-se dizer que a recíproca é verdadeira: as travestis também não gostam de conviver com os homossexuais,

que se mostram mais másculos, conforme explica João Francisco: quando iniciaram o trabalho de conscientização com as travestis, ele e seu companheiro foram discriminados, até mesmo agredidos fisicamente, por não se travestirem e não modificarem seus corpos. O acesso a esse segmento foi muito difícil. Para ele, as lésbicas também são um grupo à parte, que, pelo menos na cidade onde mora, não se envolvem em questões políticas. Comenta que até as festas ocorrem em ambientes separados. Analisa que o fato de serem homens parece lhes conferir superioridade mesmo que sejam gays, pois, no movimento gay, os cargos diretivos são sempre ocupados por eles.

Oscar parece ser outro exemplo de como um homossexual pode ser preconceituoso em relação aos seus pares. Sua fala é carregada de preconceito: *eu nunca vou andar na companhia de travestis e bichas muito assumidas porque eu não ando. Não tenho nada contra eles, mas eles lá e eu aqui; Procuo me dar com pessoas... né... mais ou menos à minha altura.* Diz não ter nada contra travestis, mas critica a forma de vida de alguns: *Mas ele tem que procurar fazer por merecer dentro de uma profissão. Não é se prostituindo numa esquina, todas as noites, gritando, mexendo com todo mundo que passa que ele vai encontrar o espaço na sociedade.* Não consegue problematizar, entender o que levou esses sujeitos a uma vida de prostituição. Não percebe que seu preconceito não se restringe apenas a homossexuais muito efeminados e a travestis, mas a todos homossexuais, pois não mistura amigos heterossexuais com amigos homossexuais. Sem se dar conta, refere-se aos heterossexuais como seus amigos, o que não acontece com os gays com quem convive: *Hoje eu não quero mais meus amigos, vou sair com o Renato, vou sair com o Paulinho; quando eu canso, não quero mais a vida de gay, eu vou para o meio dos meus amigos (héteros). Então é assim que eu levo.* Também deixa bem claro que só admite relacionamentos com homens que se considerem heterossexuais. Provavelmente a formação religiosa rigorosa e a necessidade de ocultar sua identidade sexual o levam a agir desse modo, mas acredito que também há aí um processo muito grande de negação de sua identidade sexual. Além disso:

A sociedade parece aceitar mais aqueles que não mostram a diferença, que se comportam como um igual, ou seja, que aceitam a “diferença” e a rejeição que os outros lhes imputaram, que assumem o comportamento que os outros lhes exigem, escondendo sua preferência sexual, vivem na clandestinidade (FERRARI, 2000, p. 115).

Ao falar sobre o “mundo gay”, Lauro diz não gostar do gueto, daquela situação estereotipada. Argumenta que, se quer evitar o preconceito, precisa ter livre acesso a todos os lugares, com todas as pessoas, não se isolar num gueto. Explica que o chamado “mundo gay” só existe em função do preconceito porque um grupo de pessoas, com uma característica em comum, por sentir a discriminação na pele, se reúnem e as diferenças desaparecem: *Eu acho que o gueto é isso, se criou um ambiente porque lá tu não vai ser discriminado*. No entanto, concorda que, dentro do próprio gueto, as pessoas ficam se rotulando, procurando diferenciarem-se umas das outras e, conseqüentemente, discriminando-se. Refletindo sobre os movimentos de defesa dos homossexuais, Golin (2002) faz uma crítica semelhante, alertando: “Ao afirmar que somos diferentes, esses militantes não percebem, ou não querem ver, que assinam um manifesto de auto-exclusão, com o que a extrema direita compactua, ou seja: se são diferentes, devem ter tratamentos diferentes” (p. 160).

O encobrimento parece ser a maneira mais utilizada pelos sujeitos deste estudo para resistirem à discriminação. Esse ocultamento envolve, basicamente, ignorar a agressão, evitar o confronto, não se expor e comportar-se como um heterossexual. No entanto, podem-se destacar outras formas de resistência: engajar-se na luta coletiva, destacar-se profissional e socialmente, afastar-se das redes sociais onde é discriminado.

É possível perceber que, com exceção de Lauro, os sujeitos deste estudo têm interesse em manter um relacionamento estável com outra pessoa: João Francisco já está há dez anos com o companheiro; Freddie está investindo num romance com um antigo namorado; Jean, Agenor e Renato procuram alguém com quem possam ter um relacionamento sério.

Oscar e Elton preferem se relacionar com homens que se identifiquem como heterossexuais. Elton acredita que o fato desses homens se relacionarem sexualmente com ele faz com que eles saiam do armário. Ele se orgulha muito de ter “tirado do armário” alguns homens. Entretanto, quando problematizei com ele como esses sujeitos se consideravam, se homo, hétero ou bissexuais, ele me disse que continuavam se considerando heterossexuais mesmo depois de ter relações sexuais com outro homem. Durante nossa conversa, ele se dá conta de que esses sujeitos só procuram uma aventura sexual diferente. Muitos deles têm compromissos com mulheres e sequer se consideram bissexuais. Mais uma vez aparece aqui a idéia de

que, se a pessoa é ativa na relação, então ela não é homossexual, profundamente difundida em nossa cultura. Oscar teve um relacionamento que quase o levou ao suicídio. Esse homem, heterossexual, nunca lhe prometeu amor; nunca houve relação sexual entre eles, mas Oscar se iludia acreditando que isso era algo secundário. Quando percebeu que não havia relacionamento algum, desesperou-se, fez ameaças ao rapaz. Esse lhe disse que nunca lhe dera esperanças. Hoje tem consciência de que não viveu uma história de amor, mas de obsessão. No entanto, reconhece que não consegue se relacionar com homossexuais, que procura um relacionamento heterossexual.

Lauro optou por ficar solteiro, não quer nenhum compromisso sério. Frustrou-se num relacionamento que gerou um filho. Conta que a experiência de ter esse filho foi o máximo que aconteceu em sua vida. A mãe do menino trabalhava com ele e, eventualmente, ficavam juntos. Havia dúvidas sobre a paternidade do menino, embora tudo indicasse que o pai era Lauro. Ele assumiu o menino como seu filho, conviveu com ele até os cinco anos, custeando suas despesas. Tem uma mágoa muito grande com essa situação, pois, quando o outro possível pai faleceu, a mãe passou a dizer para o garoto que seu pai era aquele, um militar, pois acreditava que era mais saudável ele pensar que o pai tinha morrido do que saber que o pai era gay. Lauro se afastou do menino porque a mãe o levou embora para outro estado. Com doze anos, o garoto pediu para visitá-lo, deu-lhe uma foto e foi muito receptivo. Teme pelo que podem ter dito ao menino, sobre o que ele vai pensar dele e espera que um dia possam conversar sobre o assunto.

A convivência dos companheiros com os familiares dos sujeitos parece depender da disposição em conquistar esse espaço. Por exemplo, depois de muito tempo e muita luta, a família de João Francisco passou a aceitar seu relacionamento e hoje ambos convivem bem com os familiares um do outro. No caso de Freddie, no entanto, foi diferente. Quando se relacionava com um antigo namorado, preferia freqüentar a casa da família dele e não levá-lo na casa de seus familiares. Justifica essa atitude dizendo que sua família é bastante preconceituosa e que não quer machucar ninguém. Geralmente, ao levar namorados em casa, estes são apresentados como amigos. Apesar de todos saberem que não se trata apenas de amizade, ninguém faz perguntas.

Os sujeitos da pesquisa têm expectativas que se assemelham em relação ao futuro. Essas dizem respeito a estudo, trabalho, a encontrar um companheiro e a

melhorar suas condições financeiras. Lauro e Oscar preocupam-se com uma velhice segura e confortável: ambos têm consciência da possibilidade de envelhecerem sozinhos e não querem depender de seus familiares. Já Agenor fala em construir um relacionamento sólido com alguém e criar filhos com essa pessoa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa problematizei a relação entre a constituição das identidades homossexuais de homens adultos e suas vivências em espaços educativos formais, não formais e informais. Como ponto de partida para desenvolver o estudo, cujo método é uma análise compreensiva de base fenomenológica, formulei questões que focalizaram percepções e sentimentos desses homens adultos em relação a si próprios e aos outros, tendo em vista suas vivências nesses espaços educativos e, especialmente suas experiências de discriminação e resistência. A compreensão deste processo emerge na trama dos temas apresentados no capítulo anterior. Para sumariar esta compreensão que culminará com a explicitação da tese deste trabalho procurarei destacar os pontos que, neste momento, entendo como sendo os mais significativos.

O ambiente escolar mostrou-se um dos locais onde os sujeitos são discriminados, em virtude de sua orientação afetivo-sexual, pelos colegas e também por alguns professores. São agredidos pelos seus pares, por meio de termos pejorativos, apelidos e piadas. Pelos professores, de forma menos explícita, quando levantam dúvidas sobre a identidade sexual dos sujeitos que parecem não se ajustar ao padrão social e culturalmente estabelecido: a heterossexualidade. Alguns educadores que não discriminam, pouco fazem para impedir que a pessoa homossexual seja agredida no espaço escolar. A omissão dos educadores pode resultar da suposição de que há falta de competência para lidar com a situação; agredir dessa forma não passa de brincadeira e, portanto, os alunos devem resolver o conflito entre si; é competência da família lidar com a educação sexual dos filhos; podem auxiliar os alunos a superar a homossexualidade por meio de conversas ou de um atendimento especializado. Apesar de a escola poder trabalhar para reverter a discriminação, este estudo revela que predomina a indiferença ou o reforço a essa situação mediante ações preconceituosas.

As vivências discriminatórias na escola começam desde cedo, provavelmente no Ensino Fundamental. Como forma socialmente apreendida de controlar e excluir o que se apresenta como diferente, as crianças, mesmo antes de entenderem do que se trata, utilizam expressões como viado, puto, bicha, gay, para insultar umas às outras, conferindo à homossexualidade uma conotação negativa e depreciativa.

Minha experiência como educadora infantil mostrou que essas vivências antecedem o Ensino Fundamental, já na Educação Infantil as crianças usam tais termos quando querem agredir um colega, o que pode fazer com que o sujeito que começa a perceber-se como homossexual experimente sentimentos de inadequação, sofrimento e dificuldades de lidar com seus sentimentos e desejos.

Para resistir à discriminação sofrida na escola, os homens deste estudo, usaram diversas estratégias: o isolamento, o destaque acadêmico e, principalmente, o encobrimento. Alguns procuraram isolar-se, evitando momentos de convivência e de confronto com a turma (recreio, entrada e saída). Outros descobriram que mostrando bom desempenho escolar conquistavam o respeito dos colegas e eram considerados importantes para auxiliar nas atividades de aprendizagem. A estratégia mais utilizada, contudo, era o encobrimento que consistia em não deixar que as pessoas percebessem que eram homossexuais o que implicava, também, ocultar seus desejos e não compartilhar seus sentimentos com os outros. Após o auto-reconhecimento como homossexuais, que aconteceu geralmente na adolescência ou pré-adolescência, alguns sujeitos sentiram-se mais fortes para enfrentar o preconceito dos colegas e deixaram de sofrer calados, reagindo de forma mais ostensiva às ofensas e aos xingamentos. Com maior ou menor intensidade e duração, uma trajetória de sofrimento foi vivenciada por estes homens até o momento do auto-reconhecimento, o que deixou marcas na constituição de suas identidades.

A estratégia do encobrimento também foi adotada pelos sujeitos deste estudo que serviram ao exército, razão pela qual a maioria considerou a experiência tranqüila e benéfica.

Assim como na escola, no ambiente familiar esses sujeitos defrontaram-se, desde cedo, com valores negativos associados à homossexualidade. A família parece configurar-se como o espaço educativo no qual vivenciam o preconceito de modo mais intenso e, de forma mais duradoura, já que, ao contrário das relações escolares, as relações familiares tendem a se manter durante toda a vida.

Em nossa sociedade e cultura, a expectativa dos familiares de meninos é que sua masculinidade seja atestada e confirmada desde o nascimento. Para tanto, eles são socializados e vigiados, tendo-se como pressuposto a representação hegemônica de que ser homem é ser heterossexual, agressivo, forte, não chorar, não se emocionar e/ou não demonstrar sentimentos. Quando um homem sente-se

diferente do padrão masculino e atraído afetiva e sexualmente por outro homem, passa a vivenciar sentimentos de inadequação, o que faz com que busque estratégias diversificadas para conviver com aqueles que consideram que ser homossexual é inaceitável.

Um dos maiores temores desses sujeitos parece ser o de romper com os vínculos afetivos familiares. Aqueles homens que se assumiram perante a família, só o fizeram após relutarem muito. No entanto, embora esse momento seja percebido como um dos momentos mais angustiantes e sofridos de sua vida, esses sujeitos sentem-se aliviados por não precisarem mais fingir ser o que não são. Aqueles que continuam ocultando sua identidade sexual de sua família vivenciam um conflito constante, pois têm de transitar entre a vida real e a vida que a família imagina. O estresse e o medo de serem descobertos parecem ser muito intensos. Outros ainda utilizam a estratégia de “não me pergunte nada e eu não falo nada”, acreditando que, mesmo que seus familiares tenha conhecimento de sua homossexualidade não fazem perguntas e eles também não se manifestam. Aparentemente vivem uma situação intermediária entre os que revelaram e os que ocultam sua orientação afetivo-sexual. Entretanto, entendo que sua posição é similar aos que adotam a estratégia do encobrimento: também mantém sua vida pessoal distante da familiar, o que parece acarretar custos emocionais significativos. Independentemente de ter revelado ou de manter oculta sua identidade sexual perante a família, os sujeitos deste estudo vivenciaram e vivenciam discriminação no ambiente familiar. Ela envolve ações que incluem desde a agressão verbal até a exclusão do convívio com a família mais extensa.

No que tange ao espaço das religiões, à exceção das religiões de matriz africana, grande parte das igrejas condena a homossexualidade, considerando o homossexual uma pessoa pecadora, cuja alma está doente e pode, através de resignação, penitência e oração, converter-se à heterossexualidade. Alguns sujeitos deste estudo que tiveram uma rigorosa formação religiosa corroboram a suposição de que homens homossexuais que cresceram em ambientes nos quais a religião tem presença marcante tendem a internalizar, mais intensamente, valores negativos em relação à sua orientação afetivo-sexual.

O mercado de trabalho também se caracteriza como um espaço que discrimina e exclui os homossexuais. Segundo os sujeitos desse estudo, é difícil um empregador contratar alguém assumidamente homossexual. Em nossa sociedade, o senso comum associa a homossexualidade a profissões como cabeleireiro, decorador, artista plástico. Nesses setores, parece ser considerado adequado conviver com um gay e, além disso, valorizar seu trabalho. No entanto, em profissões mais convencionais, como médico, engenheiro, professor, os homossexuais precisam demonstrar um desempenho que se destaque ou ocultar a orientação afetivo-sexual para serem bem sucedidos.

O *mundo gay* revela-se, neste estudo, como um espaço privilegiado onde a cultura homossexual se produz e é difundida. As aprendizagens e vivências ocorridas nesse espaço, também entendido como subcultura homossexual, foram decisivos para a constituição das identidades desses sujeitos. Os que rejeitam a convivência com o *mundo gay* justificam essa posição de diversas formas: proporciona maior visibilidade aos homossexuais; é um ambiente que também segrega ao tentar estabelecer um padrão hegemônico de comportamento homossexual; refugiar-se nessa subcultura enfatiza a diferença e, conseqüentemente, amplia a distância de outros segmentos da sociedade.

Apesar dos sujeitos desse estudo definirem homossexualidade como sendo o sentimento amoroso e/ou a atração sexual por outra pessoa do mesmo sexo, ao se referirem a si mesmos utilizam o termo *normal* com certa freqüência. Essa insistência de assinalar que a homossexualidade é normal parece estar associada à concepção, do senso comum, de que se trata de um desvio ou uma patologia.

Outro estereótipo presente no imaginário social diz respeito à representação de que o homossexual ocupa uma posição de gênero indefinida, distante do masculino e próxima do feminino. Essa representação também afetou a constituição da identidade desses sujeitos à medida que os mesmos procuram destacar que, em sua trajetória de vida realizaram e realizam atividades culturalmente rotuladas como sendo apropriadas ao gênero masculino. Além disso, pode também produzir discriminação entre os homossexuais, a qual foi declarada ou apontada pela maioria dos sujeitos. Quase todos revelaram ter preconceito em relação a gays afeminados e travestis. Provavelmente, isso se deva ao fato de que uma convivência com essas pessoas pode expor sua própria homossexualidade, prejudicando assim a estratégia

de encobrimento. Além disso, o *mundo gay* parece estabelecer como padrão o perfil do homossexual masculino, aquele que não *desmunheca*, gerando a necessidade da afirmação de sua virilidade para evitar que sua identidade de gênero seja ameaçada por uma aproximação ao gênero feminino.

Quanto às relações amorosas, a manifestação dos sujeitos deste estudo de desejarem manter relacionamentos estáveis contraria o estereótipo de que as pessoas homossexuais são promíscuas.

É consenso entre os sujeitos deste estudo que o Brasil ainda é um país marcadamente preconceituoso em relação à homossexualidade. Apesar da imagem de liberalidade sexual difundida internacionalmente, nosso país se destaca por um histórico de violência contra homossexuais.

No que tange à forma como a mídia trata a homossexualidade, há iniciativas mais condizentes com o respeito à diversidade embora ainda sejam comuns os personagens caricatos, as piadinhas preconceituosas. Em virtude de seu amplo alcance, os meios de comunicação representam uma possibilidade importante de interação simbólica com modelos negativos ou positivos de identificação.

Nesse cenário, o preconceito foi e continua sendo vivenciado pelos sujeitos deste estudo e faz com que assumam uma estratégia de discrição e reserva em suas condutas. Na percepção desses sujeitos, menor visibilidade significa menor risco de se expor ao preconceito. No entanto, a estratégia do encobrimento para resistir ao preconceito e à discriminação tem seus custos, como a impossibilidade ou dificuldade de viver abertamente os relacionamentos amorosos, a necessidade de guardar segredo sobre seus sentimentos e emoções e o afastamento da rede de relações familiares.

De modo distinto, as vivências de preconceito e de discriminação podem também vir a potencializar uma posição de enfrentamento: o sujeito que experimentou intensamente essas adversidades em espaços como a rua e a vizinhança coordena uma ONG que defende os interesses dos homossexuais, ou seja, ocupa, hoje, uma posição que proporciona maior visibilidade à sua orientação afetivo-sexual.

As experiências de discriminação e preconceito vivenciadas por esses sujeitos na família, na escola e no ambiente religioso aconteceram antes mesmo deles se reconhecerem como homossexuais. Muitas vezes, os outros perceberam que essas pessoas eram diferentes e tentaram modificar seu modo de ser.

Ao conviverem, desde a infância, com representações implícitas e explícitas de oposição à homossexualidade, a auto-estima é afetada e a auto-aceitação dessas pessoas torna-se conflitada. Algumas, antes de se assumirem, procuram adequar-se ao padrão predominante na sociedade e investem em relacionamentos heterossexuais. Dessa forma, antes de se reconhecerem como homossexuais precisam vencer o preconceito sexual internalizado, os sentimentos de culpa e inadequação.

Em suma, os sujeitos deste estudo foram educados numa sociedade hegemonicamente heterossexista e expostos, desde cedo, à representação de que a homossexualidade, quando comparada ao modo de ser heterossexual, considerado normativo, não é entendida como um modo de ser diferente mas um desvio e até uma patologia. Constituir a identidade sexual com menos sofrimento, requer que esses sujeitos sejam capazes de desconstruir essa representação e ressignificar a homossexualidade. Para ter condições de ressignificar suas experiência no mundo em que estão situados, o primeiro preconceito a ser superado talvez seja o seu próprio preconceito. É uma situação difícil e dolorosa, visto que implica questionar e se opor ao vivido em casa, na escola, na religião, na interação com os meios de comunicação. Sentimentos de inadequação se instalam nesses sujeitos que temem perder o amor daqueles com quem convivem, especialmente seus familiares. Esse processo imprime marcas distintas em cada um desses homens, fazendo com que a forma com que se relacionam consigo mesmos e com o mundo sejam singulares. A forma utilizada pela maioria dos sujeitos, para resistir ao preconceito e à discriminação tem sido o encobrimento, ou seja, manter oculta sua identidade sexual para melhor viver em sociedade. O próprio encobrimento, contudo, mostra nuances: alguns ocultam sua homossexualidade do maior número possível de pessoas e outros só o fazem nos momentos em que se sentem expostos à discriminação.

As reflexões que elaborei neste estudo sustentam a tese deste trabalho: as vivências em espaços educativos formais, não formais e informais, de homens adultos que se consideram homossexuais, especialmente as que envolvem preconceito e discriminação, marcam a constituição das identidades desses sujeitos à medida que produzem maneiras singulares deles relacionarem-se consigo mesmo e com o mundo. O esforço de superação da condição de discriminação e preconceito, o qual pode configurar movimentos de resistência nos planos individual

e social, imprimem significados distintos na constituição das identidades homossexuais desses sujeitos.

Como uma das contribuições deste estudo, desejo chamar atenção para o importante papel que a escola pode desempenhar na luta contra a discriminação e o preconceito que atingem os homossexuais. O preconceito sexual desenvolve-se desde a infância, sendo especialmente afetado pela socialização de gênero. Tendo em vista que a escola é um dos espaços educativos em que as crianças permanecem por mais tempo é urgente que sejam intensificadas ou implementadas ações que criem condições para desenvolver a conscientização e o respeito em relação à diversidade sexual. Ao invés de atribuir apenas à família a responsabilidade pela educação sexual das crianças, a escola deve trabalhar em consonância com ela, considerando que combater o preconceito sexual não é apenas uma questão de educação sexual, mas de direitos humanos. É necessário investir numa educação sexual de qualidade, que dê destaque também à diversidade sexual e seja integrada à formação dos educadores.

Ao encerrar esta tese, estou ciente de que, embora considere empobrecedor reduzir a compreensão das múltiplas dimensões da vida das pessoas à compreensão da sexualidade, creio que não é possível minimizar o fato de que a identidade sexual afeta as relações da pessoa consigo mesma e com os outros, as quais, se forem truncadas, podem comprometer a qualidade de vida dessa pessoa. Identificar-se como homossexual e sentir que pertence a um segmento social estigmatizado pode afetar profundamente sua identidade pessoal.

Em se tratando de uma pesquisa de base fenomenológica, tenho presente, também, que as compreensões a respeito do fenômeno que é objeto deste estudo têm caráter provisório e não esgotam as possibilidades de exploração das essências que o configuram. Mas o trabalho não termina aqui, as possibilidades são inúmeras e isto me impulsiona, como educadora e como ser humano, a continuar a investigar, propor alternativas e defender os direitos daqueles que ousam viver o “amor que não ousa dizer o nome”.

REFERÊNCIAS

ADITAL. **Programa contra a homofobia capacitará professores e policiais.**

26/05/04. Disponível em:

<http://www.adital.com.br/site/noticias/12356.asp?lang=PT&cod=12356> Acesso em 23 agost 2005.

ALLPORT, Gordon W. *La naturaleza del prejuicio*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1962.

ANDI. **Ponto J** – Homossexualidade na adolescência. Disponível em:

http://www.andi.org.br/noticias/templates/boletins/templates_pontoj.asp?articleid=824.

Acesso em 18 out 2004.

ANDRADE, Augusto. Vivência homossexual. In: RIBEIRO, Marcos. **O prazer e o pensar**. v. 1. São Paulo: Gente: Cores – Centro de Orientação e Educação Sexual, 1999. p. 245 - 253.

ANJOS, Gabriele dos. **A sexualidade é política**: atuação, identidade e estratégias de manutenção de um grupo gay em Porto Alegre/RS. Porto Alegre, 1999.

Dissertação. (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

ANTUNES, Camila. A força do arco-íris. **Revista Veja**. Ano 36, n. 25. 22 jun. 2003. p. 73 – 81.

APRENDIZ. **Notícias**. Disponível em:

http://www.uol.com.br/aprendiz/n_noticias/fazendodiferenca/id120601.htm. Acesso em 28 out 2004.

ARONSON, E. Prejudice. In: *The Social Animal*. New York. Worth Publishers/W.H. Freeman and Company, 1999. p. 304-363.

ASSOCIAÇÃO DO ORGULHO GLTB DE SÃO PAULO. **Dados da Parada**.

Disponível em: <http://www.paradasp.org.br/paradagltb/evolucao.htm>. Acesso em 28 out. 2004.

AUGOUSTINOS, M. & WALKER, I. Stereotypes, Prejudices and Intergroup Attributions. In: *Social Cognition*. London: Sage Publications, 1995. p. 207-261.

BADINTER, Elisabeth. **XY; sobre a identidade masculina**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BARATTO, Karla Gutierrez. **Reprodução de preconceitos e formação de identidade no homoerotismo**. São Paulo, 2001. (Monografia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

BERNARDES, Nara Maria Guazzelli. **Crianças oprimidas: autonomia e submissão**. Porto Alegre, 1989. Tese. (Doutorado em Ciências Humanas e Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1989.

_____. Análise compreendida de base fenomenológica e o estudo da experiência vivida de crianças e adultos. **Educação**, Revista da Faculdade de Educação da PUCRS, Porto Alegre, v. 14, n. 20, 1991. p. 15-40.

_____. Autonomia/submissão do sujeito e identidade de gênero. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 85, p. 43-53, maio. 1993.

BIOGRAFIA. Oscar Wilde. Disponível em: <http://www.avanielmario.com.br/biografia/oscarwilde1.htm>. Acesso em 10 out. 2005.

BLEICHMAR, Emilce. **O feminismo espontâneo da histeria; estudos dos transtornos narcisistas da feminilidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

BLUMENFELD, Warren J. *Homophobia: How we all pay the price*. Boston: Beacon Press, 1992.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação e Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, 2003.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. 2.ed. v.1, Brasília: MEC/SEF, 2000a

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. 2.ed. v.8, Brasília: MEC/SEF, 2000b.

CARRARA, Sérgio, RAMOS, Sílvia. **Política, direitos, violência e homossexualidade**. Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – Rio 2004. Rio de Janeiro: CEPESC, 2005.

CASTRO, Mary Garcia, ABRAMOVAY, Miriam, SILVA, Lorena. **Juventudes e Sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

CECHIN, Andréa Forgiarini. **O cotidiano de uma escola infantil e a construção da identidade de gênero das crianças**. Porto Alegre, 1997. Dissertação. (Mestrado em Educação). Curso de Pós Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1997.

CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA. Boletim de Segurança e Cidadania. Ano 02. n. 01. Rio de Janeiro. Abril. 2004.

CHAVES, Adriana. **Homossexuais já podem registrar união em cartórios no RS**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u91003.shtml>. Acesso em 22 agost. 2005.

CIAMPA, Antonio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina**: um ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP, nº 001/99 de 22 de março 1999. Disponível em: www.cfp.org.br/ Acesso em 11/10/2005.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. Brasil sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CÔRTEZ, Celina, VILA, Juliana. **Eles venceram**; a vitória de Jean Willys no Big Brother mostra que os gays são cada vez mais aceitos no Brasil. Isto é On-Line. Disponível em: http://www.terra.com.br/istoe/1851/comportamento/1851_eles_venceram.htm. Acesso em 22 agost. 2005.

COSTA, Benhur Pinus da. **A condição homossexual e a emergência de territorializações**. Porto Alegre, 2002. Dissertação. (Mestrado em Geografia). Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

COSTA, Ronaldo Pamplona da. **Os onze sexos**: as múltiplas faces da sexualidade humana. São Paulo: Gente, 1994.

COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o vício**: estudos sobre o homoerotismo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

COX JR, Taylor. *Cultural diversity in organizations: theory, research & practice*. San Francisco: Berrett Koehler, 1993.

CROCKER, J. e cols. Social Stigma. In: GILBERT, D.T. & FISKE, S. T. 7 LINDZEY, G. *The Handbook of Social Psychology* – volume 2. McGraw Hill, 1998. p. 504-553.

DARTIGUES, André. **O que é a fenomenologia?** Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

DUCKITT, John. Psychology and Prejudice. *American Psychologist*, v. 47(10), n. 2, october 1992. p. 1182-1193.

ELMÔR, Marilena Germano. **Masculinidade em jogo**: um estudo sobre papéis masculinos num grupo de adolescentes no futebol. Campinas, 2002. Dissertação. (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

FARIA, Susan. **Plano de educação em direitos humanos**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br//index2>. Acesso em 22 maio 2005.

FELIPE, Jane, GUIZZO, Bianca Salazar. Entre batons, esmaltes e fantasias. In: MEYER, Dagmar, SOARES, Rosângela (Orgs) **Corpo, Gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Mediação, 2004. p. 31-40.

FERRARI, Anderson. **O professor frente ao homoerotismo masculino no contexto escolar**. Juiz de Fora, 2000. Dissertação. (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2000.

_____. “**Quem eu sou? Que lugar ocupo?**” **Grupos gays, Educação e a construção do sujeito homossexual**. Campinas, 2005. Tese. (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

FIALHO, Kleber. Métodos de pesquisa em estereótipos. **CienteFico**. Ano III, v. I, Salvador, janeiro-junho, 2003.

FISKE, S. T. Stereotyping, Prejudice and Discrimination. In: GILBERT, D. T. E. *et.al. The Handbook of Social Psychology* – volume 2. McGraw Hill, 1998. p. 357-411.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1994.

FRANKLIN, K. Unassuming Motivations: contextualizing the narratives of antigays assailaints. In: HEREK, G. (ed.) *Stigma and Sexual Orientation: understanding prejudice against lesbians, gay men and bissexuals*. Califórnia: Sage Publications, 1998. p. 1-23.

FRY, Peter, MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GIORGI, Amedeo. **A psicologia como ciência humana: uma abordagem de base fenomenológica**. Belo Horizonte: Interlivros, 1978.

_____. Sketch of a psychological phenomenological method. In: GIORGI, Amedeo ed. *Phenomenology and psychological research*. Pittsburg, Duquesne University, 1985. p. 9 –22.

_____. Método psicológico fenomenológico: alguns tópicos teóricos e práticos. **Educação** – Revista da Faculdade de Educação da PUCRS, Porto Alegre, v. 24, n. 43, 2001. p. 133-150.

GLS PLANET. **Renato Aragão promete não fazer mais piadas com gays**. Disponível em: <http://glsplanet.terra.com.br/cgi-bin/searchnews.cgi?keyword=ggb>. Acesso em 21 out. 2004.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Estigma**; notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GOLIN, Célio. Aonde não queremos chegar: uma reflexão sobre nossas práticas políticas. In: GOLIN, Célio, WEILER, Luis (org.). **Homossexualidade, cultura e política**. Porto Alegre: Sulina, 2002. p. 155 – 163.

GONÇALVES, Eliane. Preconceitos, fobias e outras sombras que pairam sobre a educação sexual. In: RIBEIRO, Marcos. **O prazer e o pensar**. v. 1. São Paulo: Gente: Cores – Centro de Orientação e Educação Sexual, 1999. p. 197-204.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GREENBERG, D. *The construction of homosexuality*. [S. L.]: The University of Chicago Press, 1988.

GRUPO GAY DA BAHIA. **III. VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DOS HOMOSSEXUAIS NO BRASIL**: 2001 (120 casos). Disponível em: <http://www.ggb.org.br/ftp/artigo3.rtf>. Acesso em 14 out. 2004.

HANASHIRO, Darcy Mitiko Mori, CARVALHO, Sueli Galego. **Diversidade Cultural**: panorama atual e reflexões para a realidade brasileira. Disponível em www.fgvsp.br/iberoamerican/Papers/. Acesso em 02 maio 2005.

HEILBORN, Maria Luiza. Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social. In: PARKER, R. & BARBOSA, R. M. **Sexualidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. p. 136-145.

IBAM – INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. **Primeira defensoria homossexual do país funciona em São Paulo**. Disponível em: <http://www.ibam.org.br/viomulher/not6.htm>. Acesso em 19 out. 2004.

IDEC. **Planos de saúde devem aceitar companheiros de homossexuais**. Disponível em: <http://www.idec.org.br/noticia.asp?id=2660> Acesso em 23 agost. 2005.

IEVANESCENCE. **Deus ama o homossexual**; visão bíblica do homossexualismo. Disponível em: <http://www.ievanescence.kit.net/noticias=13demaiode2005=0006.html>
Acesso em 22 nov. 2006.

INSTITUTO DE PESQUISAS DATAFOLHA. **A sexualidade dos brasileiros**. Pesquisa de Opinião Pública. São Paulo, 22 de dezembro de 1997. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/datafolha/po/dossie_sexualidade_18011998a.shtml. Acesso em 31 maio 2005.

JACQUES, Maria da Graça. **Trabalho, Educação e construção da identidade**. Porto Alegre, 1993. Tese. (Doutorado em Educação). Curso de Pós Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1993.

_____. Identidade. In: STREY, Marlene, JACQUES, Maria da Graça, BERNARDES, Nara Maria Guazzelli. **Psicologia social contemporânea**: livro texto. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 159-167.

JAMES, William. *The letters*. Boston: Atlantic Monthly Press, 1920.

KUDE, Vera Maria Moreira. **Os significados da experiência de vida da criança na creche**. Porto Alegre, 1994. Proposta de Tese. (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1994.

LADRIÈRE, Jean. *Vie sociale et destinée*. Gembloux, Belgique: Duculot, 1973.

LODEN, Marilyn, ROSENER, Judy B. *Worforce America! Managing Employee Diversity as a Vital Resource*. Homewood, IL: Business One Irwin, 1991.

LOURO, Guacira Lopes. Educação e Relações de Gênero. **Em Pauta** – Cadernos da Faculdade de Serviço Social da UERJ. n. 5. Rio de Janeiro. Jun. 1995.

_____. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 7-34.

LÜDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAcRAE, Edward. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MARQUES, Juracy C. (Org.). **Psicologia Educacional: contribuições e desafios**. Porto Alegre: Globo, 1980.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1971.

MOTT, Luiz. Os homossexuais: as vítimas principais da violência. IN: VELHO, G. & ALVITO, M. (orgs). **Cidadania e Violência**. Rio de Janeiro: UFRJ/Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 99-146.

_____. Identidade (homo)sexual e a educação dos diferenciados. In: **Dois Pontos: Teoria e Prática em Educação**. Belo Horizonte. v. 4. n. 31. mar./abr. 1997.

_____. O jovem homossexual. In: RIBEIRO, Marcos. **O prazer e o pensar**. v. 1. São Paulo: Gente: Cores - Centro de Orientação e Educação Sexual, 1999. p. 235-244.

_____. **Em defesa do homossexual**. CEPCoS Online, ano III, n. 156, 20 out. 2000.

_____. **Crônicas de um gay assumido**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MORICONI, Ítalo. Literatura moderna e homossexualismo (pressupostos básicos, ou melhor, mínimos). In: GOLIN, Célio, WEILER, Luis (org.). **Homossexualidade, cultura e política**. Porto Alegre: Sulina, 2002. p. 95 -109.

MYERS, D. G. Preconceito: o ódio ao próximo. In: **Psicologia Social**. Rio de Janeiro: LTC, 2000. p. 181 – 206.

NOLASCO, Sócrates. A desconstrução do masculino: uma contribuição crítica à análise de gênero. In: NOLASCO, Sócrates. **A desconstrução do masculino**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995. p. 15-29.

____. Um “Homem de Verdade”. In: CALDAS, Dario (org.) **Homens**; comportamento, sexualidade, mudança. São Paulo: Editora SENAC, 1997. p. 13-29.

NKOMO, S.M., COX JR., T. Diversidade e Identidade nas Organizações. In: CALDAS, Miguel, FACHIN, Roberto, FISCHER, Tânia. **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999.

NUNAN, Adriana. **Homossexualidade**: do preconceito aos padrões de consumo. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003.

OLIVEIRA, Dijaci David de. **Território de anonimato**: redes de sociabilidade e espaços de intersubjetividade. Brasília, 1999. Dissertação. (Mestrado em Sociologia). Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, 1999.

PARKER, Richard. Homossexualidade masculina. In: RIBEIRO, Marcos. **O prazer e o pensar**. v. 1. São Paulo: Gente: Cores – Centro de Orientação e Educação Sexual, 1999b. p. 207-218.

____. **Abaixo do equador**; culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PICAZIO, Cláudio. **Diferentes desejos**; adolescentes homo, bi e heterossexuais. São Paulo: Summus, 1998.

PIVATTO, Pergentino S. **Seminário de Fundamentação Epistemológica e Educação**. Curso de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, março a junho de 2003 (anotações de aula).

REZENDE, Antonio Muniz de. Fenomenologia e Dialética. In: FORGUIERI, Yolanda C. (org.). **Fenomenologia e psicologia**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1984.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul. Plano Estadual de Educação; versão preliminar. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/> Acesso em 18 maio 2005.

____. Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul. **Fortunati entrega Plano Estadual de Educação para o governador**. Imprensa>Notícias. http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/educa_not_ Acesso em 16 julho 2005.

RIOS, Roger Raupp. A homossexualidade e a discriminação por orientação sexual no direito brasileiro. In: GOLIN, Célio, WEILER, Luis (org.). **Homossexualidade, cultura e política**. Porto Alegre: Sulina, 2002. p. 15-48.

SANTOLIN, João Luiz. **A Bíblia e o homossexualismo**. Centro Apologético Cristão de Pesquisas. Disponível em: <http://www.cacp.org.br/homobiblia.htm> . Acesso em 22 nov. 2006.

SANTOS, Jane Paim dos. **Experiências afetivo-sexuais de homens e mulheres com afiliação amorosa por pessoa do mesmo sexo**. Porto Alegre, 1997. Dissertação. (Mestrado em Psicologia Clínica). Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1997.

SEIDMAN, I. E. *Interviewing as Qualitative Research – A guide for researchers in Education and Social Sciences*. New York and London: Teachers College, Columbia University, 1991.

SILVA, Cristina Luci Câmara. **Triângulo Rosa: a busca pela cidadania dos homossexuais**. Rio de Janeiro, 1993. Dissertação. (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

SILVA, Denise Braga da. **A sexualidade no currículo da escola fundamental: travessões e reticências sobre a homossexualidade nos discursos e nas atividades em uma escola municipal em Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 2004. Dissertação. (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2004.

SILVA, Rosimeri Aquino, SOARES, Rosângela. Juventudes, escola e mídia. In: LOURO, Guacira Lopes, NECKEL, Jane Felipe, GOELLNER, Silvana Vilodre (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

SILVA, Petronilha B. G. **Educação e identidade dos negros trabalhadores rurais do Limoeiro**. Porto Alegre, 1987. Tese. (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1987.

SILVEIRA, Carlos José Borges. Sexualidade e Gênero na Revista Mundo Jovem. **Anais** do Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: gênero e preconceito. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2006.

SPENGLER, Fabiana Marion. **União homoafetiva; o fim do preconceito**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

SULLIVAN, Andrew. **Praticamente normal; uma discussão sobre o homossexualismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SURANSKY, Valerie P. *Phenomenology: an alternative research paradigm and a force for social change*. Ann Arbor: University of Michigan, 1977.

TEIXEIRA, Alexandre Eustaquio. **Territórios homoeróticos em Belo Horizonte: um estudo sobre interações sociais nos espaços urbanos**. Belo Horizonte, 2003. Dissertação. (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2003.

THOMAS JR, R. R. *Beyond race and gender: unleashing the power of your total work force by managing diversity*. New York: AMACON, 1991.

TREVISAN, João Silvério. O espetáculo do desejo; homossexualidade e crise do masculino. In: CALDAS, Dario (org.) **Homens; comportamento, sexualidade, mudança**. São Paulo: Editora SENAC, 1997. p. 53-91.

_____. **Seis balas num buraco só: a crise do masculino**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

_____. **Devassos no Paraíso; a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 5. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Record, 2002.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. Disponível em http://www.unesco.org.br/areas/cultura/divcult/dcult/mostra_documento Acesso em 18 maio 2005.

VASCONCELOS, Naumi A de. Homossexualidade feminina. In: RIBEIRO, Marcos. **O prazer e o pensar**. v. 1. São Paulo: Gente: Cores – Centro de Orientação e Educação Sexual, 1999. p. 219 – 234.

VELLOSO, B. A minoria vai a luta: idéias e opiniões sobre homossexualismo. **Revista Época**, n. 35, 18 jan. 1999.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 35-82.

WEINBERG, George. *Society and the healthy homosexuality?* New York: St-Martin's Press, 1972.

WILDE, Oscar. **Biografia**. Disponível em:
<http://www.avanielmario.com.br/biografia/oscarwilde1.htm> Acesso em 16 nov. 2005.

ZILLES, Urbano. **Teoria do conhecimento**. 4ª ed. rev. e ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Dados do sujeito: idade, sexo, escolaridade, profissão, religião.

Ser homossexual (identidade)

O que é homossexualidade?

O que é ser homossexual?

Processo de assumir-se (“sair do armário”)

Como foi a experiência de assumir-se como uma pessoa homossexual?

Em que período da vida?

Como foram as vivências de reconhecimento ou de discriminação durante a infância e a juventude?

Como agias em face da discriminação, durante a infância e a juventude?

Preconceito e discriminação em geral

Hoje, no Brasil, como a pessoa homossexual é vista pelas pessoas, em geral, e pela mídia?

Como são hoje as vivências de reconhecimento ou de discriminação?

Como ages hoje em face da discriminação?

Quais são as maiores preocupações que tens?